







Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí

Relatório de Gestão 2021

www.tre-pi.jus.br |  @trepiaui  @trepiaui  /trepiaui  /JustiçaEleitoraldoPiauí-TRE-PI



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí

Relatório de Gestão 2021

Relatório de Gestão – ano 2021, elaborado com plena observância aos normativos do Tribunal de Contas da União – TCU, especificamente, Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 e Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020; e aprovado pelo Dirigente máximo do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Desembargador José James Gomes Pereira e instâncias internas de apoio à governança.

Mensagem do Presidente

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), em consonância com as disposições constitucionais do parágrafo único do art. 70, da Constituição da República e com o quanto estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 84/2020, de 22 de abril de 2020 e na Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, apresenta o Relatório de Prestação de Contas da Gestão ao Tribunal de Contas da União e à sociedade.

Trata-se de relatório integrado às diversas ações institucionais das unidades judiciárias e administrativas da justiça eleitoral no Piauí, fazendo constar as atividades mais relevantes desenvolvidas no Exercício 2021, na busca do cumprimento da missão institucional de “garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia.”

Ressalte-se que a atuação institucional foi norteada pelas diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico e pelos valores basilares: transparência, comprometimento, inovação, sustentabilidade, ética e valorização das pessoas.



Desembargador José James Gomes Pereira
Presidente do TRE-PI

Cumpre registrar no âmbito do objetivo estratégico “garantir agilidade e produtividade na prestação jurisdicional”, o avanço no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário: este Tribunal alcançou 101,65% para a Meta 2 – Identificar e Julgar até dezembro de 2021, 80% dos processos distribuídos até dezembro de 2019. Quanto à Meta 4 – julgar até dezembro de 2021, 90% dos processos das Eleições 2018 (alcançou 111,11%) e julgar 50% dos processos das Eleições 2020 (alcançou 101,37%); além do expressivo percentual de 85,57% alcançado para a Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Esse resultado reflete a evolução do tribunal no aprimoramento da excelência de sua prestação jurisdicional, marcada por um crescimento evolutivo, bem como pelo acompanhamento, gestão processual e julgamento pelas magistradas e magistrados de 1º e 2º Graus.

Some-se a essa atuação, a adesão deste Tribunal à Agenda 2030, no desenvolvimento de ações voltadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, dentre esses, ODS 4, 5 e 16. No que pertine à ODS 4 realizou acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Piauí e o Núcleo de Estudos Políticos e Eleitorais – NEPE. Para a ODS 5, foram desenvolvidas ações visando à igualdade de gênero. E para a ODS 16 houve aprovação da Resolução TRE-PI nº 433, de 24 de novembro de 2021, que instituiu a Ouvidoria da Mulher e a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação Sexual.

Agradeço a Deus por ter me guiado com sabedoria durante o ano de 2021 e, como Presidente do TRE-PI, assumi o compromisso de obtermos resultados positivos na Justiça Eleitoral piauiense e, com certeza, essa magnânima Justiça perfilhará o caminho do aperfeiçoamento e excelência da prestação jurisdicional aos eleitores e à sociedade piauiense.

Desembargador José James Gomes Pereira
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Teresina, 30 de março de 2022

Apresentação

O Relatório Integrado do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, como prestação de contas da gestão 2021, em cumprimento às normas constitucionais (parágrafo único do art.70, CF/1988) e às regras do Tribunal de Contas da União definidas na Decisão Normativa nº 187, de 9/9/2020 e Instrução Normativa nº 84, de 22/4/2020 reúne em seus elementos textuais e gráficos, de forma sistêmica, uma visão integrada da atuação institucional, desde o direcionamento estratégico às estruturas internas de apoio à governança, permeando as áreas de gestão, com o fim último de cumprir a missão de “Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia.

Este documento está disponibilizado no Portal da Transparência e Prestação de Contas, no sítio do Tribunal Regional Eleitoral de Piauí para fins de consulta dos órgãos de controle e conhecimento e transparência para a sociedade.

Compõe este relatório as seguintes seções:

- 1 Visão Geral do Tribunal**
- 2 Governança, Estratégia e Desempenho**
- 3 Gestão das Áreas Estratégicas e de Controle**
- 4 Declarações de Integridade**
- 5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas**

Sumário

Mensagem do Presidente

Apresentação

1. Visão Geral do Tribunal..... 7

Identificação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí..... 8

Normas direcionadoras 9

Organograma do TRE-PI..... 10

Cadeia de Valor.....11

Valor Público.....12

Canais de Atendimento ao Cidadão.....14

2. Governança, Estratégia e Desempenho27

Plano Estratégico do TRE-PI.....28

Resultado dos indicadores de desempenho.....29

Resultados da Gestão.....31

Riscos em projetos.....42

Instâncias de Governança e Gestão.....44

3. Gestão das Áreas Estratégicas e de Controle.....45

Gestão administrativa, orçamentária e financeira.....46

Gestão de Pessoas.....107

Gestão de Tecnologia da Informação.....136

Gestão de correições e inspeções.....150

Gestão de demandas dos órgãos de controle.....160

4. Declarações de Integridade.....166

Declaração do Contador - Registro Contábeis - SIAF.....167

Declaração—monitoramento do PPA.....168

Declaração - execução física e financeira - ações da LOA..169

5. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....170

Demonstrações Contábeis.....171

Balanco Patrimonial.....173

Balanco Orçamentário.....187

Balanco Financeiro.....190

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....192

1. Visão Geral do Tribunal

Identificação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

A atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí é fundamentada na Constituição Federal, leis, regulamentos, normas correlatas à justiça eleitoral, e pelos direcionadores estratégicos que identificam o órgão: missão, visão e valores institucionais.

A Missão do TRE-PI, que representa a razão de existir, está definida no Plano Estratégico 2021-2026: “Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia”.

A Visão de Futuro define o que a organização pretende ser a médio e longo prazo. No TRE-PI assim está definida: “Consolidar a credibilidade na gestão do processo eleitoral”.

Os valores norteiam a atuação e decisões do órgão e o que pretende oferecer à sociedade, enquanto instituição que representa a democracia. São princípios/valores basilares do TRE-PI: transparência, comprometimento, inovação, sustentabilidade, ética e valorização das pessoas.



Normas direcionadoras

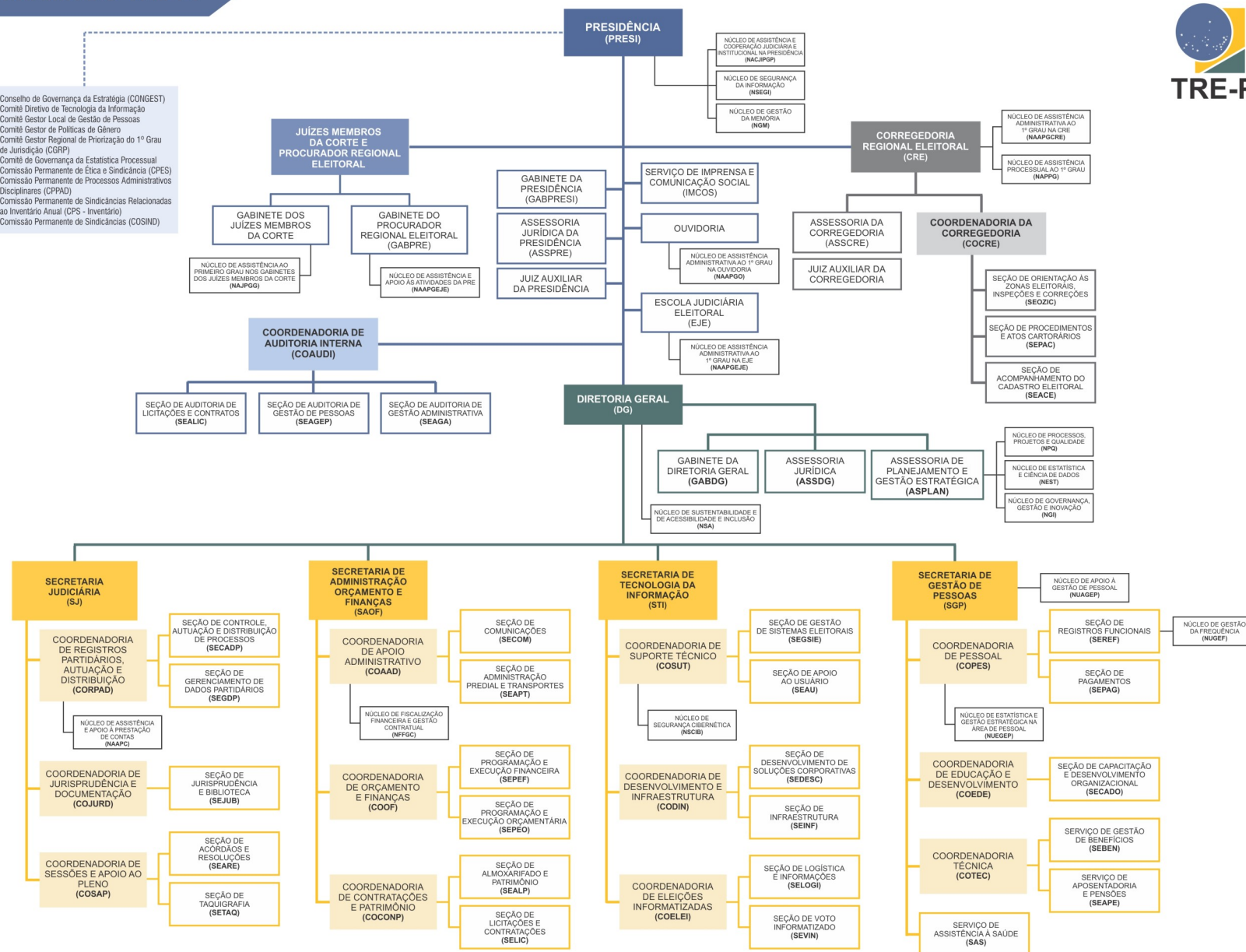
O TRE-PI é regido pela Constituição Federal, leis e regulamentos correlatos. Cumpre registrar: Regimento Interno, aprovado pela Resolução TRE-PI nº 107/2005 e alterações posteriores; Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar; Regimento dos Juízos e Cartórios Eleitorais; Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PI; Código de Ética do TRE-PI; Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça (<https://www.tre-pi.jus.br/legislacao/regimentos>).



ORGANOGRAMA DO TRE-PI

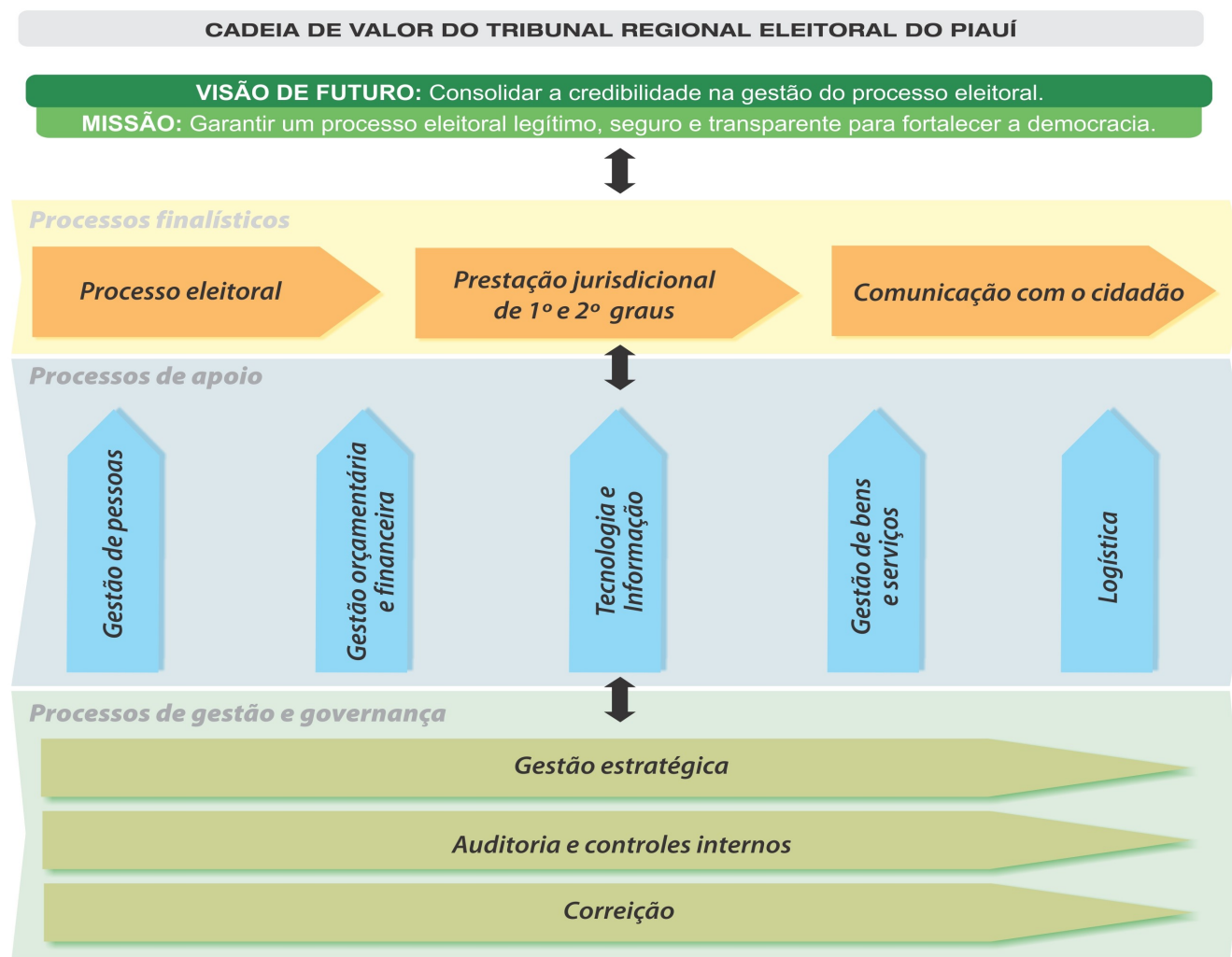


- Conselho de Governança da Estratégia (CONGEST)
- Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
- Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas
- Comitê Gestor de Políticas de Gênero
- Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição (CGRP)
- Comitê de Governança da Estatística Processual
- Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CPES)
- Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD)
- Comissão Permanente de Sindicâncias Relacionadas ao Inventário Anual (CPS - Inventário)
- Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND)



Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o conjunto de macroprocessos que, alinhados à Estratégia do TRE-PI e desdobrados em processos são desenvolvidos com a finalidade de agregar maior valor aos produtos e serviços oferecidos à sociedade.

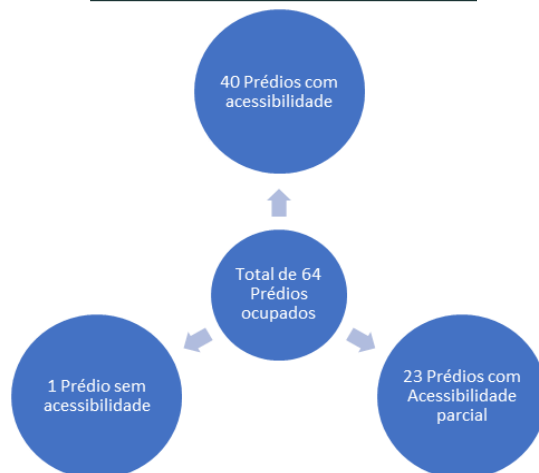


Valor público—Entregas de valor para a sociedade

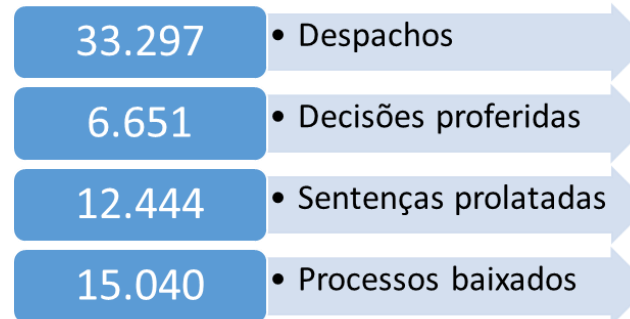
Processo Eleitoral



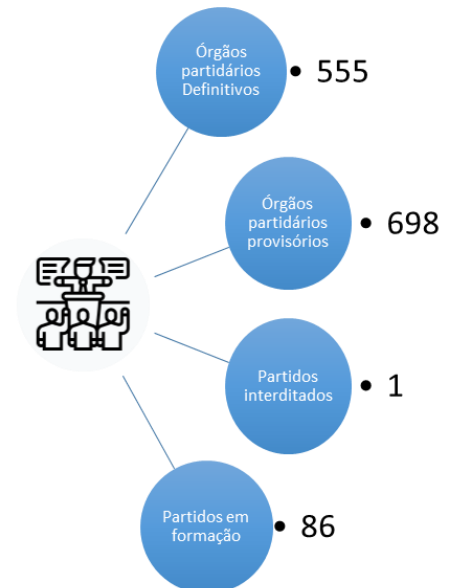
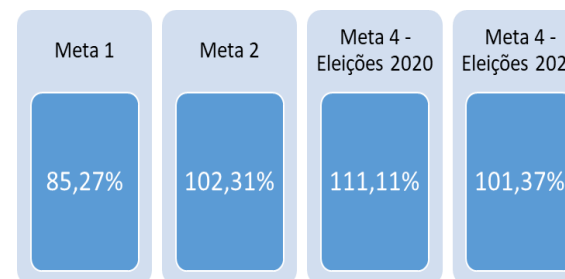
Justiça mais acessível



Prestação jurisdicional



METAS NACIONAIS 2021



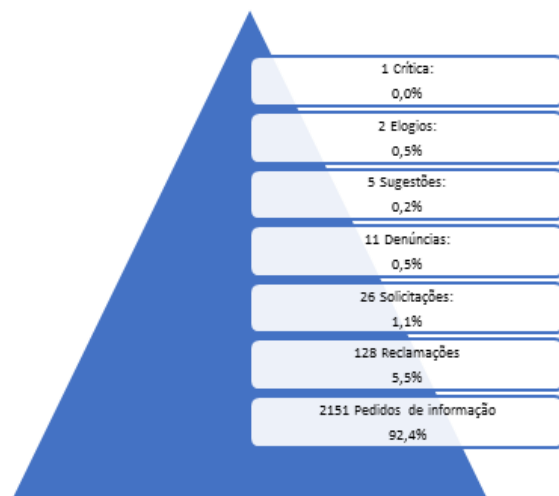
Gestão de Partidos Políticos

Entregas de valor para a sociedade

Comunicação com o cidadão



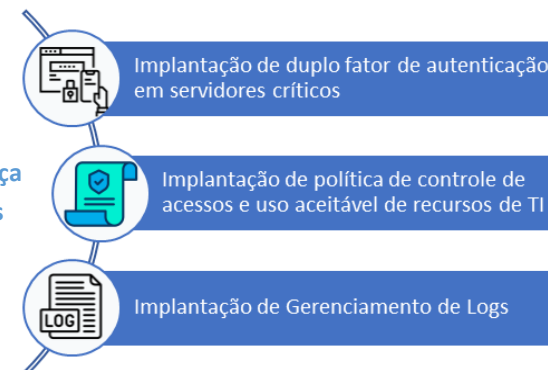
Comunicação com a sociedade



Atendimentos Ouvidoria

Gestão orçamentária e de TI

Maior segurança para os dados



Economia em licitações

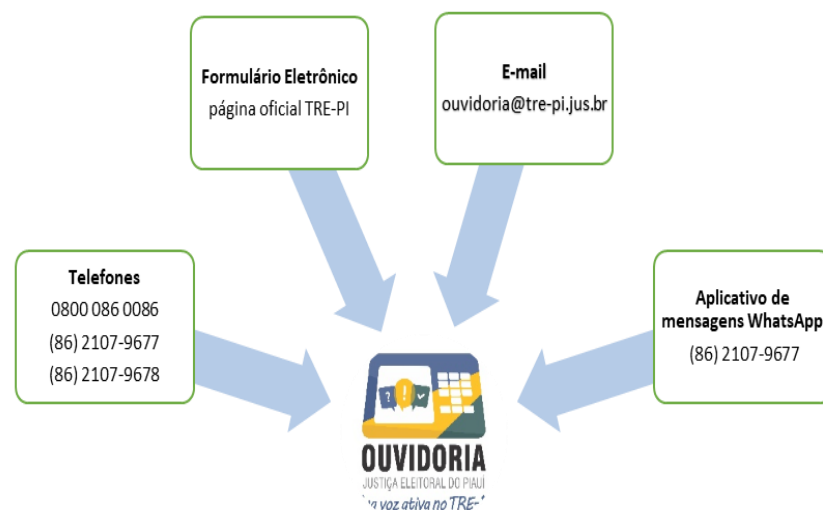
• 31,63 Estimado - Adjudicado
• R\$ 10.228.171,96

Contratação de mulheres vítimas de violência

• 20% das vagas de serviços continuados
• 9 vagas

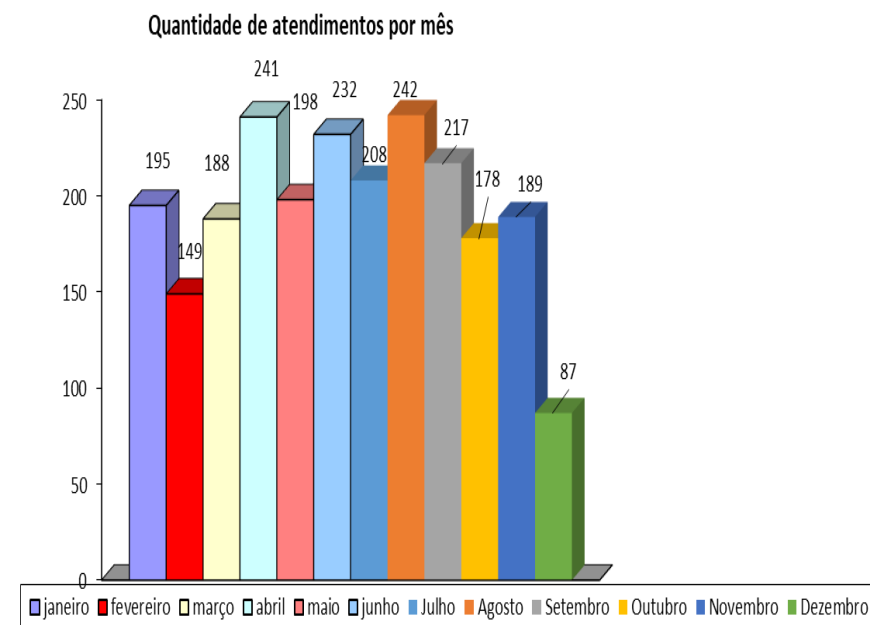
Canais de atendimento ao cidadão

O ano de 2021 ainda marcado pelos impactos advindos das medidas de preventivas contra a COVID-19. O serviço prestado pela Ouvidoria seguiu atuante de maneira remota, cumprindo os procedimentos adotados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com atendimento, recepção e encaminhamento das manifestações e pedidos de informação sendo realizados por meio dos canais de whatsapp, e-mail, telefone e formulário eletrônico.



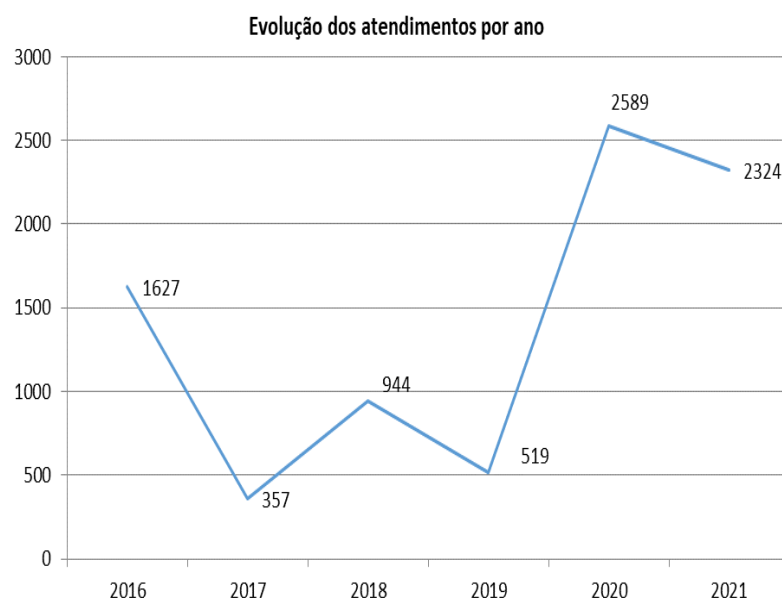
RECEPÇÃO E ATENDIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES

A recepção e o atendimento das manifestações são as principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Eleitoral, nas quais são empreendidas ações para compreender, atender e responder às demandas de forma tempestiva, utilizando sempre uma linguagem simples e cidadã. No período de **1º de janeiro a 31 de dezembro 2021**, a Ouvidoria realizou **2.324** atendimentos, com a seguinte distribuição mensal:

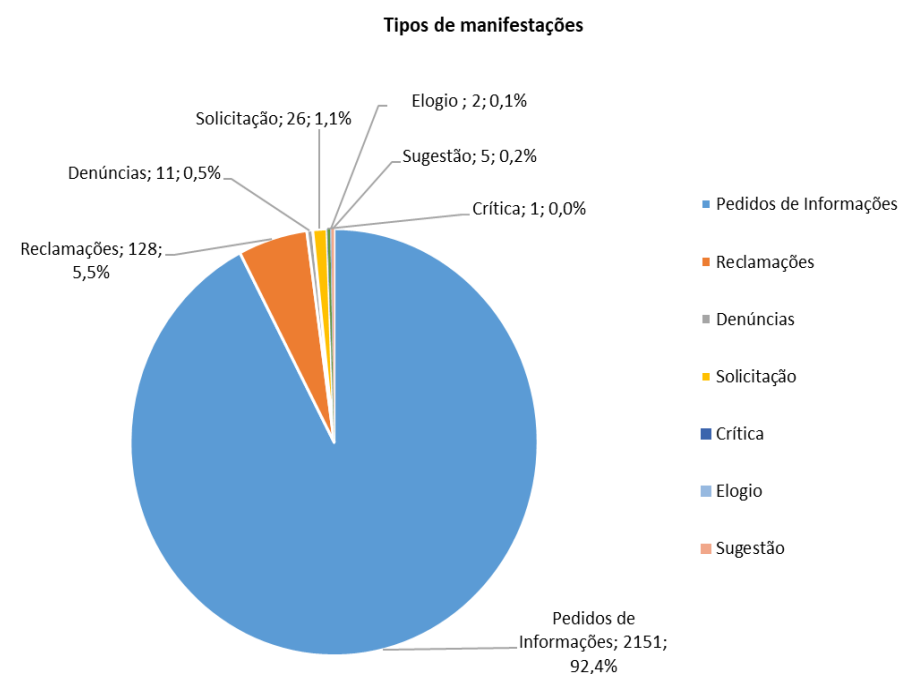


COMPARATIVO DE MANIFESTAÇÕES—ANOS ANTERIORES

Em 2021, houve redução do número de atendimentos, em relação a 2020, porém menos do que se registrava em anos anteriores e não eleitorais—figura a seguir:



Quanto aos tipos de manifestações registradas, observa-se que o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC correspondeu a **93%** dos atendimentos prestados pela Ouvidoria, conforme gráfico a seguir:



RECLAMAÇÕES

Quanto às Reclamações registradas, **72%** das manifestações (92 reclamações) referem-se aos serviços prestados pelas Zonas Eleitorais sobre prazo de resposta aos requerimentos realizados pelo sistema Título Net e de baixa da multa eleitoral já paga.

A Ouvidoria atuou em parceria com a Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí a fim de identificar as causas e buscar soluções, resultando na redução das reclamações quanto ao tempo de resposta aos requerimentos do Título Net. O índice de resolutividade das reclamações foi de **100%**.

DENÚNCIAS

No que pertine às manifestações classificadas como Denúncias (**11** registros), todas foram devidamente encaminhadas às áreas competentes para providências e, em seguida, respondidas.

Temas das denúncias registradas:

- propaganda extemporânea – eleições 2022;
- uso irregular de carro oficial; e,
- eleições 2020.

ELOGIOS

Foram registrados **2** elogios, direcionados à Ouvidoria e à 54ª Zona Eleitoral de Demerval Lobão:

“Olá, muitíssimo obrigada, por resolver o meu problema, muito bom saber que vocês são muito prestativos. Obrigada, um abraço!!!”

“ Venho através deste manifestar a minha satisfação pelo o serviço prestado com qualidade por Fábio Sousa Silva e Pedro Batista de Melo Júnior, por sua cordialidade e respeito, se mostrando um ótimo profissional, sem duvidas são excelentes em atendimento principalmente Fábio Sousa Silva que sempre esteve em prontidão em responder todas as minhas duvidas, estão de parabéns, pois meu caso foi resolvido e fui bem atendida. Vale ressaltar que me sinto muito feliz e se fosse em avaliar o atendimento seria 10, pois foi perfeito”

SUGESTÕES

A Ouvidoria recebeu 5 sugestões, que foram encaminhadas às unidades competentes para análise e resposta ao manifestante, conforme quadro abaixo:

Quadro de sugestões recebidas

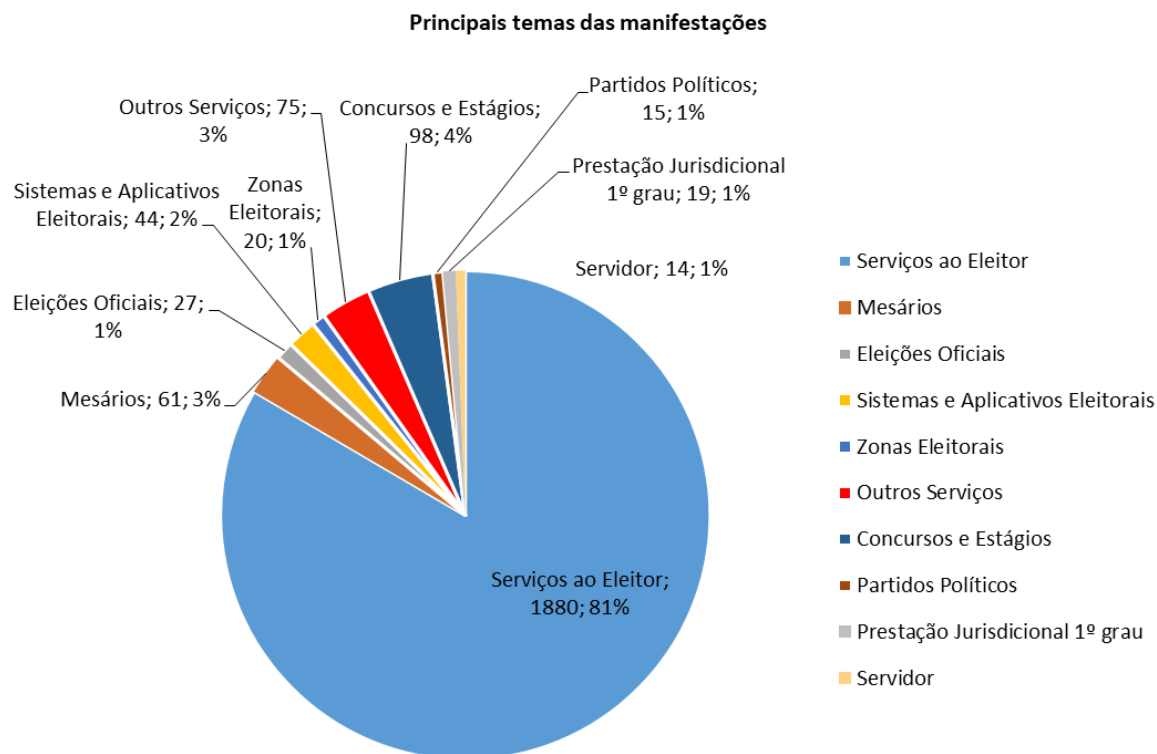
Sugestão	Área	Resposta
Projeto de Lei com diversas alterações no Poder Judiciário e Justiça Eleitoral	Ouvidoria	Informação - canais de atendimento da Câmara de Deputados e Senado Federal para proposição de Projeto de Lei
Escolha dos cargos para o concurso possa levar em consideração a possível aprovação do PL 7990/2014	Comissão do Concurso Público	Informação – a Comissão acompanha inúmeras variantes que podem impactar direta ou indiretamente no TRE-PI, e que as decisões tomadas estão intimamente ligadas às demandas e interesses do Tribunal.
Colocação novamente as bandeiras nos mastros no cartório eleitoral de Teresina, localizado na avenida Marechal Castelo Branco, considerando que o poder judiciário federal deve observar a exposição dos símbolos nacionais.	2ª ZE	Informação - as bandeiras encontram-se danificadas, em razão de fatores naturais, o que ocasionou a sua remoção daquela instrumento de sustentação. Oportunamente, serão providenciadas novas bandeiras com melhores qualidades para aquele local.
Contratação da CEBRASPE para realização do concurso público.	Comissão Concurso Público	Informação - a banca examinadora será escolhida nos termos da Lei que rege o processo licitatório.

TEMAS DE MANIFESTAÇÕES

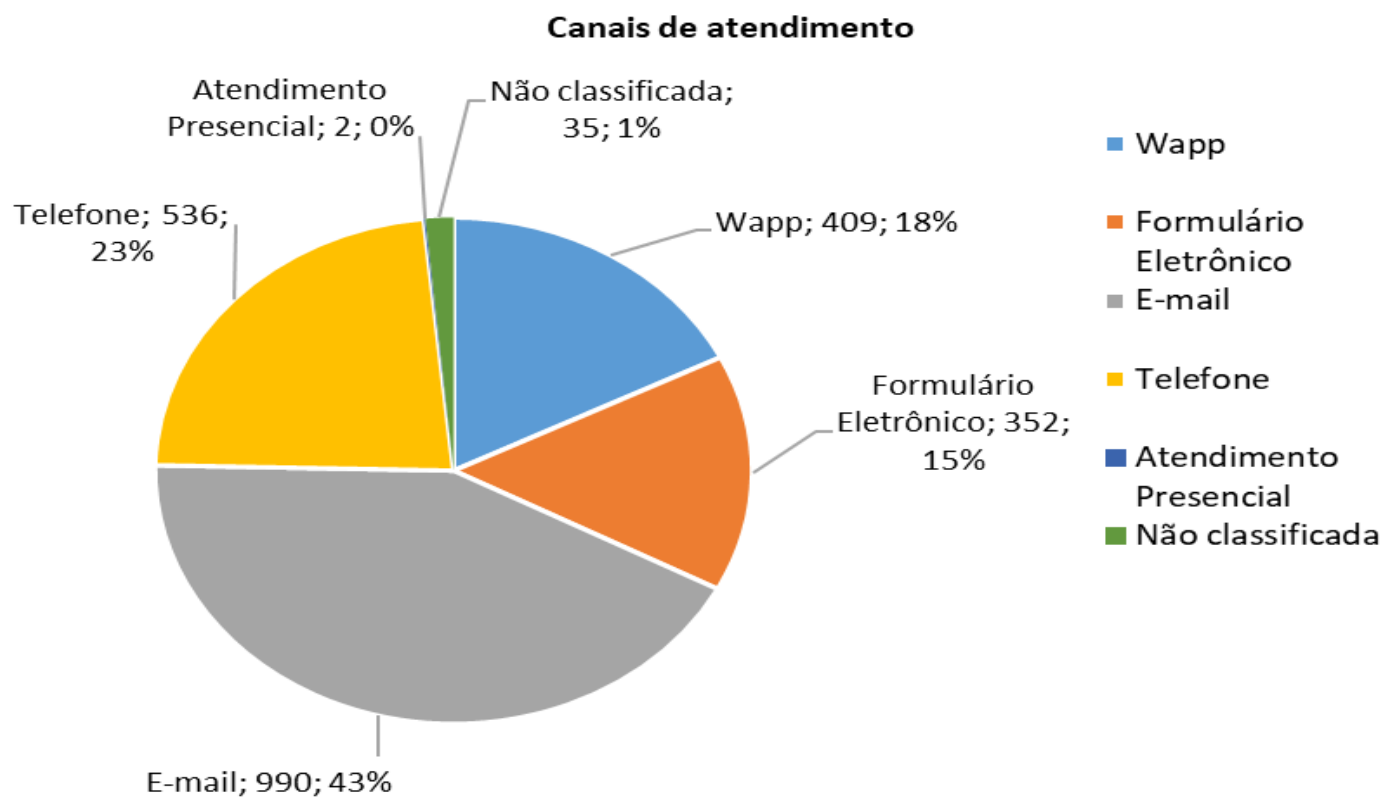
Os temas mais recorrentes nas manifestações registradas na Ouvidoria foram os seguintes:

- **Serviços ao eleitor (81%)**, o qual trata dos serviços prestados pelas Zonas Eleitorais (alistamento, certidão de quitação, regularização de situação eleitoral e transferência);
- **Concursos e estágios (4%)**, principalmente sobre concurso público previsto em 2021 e seleção de estágio; e,
- **Mesários (3%)**, principalmente sobre a declaração de trabalho eleitoral.

A seguir, visualiza-se gráfico com os temas mais recorrentes nas manifestações registradas:



O canal mais utilizado pelas pessoas usuárias dos serviços da Ouvidoria, foi o **e-mail**, com índice de **43%** do total de atendimentos realizados:



Ressalte-se que o número de telefone para recebimento de **mensagens pelo aplicativo WhatsApp** foi disponibilizado em agosto de 2021.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS

No que se refere aos encaminhamentos realizados, observa-se que **352** manifestações foram enviadas às demais áreas do Tribunal para atendimento, ou seja, **15% do total de atendimentos realizados na Ouvidoria**.

Manifestações encaminhadas	Pedidos atendidos
352	352

Quadro de pedidos de informações encaminhados e atendidos

Quantitativo de manifestações atendidas – unidades da Secretaria:

Unidades da Secretaria	Manifestações atendidas
Secretaria de Gestão de Pessoas	73
Corregedoria Regional Eleitoral	30
Secretaria de Tecnologia da Informação	25
Secretaria Judiciária	20
Presidência	18
Secretaria de Administração	13
Coordenadoria de Auditoria	11
Comissão Concurso Público	10
Diretoria Geral	1
Procuradoria Regional Eleitoral	1
Gabinete da Vice-Presidência	1
Total	203

Quantitativo de manifestações atendidas – Zonas Eleitorais:

Zonas Eleitorais	Manifestações atendidas
63ª ZE	42
2ª ZE	24
1ª ZE	21
98ª ZE	15
3ª ZE	5
12ª ZE	5
10ª ZE	3
97ª ZE	3
11ª ZE	2
15ª ZE	2
28ª ZE	2
45ª ZE	2
54ª ZE	2
Demais Zonas Eleitorais	1
Total	149

Atendimento dos relatos do Conselho Nacional de Justiça

A Ouvidoria **recebeu 4** relatos da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para atendimento, conforme descrito abaixo:

Relatos	Data de Re-gistro	Processo SEI	Área Demandada	Data de Resposta
291765	8/1/21	0000370-93.2021	12ª ZE	19/1/21
291775	8/1/21	0000371-78.2021	12ª ZE	19/1/21
291772	8/1/21	0000375-18.2021	12ª ZE	19/1/21
291778	12/1/21	0000577-92.2021	12ª ZE	19/1/21

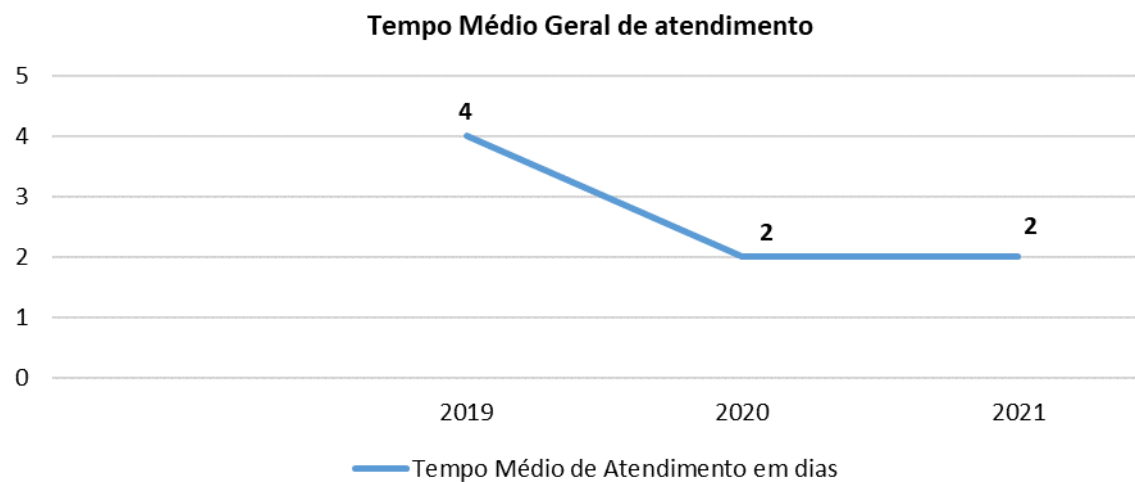
O TRE-PI respondeu prontamente à manifestação do cidadão encaminhada pela Ouvidoria do CNJ, cumprindo o requisito II do art. 7º da Portaria CNJ 135/2021, que regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade.

INDICADORES DA OUVIDORIA

A partir da mediação e da análise dos resultados, é possível a melhoria contínua dos serviços e a implementação de ações em prol da produtividade e qualidade dos processos de trabalho da Ouvidoria.

Tempo Médio Geral

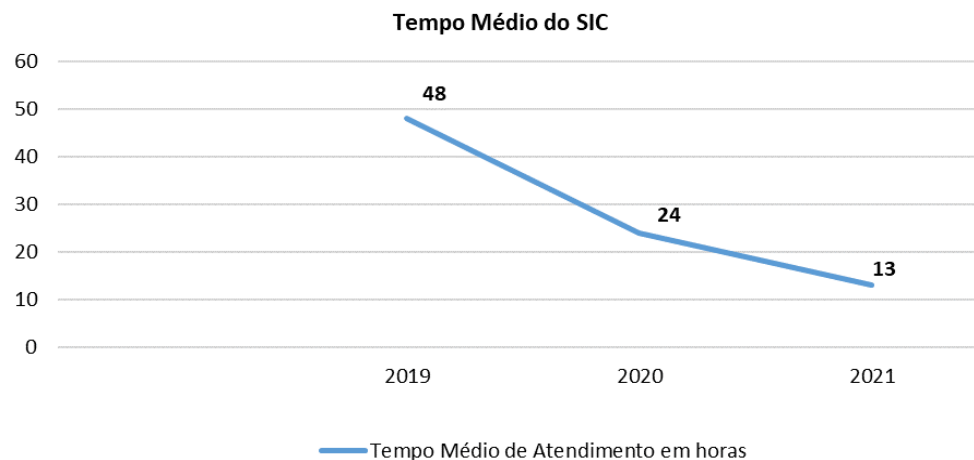
O indicador relativo ao **Tempo Médio Geral** resultou em **2 dias**, considerando todas as manifestações registradas na Ouvidoria.



Confirma-se a presteza do atendimento realizado pela Ouvidoria e demais unidades do Tribunal.

Tempo Médio do Serviço de Informação ao Cidadão

O Tempo Médio de Atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão- SIC diminuiu em relação ao ano de 2020, demonstrando a agilidade na prestação de informações ao cidadão, conforme gráfico abaixo:



Índice de Resolutividade da Ouvidoria

Quanto ao indicador **Índice de Resolutividade da Ouvidoria**, ou seja, a relação entre processos com andamento fechado e processos com tramitação no período, resultou em **99,7%**.

Quadro de cálculo do Índice de Resolutividade

Índice de Resolutividade		Cálculo: número de processos com andamento fechado / número de processos com tramitação no período	
RESULTADO		2329/2335	99,7%
2019: 99,23%	2020: 99,88%	2021: 99,7%	2022: -

9

O Índice de Resolutividade aponta o nível de compromisso do serviço de Ouvidoria em responder às demandas registradas.

Índice de Satisfação do Atendimento

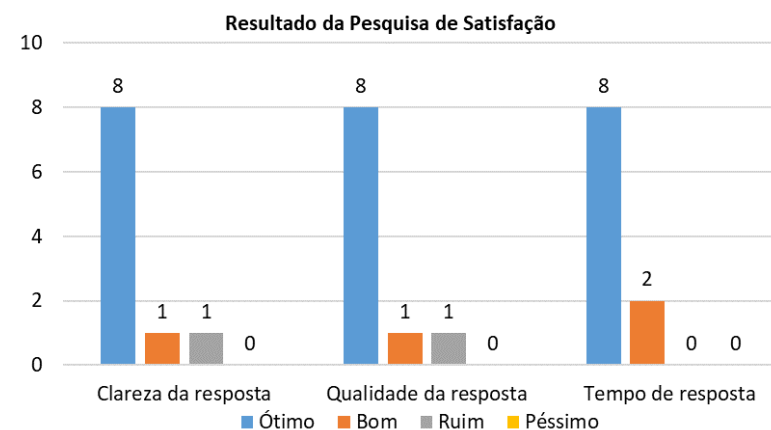
Nos termos da Lei 13.460/2017, os órgãos e entidades da administração pública devem avaliar os serviços prestados, inclusive quanto à satisfação dos usuários.

A Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação mediante formulário eletrônico do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, encaminhado por *e-mail* às pessoas usuárias que foram atendidas pela Ouvidoria.

O resultado do indicador da pesquisa de satisfação do atendimento resultou em **93%**, considerando que **10 pessoas usuárias** participaram da pesquisa, conforme quadro abaixo:

Índice de satisfação com o atendimento prestado pela Ouvidoria	Cálculo da média dos percentuais de avaliação positiva (ótimo e bom) nos três quesitos avaliados (clareza, qualidade e tempo de resposta)	%
RESULTADO	280/3	93
META: 92% de satisfação com o atendimento prestado pela Ouvidoria		
2017: -	2018: 87%	2019: 93,38%
		2020: 90%

No formulário eletrônico, é possível avaliar o atendimento prestado pela Ouvidoria em três quesitos: clareza da resposta, qualidade da resposta e tempo de resposta. A imagem a seguir, ilustra a quantidade de avaliações por quesito:



PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA

Ampliação dos canais de atendimento

Considerando que o WhatsApp é um dos aplicativos mais populares para troca de mensagens, foi solicitada à Administração Superior ampliação dos canais de atendimento da Ouvidoria com disponibilização de número para recebimento de manifestações pelo Aplicativo WhatsApp Business. A ação buscou aperfeiçoar a comunicação e promover a relação institucional com a sociedade. O canal foi amplamente divulgado a partir de **17 de agosto de 2021**, tornando-se o mais acessado pela pessoa usuária para obter atendimento da Ouvidoria. A disponibilização do canal foi precedida de capacitação dos servidores e autorização, pela Presidência do Tribunal, para uso de celular institucional e configuração do aplicativo.

Atuação em rede colaborativa

A atuação em rede colaborativa, no ambiente interno e externo, é outra atividade de grande relevo, que permite o aprendizado, o compartilhamento de práticas desenvolvidas, a participação e o engajamento nas atividades de atendimento. A Ouvidoria faz parte de rede nacional e estadual de Ouvidorias com a finalidade de aperfeiçoar a gestão de processos, com o intercâmbio de informações, incentivo e promoção de ações de capacitação.

Promoção da transparência ativa

Visando à transparência das informações e à publicidade do trabalho realizado, a Ouvidoria publica o “Informe Mensal” — contendo informações sobre os atendimentos realizados, que é encaminhado por e-mail às unidades internas e servidores do TRE-PI, além de ter ampla divulgação na página oficial do TRE-PI (internet e intranet). A Ouvidoria seleciona os temas mais recorrentes nas manifestações registradas para divulgar, em postagens de texto e vídeo nas redes sociais oficiais do TRE-PI.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES DA OUVIDORIA

Destaca-se o desempenho da Ouvidoria no cumprimento da missão de servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, bem como na articulação com as demais áreas do Tribunal, assim como outros órgãos da Administração Pública, para o eficaz atendimento das demandas.

A adaptação ágil do trabalho remoto, em razão da antecipada disponibilização de canais digitais e divulgação destes canais em períodos anteriores, foi imprescindível para a continuidade da prestação de serviços com a qualidade e a presteza requisitadas pela sociedade.

Em 2022, a Ouvidoria tem como grande desafio intensificar a divulgação dos canais de atendimento no interior do Estado e adequar a estrutura de pessoal a carga de atribuições e perspectiva de aumento da participação e controle social.

Além disso, o contexto eleitoral, assim como a atualização normativa e as novas atribuições da Ouvidoria, especialmente como Encarregado de Dados Pessoais, requer a implementação de ações de integração, transparência e sensibilização com a realização de ciclos de encontros internos com as demais áreas do Tribunal e audiências públicas sobre as eleições e a Ouvidoria.

Cabe, ainda, avaliar possíveis adequações dos assuntos categorizados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI para mapeamento das demandas, inclusive cadastrar novos assuntos, para atender novas legislações, atuação na resolução de demandas como Encarregado de Dados Pessoais e problemas recorrentes.

2. Governança, Estratégia e Desempenho

Plano Estratégico do TRE-PI

Mapa Estratégico do TRE-PI 2021-2026



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



VISÃO DE FUTURO

Consolidar a credibilidade na
gestão do processo eleitoral



MISSÃO

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro
e transparente para fortalecer a democracia



VALORES

Transparência | Comprometimento
Inovação | Sustentabilidade |
Ética | Valorização das pessoas



PERSPECTIVA DE RESULTADOS

Assegurar a realização
de um processo eleitoral
legítimo, seguro e transparente

Promover a relação
institucional com
a sociedade



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

Garantir a agilidade e a
produtividade na
prestação jurisdicional

Promover o sistema de
precedentes obrigatórios

Combater a corrupção, a
improbidade administrativa
e os ilícitos eleitorais

Aprimorar os mecanismos de
transparência, segurança
e acesso à informação

Aperfeiçoar a comunicação
interna e externa

Promover a
sustentabilidade e a
acessibilidade



PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Fortalecer a 1ª instância
de jurisdição

Aprimorar a governança
e a gestão

Aperfeiçoar a gestão
orçamentária e financeira

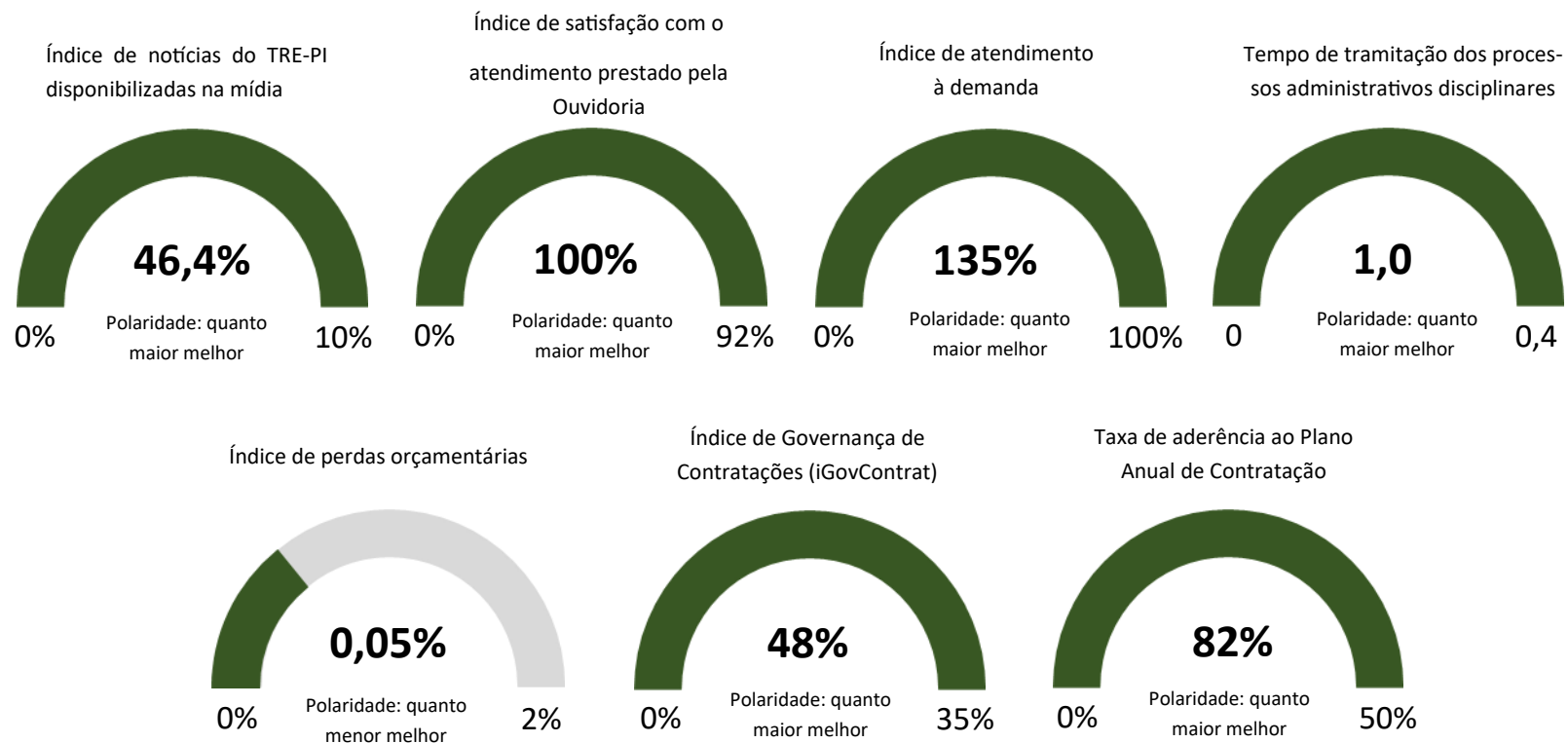
Promover a governança
de contratações

Aperfeiçoar a
gestão de pessoas

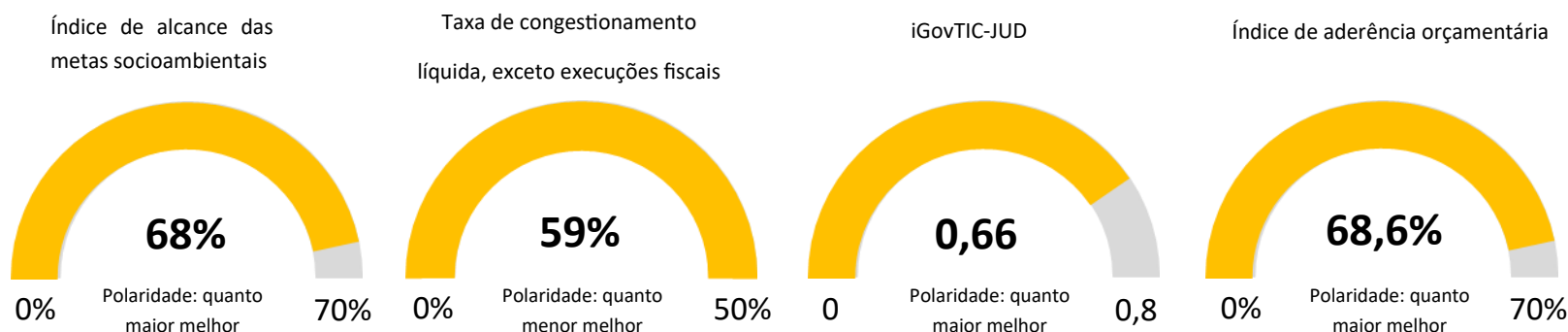
Fortalecer a governança de
TI e a Transformação Digital

Resultados dos indicadores de desempenho—Estratégia

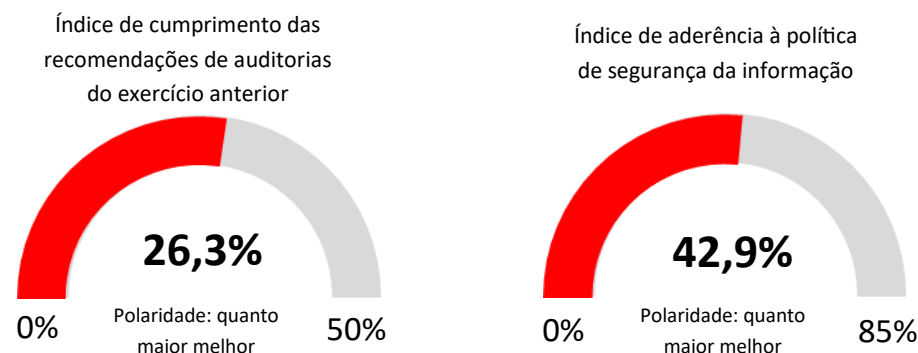
O TRE-PI para cumprimento de sua missão institucional “Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia” realizou ações para alcance, no ano 2021, relacionados aos objetivos estratégicos: aperfeiçoar a comunicação interna e externa; garantir agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; combater a corrupção, a improbidade administrativa e os lícitos eleitorais; aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; promover a governança de contratações, conforme resultados constantes dos infográficos a seguir.



Para os objetivos estratégicos garantir agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional; aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; promover a sustentabilidade e a acessibilidade; fortalecer a governança de TI e a transformação digital, os resultados alcançados em 2021, constam ilustrados nos infográficos a seguir, merecendo ponto de atenção para melhoria dos resultados.



No que tange aos objetivos estratégicos aprimorar a governança e a gestão; aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação, os resultados alcançados em 2021 foram pouco satisfatórios, conforme demonstrados nos infográficos abaixo. Contudo, o TRE-PI, por meio de suas unidades administrativas, elaborou planos de ação para melhoria dos resultados em 2022.



Resultados da gestão

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Atualização do Portal das Eleições	Atualizações de conteúdo no Portal das Eleições 2022 acerca das Eleições Suplementares no Município de Juazeiro do Piauí, ocorrida em 03/10/2021. As atualizações ocorreram na divulgação da Resolução TRE-PI Nº 412, de 22 de fevereiro de 2021, dos locais de votação e seções efetivas, da tabela de correspondência das urnas eletrônicas oficiais e do resultado das eleições.
	Revisão de todos os locais de votação nos sistemas ELO e GEL	Atualizados os locais de votação nos sistemas GEL e ELO, permitindo ao eleitor encontrar no próprio sítio do TRE-PI, TSE, ou em aplicativos de localização, reduzindo a dificuldade do eleitor em encontrar o local de votação e minimizando as mudanças de local de votação de última hora, facilitando o exercício da cidadania.
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Ações de enfrentamento à pandemia do COVID-19	Promovido conjunto de ações com vistas à segurança sanitária do seu público interno, tais como palestras on-line, edição de material com normas e orientações aos servidores e colaboradores, adequação dos procedimentos para prestação de serviços de atendimento médico, odontológico e psicológico.
	Análise de rotatividade dos servidores da área de TI	Avaliação da taxa de rotatividade dos servidores da área de TI com o objetivo de obter parâmetros para aferição da eficácia das medidas a serem adotadas para retenção de talentos na área de TI do TRE-PI.

Objetivo Estratégico

Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Principais Iniciativas

Campanha anual de vacinação contra a gripe

Implantação de nova versão do Sistema de Gestão de Estagiários - SGE

Implantação do sistema CORAU

Implantação do sistema eSocial

Programa Anual de Capacitação 2021

Resultados

Campanha Anual de Vacinação contra a Gripe (INFLUENZASARS/H1N1), com a aplicação de 393 doses de vacina (membros da corte, servidores e estagiários, além de atingir também dependentes destes grupos) no período de junho a agosto de 2021..

Aprimoramento do Sistema de Gestão de Estagiários – SGE e correções nas telas de estagiário, valor de referência, agente de integração, instituição de ensino.

Viabilização do cadastro de informações sobre dados de magistrados e conexão com o eSocial, contribuindo para melhoria na gestão de pessoas.

Aperfeiçoamento das práticas de gestão de pessoas por meio de adaptações no sistema eSocial, aplicação responsável pela captação, assinatura digital e envio das informações à Receita Federal.

Executadas 22 (vinte e duas) ações de capacitação no âmbito do PAC 2021, todas na modalidade semi/telepresencial: 10 (dez) tiveram como objeto cursos na área ADMINISTRATIVA/GESTÃO, 08 (oito) na área JUDICIÁRIA e 04 (quatro) na área de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Melhoria das plataformas de Ensino a Distância	Implementação de novas plataforma EaD (Ensino a Distância) da COEDE e da EJE.
	Publicação da política de gestão de pessoas na área de tecnologia da informação	Instituída a política de Gestão de Pessoas na área de Tecnologia da Informação, por meio da Resolução TRE-PI nº 413/2021, estabelecendo diretrizes para a gestão de pessoas na área de Tecnologia da Informação.
Aprimorar a governança e a gestão	Planejamento das Eleições 2022	Aperfeiçoamento da logística de realização do pleito eleitoral, através da implementação do Sistema RADAR ELEIÇÕES, por meio do qual passam a ser acompanhados os 8 projetos e os 19 planos de ação das Eleições, suas entregas e atividades.
	RADAR Prêmio CNJ	Criado sistema para o monitoramento e melhoria do cumprimento dos requisitos concernentes ao Prêmio CNJ de Qualidade pelas unidades administrativas, judiciárias, comitês e comissões do Tribunal.
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Publicação do Manual de Planejamento e Gestão Orçamentária de Tecnologia da Informação	Instituído pela Portaria TRE-PI nº 617/2021, resultando na obtenção de melhores resultados com a aplicação dos recursos orçamentários na área de Tecnologia da Informação

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
<div> Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação </div>	Criação do Núcleo de Segurança da Informação	Adequação da infraestrutura para realização das atividades de segurança da informação.
	Implantação da política de controle de acessos e uso aceitável dos recursos de TI	Estabelecidas as diretrizes para o controle de acesso e uso aceitável dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do TRE-PI, bem como os direitos e as responsabilidades dos usuários desses recursos.
	Implantação de duplo fator de autenticação em servidores críticos	Redução da possibilidade de acesso indevido à servidores que hospedem serviços críticos.
	Criação do Núcleo de Segurança Cibernética e implantação, no TRE-PI, dos protocolos de crises cibernéticas instituído pelo CNJ	Assegura as medidas necessárias à proteção cibernética do Tribunal contra ataques de segurança da informação.
	Adequação do TRE-PI à Lei Geral de Proteção de Dados	Atendimento aos requisitos definidos pela Resolução CNJ nº 363, de 18 de janeiro de 2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realizando o mapeamento dos fluxos de tratamento de dados nas diversas secretarias, revisão de contratos, estabelecendo a política geral de privacidade e proteção de dados pessoais, promoção de campanha de conscientização, criação de páginas para informação e instituição de plano de respostas a incidentes de segurança.

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
<p>Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação</p>	Migração dos dados e criação de plataforma para consulta a resultados de eleições antigas	Realizada a migração das informações acerca do resultado de eleições antigas do TRE-PI (eleições de 1945 a 1992), permitindo a fácil consulta por qualquer cidadão na página do TRE-PI: https://selogi.tre-pi.jus.br/resultados-eleicoes-antigas
	Manutenção corretiva de urnas eletrônicas	Manutenção corretiva em 985 urnas eletrônicas, com o reparo de defeitos encontrados nos procedimentos de testes exaustivos.
<p>Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente.</p>	Manutenção preventiva de urnas eletrônicas	Realização de três ciclos de manutenção preventiva de urnas em 2021.
	Melhorias no sistema Maxlog	Aperfeiçoamento nos módulos de relatórios, de elaboração de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e nas rotas de recolhimento de mídias do sistema Maxlog (Sistema de Gerenciamento de Logística Técnica das Eleições).

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais	Instituição de Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual	Instituído Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC para gerenciar e fiscalizar os contratos de serviços e locações de imóveis do TRE-PI, arts. 1º, VIII e 9º ao 17, da Resolução TRE-PI nº 430, de 08/11/2021
Fortalecer a 1ª instância de jurisdição	Realização de reformas e manutenção predial em unidades cartorárias	Realização de reformas, adaptações e melhorias em 06 prédios utilizados pelo primeiro grau de Jurisdição.
Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital	Atualizações no Espaço Servidor	Aumento da satisfação dos servidores do TRE-PI mediante a viabilização do acompanhamento do gozo e saldo de banco de horas, bem como dos pedidos de horas extras.

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026	Alinhamento da Estratégia de Tecnologia da Informação do TRE-PI à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução CNJ nº 370/2021.
	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Logs	Possibilitou a detecção de falhas e de atividades suspeitas na infraestrutura da tecnologia da informação do TRE-PI.
	Migração dos equipamentos servidores para a versão mais recente do Windows Server	Atualização dos sistemas operacionais dos servidores garantindo as correções mais recentes disponíveis e, consequentemente, aumento da segurança da informação.
	Instituição do Plano de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação	Instituído pela Portaria TRE-PI nº 560/2021. Tem como resultados a minimização das possibilidades de ocorrências de perdas, erros e fraudes através da avaliação, controle e monitoramento dos riscos do negócio identificados pela administração.
	Publicação do Manual do Planejamento e Gestão de Tecnologia da Informação	Instituído pela Portaria TRE-PI nº 583/2021, resultando na otimização do processo de trabalho de planejamento e gestão de Tecnologia de Informação.
	Publicação do Manual do Processo de Gestão de Contratos de TI	Instituído pela Portaria TRE-PI nº 689/2021, o qual atende ao Objetivo 6 da Resolução CNJ nº 370/2021 (ENTIC-JUD): Aprimorar as Aquisições e Contratações.

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados
<p>Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional</p>	Desenvolvimento de painéis gerenciais	Desenvolvimento de 5 (cinco) painéis que auxiliam as unidades judiciárias no acompanhamento e gestão dos processos. São eles: Acervo Processual, Situação Processual PJE 1º Grau, Gestão de Processos Antigos, Estoque Processual 1º Grau e Tempo Médio de Julgamento das Ações Penais.
	Realização de atividades de apoio ao saneamento de dados do sistema Atena	Redução de inconsistências nas estatísticas relativas à movimentação processual judicial.
<p>Promover a governança de contratações</p>	Aprimoramento da governança de contratações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resolução TRE-PI nº 427, de 14/09/2021, que dispõe sobre as aquisições de bens permanentes e de consumo e sobre as contratações de serviços ou obras no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; 2. Resolução TRE-PI nº 434, de 14/12/2021, que dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas no âmbito do TRE-PI; 3. Portaria TRE-PI nº 584, de 14/9/2021, que dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, referente às despesas discricionárias do TRE-PI.

Objetivo Estratégico

**Promover a relação
institucional com a sociedade**

Principais Iniciativas

Cidadania Eleitoral em tempos de pandemia

Contratações para melhoria do Centro Cultural
- Espaço Memória e modernização do arquivo

Promoção da política de gênero no TRE-PI

Realização de Eleições Comunitárias

Natal - TRE Solidário

Resultados

Elaborado vídeo de conscientização sobre votos branco e nulos, com a participação de Juíza membro da Corte, o qual foi divulgado nas mídias sociais do TRE-PI.

Contratações para a implementação de um novo Espaço Memória e novo arquivo, que contribuirão para o relacionamento da sociedade com a Justiça Eleitoral por meio de estratégias de comunicação e interação que fortalecem a percepção do papel do TRE-PI como instituição garantidora de direitos.

Por meio da Portaria Presidência TRE-PI nº 322, de 26/05/2021, o TRE-PI instituiu o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, onde se prevê que os contratos de serviços continuados reservarão 20% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Deste modo, foram reservadas 09 vagas para atendimento às mulheres vítimas de violência.

Promoção da cidadania por meio da realização de 14 eleições comunitárias, envolvendo vários órgãos públicos ou privados, além de associações de bairros e sindicatos, dentre outros. Ao todo, foram preparadas 147 urnas eletrônicas para um montante de aproximadamente 27.165 eleitores.

Arrecadados recursos, material para reciclagem e mudas para distribuição, bem como realizada oficina de decoração reciclada de natal e realizado evento de Natal com distribuição de presentes, plantas e coffee-break aos terceirizados, promovendo a melhoria do clima organizacional e ainda promovendo a sustentabilidade.

Objetivo Estratégico

Promover a sustentabilidade e a acessibilidade

Principais Iniciativas

Contratações para instalação de placas fotovoltaicas

Descarte correto dos EPIs nas Eleições de Juazeiro do Piauí

I Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Direito Ambiental

Implantação de política de contratações sustentáveis

Resultados

Contratação de empresa para com base nos estudos de viabilidade técnica realizados pela FADEX – fornecer e instalar Sistema de Minigeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID em 13 (treze) imóveis do Tribunal Eleitoral do Piauí, compreendendo a aprovação e viabilização deste junto à concessionária de energia (Parecer de Acesso), o fornecimento de todos os equipamentos e materiais, bem como a montagem completa, instalação e conexão junto à concessionária de energia, comissionamento e treinamento.

Realizada ação para conscientização de mesários, servidores, colaboradores e eleitores sobre a importância do descarte correto de resíduos sólidos, em especial dos equipamentos de proteção individual utilizados no pleito eleitoral realizado no município de Juazeiro do Piauí.

Realizado o I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO AMBIENTAL, em parceria com a UFPI e IFPI, em alusão ao dia do meio ambiente. O encontro foi disponibilizado na página do TRE-PI- no link: <https://www.youtube.com/watch?v=VwbwSHicjUA>. Ação teve com alcance de 449 visualizações e 57 curtidas.

Criada por meio da Resolução TRE-PI nº 434/2021, que define critérios de sustentabilidade em suas aquisições e contratações, conforme Resolução CNJ 400/2021, tendo adotado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU. No período de outubro a dezembro de 2021, o TRE-PI obteve o Percentual de 88,57% de aquisições e contratações realizadas com a inclusão de critério de sustentabilidade (PCS - 88,57%).

Objetivo Estratégico

Principais Iniciativas

Resultados

Promover a sustentabilidade e a acessibilidade

Live Café com Direito Ambiental

Realizada Live com o objetivo de destacar a importância da educação ambiental e fomentar a cultura de economia e sustentabilidade do TRE-PI, promovido em parceria com a UESPI. O evento foi exibido no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=4c1KN7pqUGc>. Ação com alcance de 144 visualizações e 22 curtidas.

Sustentabilidade e energia limpa

Realizada Live para discussão do tema: "Injustiças da sustentabilidade: conflitos socioambientais relacionados à produção de energia limpa no Piauí", em parceria com UESPI e IFPI. A live foi exibida no link: <https://www.youtube.com/watch?v=BH7xPRE0JgA>. Ação teve com alcance de 414 visualizações e 78 curtidas.

Aquisição e modernização de elevadores da sede do TRE/PI

Execução do projeto de dois elevadores, e substituição integral de um elevador, instalados nos edifícios sede e anexo do TRE-PI, contribuindo para a redução do impacto das atividades do Tribunal no meio ambiente, para a promoção da qualidade de vida no trabalho e para a garantia de autonomia à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida no uso de serviços, espaços e edificações.

Ampliação da acessibilidade dos prédios do TRE-PI

Implementação da acessibilidade física nos prédios da Justiça Eleitoral. Dos 64 (sessenta e três) prédios ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí, 40 (quarenta) encontram-se adaptados à acessibilidade aferida pelo CNJ, ou seja, 63% (sessenta e três por cento) do total. Nota-se que consta 23 (vinte e três) prédios ocupados com acessibilidade parcialmente adaptada e apenas 01 (um) sem acessibilidade.

Pesa Tudo – Coleta Seletiva TRE-PI

Realizado projeto de conscientização e promoção da coleta seletiva entre servidores, terceirizados, estagiários e magistrados, com a substituição de lixeiros por coletores conjugados, elaboração de manual de coleta seletiva e ainda a confecção de cartazes com orientações sobre o tema.

Riscos em projetos

O gerenciamento de riscos é o processo de tratamento das ameaças e oportunidades em situações específicas durante o ciclo de vida de um projeto ou plano de ação.

Para realizar a análise dos riscos das iniciativas do Tribunal (constantes da página seguinte), foi utilizada como base teórica a matriz de risco 4 x 4.

O eixo na vertical representa a probabilidade de ocorrência do risco, enquanto que o eixo horizontal representa seu impacto. A partir do cruzamento entre as classificações dos eixos foi possível identificar 16 fatores de risco, agrupados em quatro categorias:

- muito alto (vermelho)
- alto (laranja)
- médio (amarelo)
- baixo (verde).

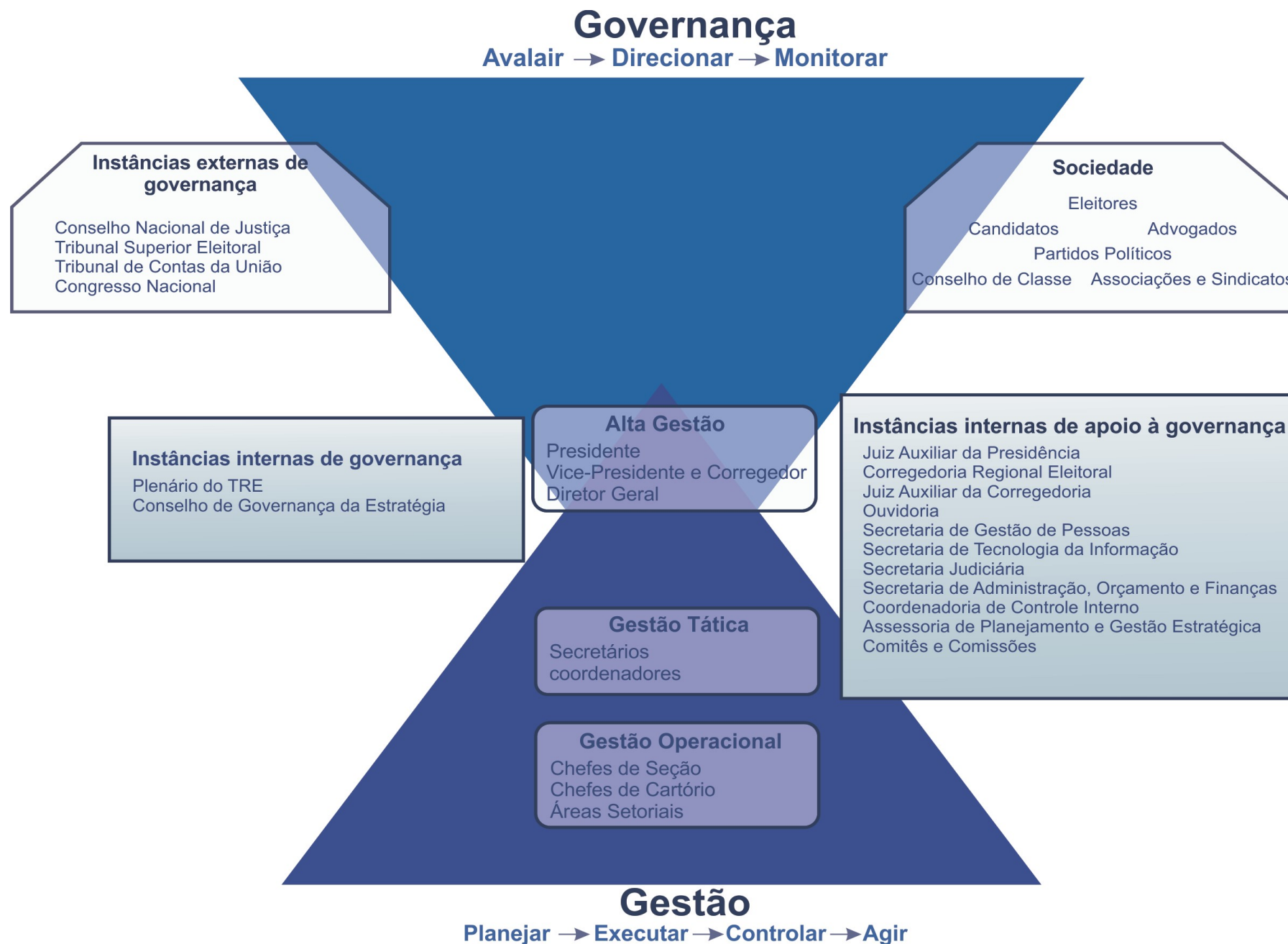
		Impacto			
		1 - Baixo	2 - Médio	3 - Alto	4 - Muito alto
Probabilidade	1 - Baixo	1	2	3	4
	2 - Médio	2	4	6	8
	3 - Alto	3	6	9	12
	4 - Muito alto	4	8	12	16

Legenda:  Baixo  Médio  Alto  Muito Alto

O quadro a seguir relaciona as principais iniciativas e o impacto dos riscos.

Iniciativa	Risco	Probabilidade	Impacto	Probabilidade x Impacto	
Implantação dos protocolos de crises cibernéticas instituído pelo CNJ no âmbito do Poder Judiciário	Não implementação das atividades previstas neste plano de ação	1-Baixa	4-Muito Alto	4-Muito Alto	
Promoção de políticas de gênero no âmbito do TRE-PI - Igualdade e equidade entre homens e mulheres	Não implementação das atividades previstas neste plano de ação	1-Baixa	3-Alto	3- Médio	
Revisão de todos os locais de votação nos sistemas ELO e GEL	Não execução das atividades de revisão dos locais de votação	1-Baixa	4-Muito Alto	4-Muito Alto	
Melhoria das Funcionalidades do Sistema Maxlog	Atraso ou não execução da identificação, desenvolvimento, implementação, homologa e produção de melhorias	1-Baixa	3-Alto	3- Médio	
Migração dos dados e criação de Sistema de Consulta a resultados de eleições antigas (eleições de 1945 a 1992)	Não implementação das atividades previstas neste plano de ação	1-Baixa	1-Baixo	1-Baixo	
Pesa Tudo—Coleta Seletiva TRE-PI	Reprografia não concluir o trabalho no prazo determinado.	2-Médio	4-Muito Alto	8-Muito Alto	
I Colóquio Internacional de Políticas Públicas e Direito Ambiental	Não disponibilizar os recursos necessários para realização da live	2-Médio	4-Muito Alto	8-Muito Alto	
Sustentabilidade e Energia Limpa	Não disponibilizar os recursos necessários para realização da live	2-Médio	4-Muito Alto	8-Muito Alto	
Processo de Planejamento e Gestão de Tecnologia da Informação	Aumento substancial da demanda de serviço na área de Governança em virtude do cumprimento à Resolução CNJ nº 370/2021	2-Médio	1-Baixo	2-Baixo	
Elaboração de processo de Gerenciamento de Contratos de TI	Indisponibilidade de servidores para elaboração processo de Gerenciamento de Contratos de TI	1-Baixa	2-Médio	2- Médio	
Elaboração de plano de continuidade de serviços essenciais de TI	Indisponibilidade de servidores para elaboração do plano de continuidade de serviços essenciais de TI	1-Baixa	2-Médio	2- Médio	
Elaboração de plano de Gestão de Riscos de TI	Nível insuficiente de conhecimento da equipe acerca do tema	2-Médio	3-Alto	6-Alto	
Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021 a 2026	Não incluir no PDTI iniciativas necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos.	2-Médio	3-Alto	6-Alto	
Live Café com Direito Ambiental	Não disponibilizar os recursos necessários	2-Médio	4-Muito Alto	8-Muito Alto	
Adequação do TRE-PI à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	Baixa experiência da equipe na realização das atividades	2-Médio	2-Médio	4- Médio	

Instâncias de governança e gestão



3. Gestão das Áreas Estratégicas e de Controle



Gestão administrativa, orçamentária e financeira

CONFORMIDADE LEGAL

A Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF) possui três pilares de atuação: (1) Administração Orçamentária e Financeira, (2) Apoio Administrativo e (3) Contratações e Patrimônio, gerenciados por suas unidades: Gabinete SAOF, Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COOF, Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD e Coordenadoria de Contratações e Patrimônio – COCONP.

As atividades desenvolvidas pela SAOF têm ligação direta com os objetivos estratégicos do TRE-PI de “aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira” e de “promover a governança das contratações”, estabelecidos no Plano Estratégico Ciclo 2021-2026, e de apoio aos demais objetivos constantes do referido plano, contribuindo para o alcance da missão institucional do TRE-PI de *“garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia”*.

Para garantir a conformidade legal dessa atuação, além dos controles primários de cada unidade, a SAOF conta em seu Gabinete com Assistência Jurídica (AJURSAOF), onde se verifica a conformidade com as normas internas deste Tribunal e as outras normas vigentes inerentes a cada área de atuação (Orçamentária/Financeira/Contratações/Patrimônio/Apoio Administrativo).

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O TRE-PI, órgão integrante da Justiça Eleitoral (JE), observa a normatização, as diretrizes e os procedimentos afetos à gestão orçamentária e financeira estabelecidos por meio de resoluções, portarias, orientações e instruções normativas do TSE, as quais são regulamentadas de forma específica, quando necessário, no âmbito deste Regional.

Em 2021, foi publicada a Portaria TRE-PI nº 584, de 14/9/2021, que dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e do monitoramento da sua execução, referente às despesas discricionárias do TRE-PI.

Registre-se que as informações relativas à gestão orçamentária e financeira encontram-se disponibilizadas na página “Transparência e Prestação de Contas” do TRE-PI, no link: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-e-financeira>.

PERFIL ORÇAMENTÁRIO

Historicamente, o orçamento do TRE-PI é distribuído nos GNDs 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 3 – Custeio e 4 – Equipamentos e Materiais Permanente. Excepcionalmente, entre os anos de 2001 e 2003 foi autorizado orçamento no GND 5 – Inversões Financeiras, destinados a aquisição de diversos imóveis. Em geral, o orçamento com despesas obrigatórias varia entre 80% e 90% do total do orçamento autorizado anualmente, enquanto as despesas discricionárias variam entre 10% e 20%.

ORÇAMENTO 2021

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em março de 2020, com base nos contratos de natureza continuada vigentes naquele exercício e nas demandas apresentadas pelas unidades administrativas, elaborou a proposta orçamentária inicial para o exercício de 2021, relativa às despesas ordinárias discricionárias, já que a proposta orçamentária referente às despesas ordinárias obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios), que corresponde a 89% do orçamento do TRE/PI, é elaborada pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base nas informações prestadas pelo TRE/PI no SIGEPRO-Pessoal, no tocante ao quantitativo de servidores ativos, inativos e pensionistas e no número de beneficiários inscritos no mês de março de 2020 nos benefícios assistenciais (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Auxílio-Pré-Escolar, Assistência Médica e Odontológica bem como na previsão de concessão de Auxílio-Funeral e Auxílio-Natalidade para o exercício de 2021.

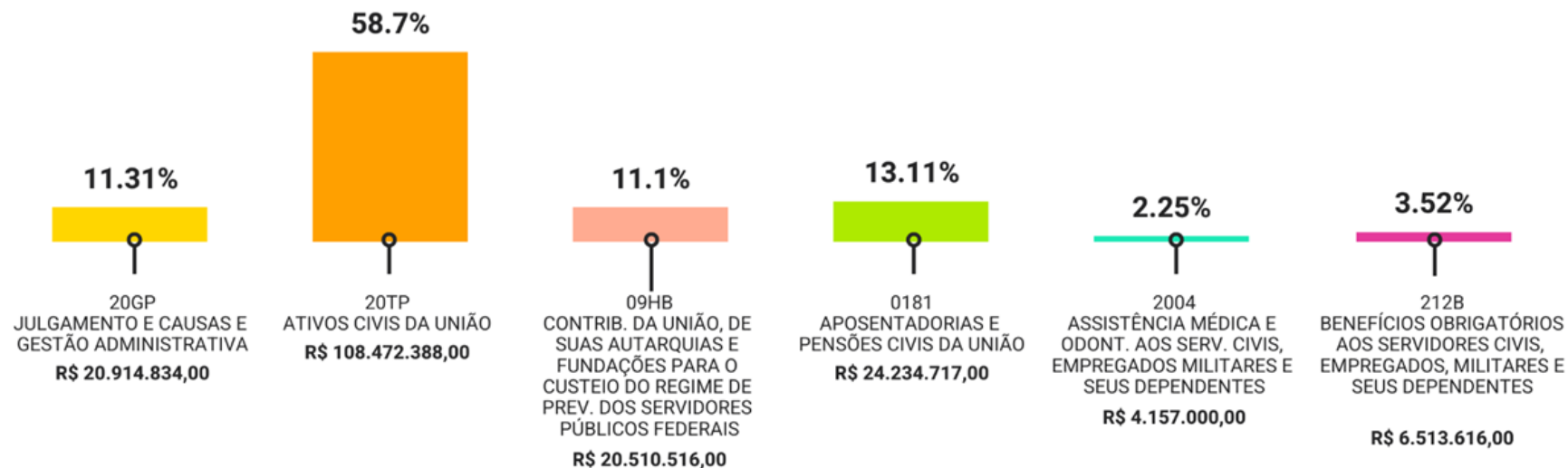
A exemplo do que vem ocorrendo desde o início da vigência da Emenda Constitucional 095/2016, ao disponibilizar o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária, para fins de captação da proposta orçamentária ordinária relativa às despesas discricionárias para 2021, o TSE estabeleceu inicialmente o referencial monetário, no valor de R\$ 19.859.208,00 (dezenove milhões oitocentos e cinquenta e nove mil e duzentos e oito reais), com base na inflação acumulada no período de julho/2019 a janeiro/2020 e a estimativa da inflação no período de fevereiro a junho/2020. Após definição da inflação acumulada no período de julho/2019 a junho/2020, o TSE concedeu na fase de ajustes da proposta orçamentária parcela de extrateto, no valor de R\$ 1.055.626,00 (um milhão, cinquenta e cinco mil e seiscentos e vinte e seis reais). Assim, a proposta orçamentária ordinária discricionária para o exercício de 2021 foi finalizada em R\$ 20.914.834,00 (vinte milhões novecentos e quatorze mil e oitocentos e trinta e quatro reais), distribuída conforme quadro a seguir.

Quadro 001 – Orçamento aprovado na LOA/2021

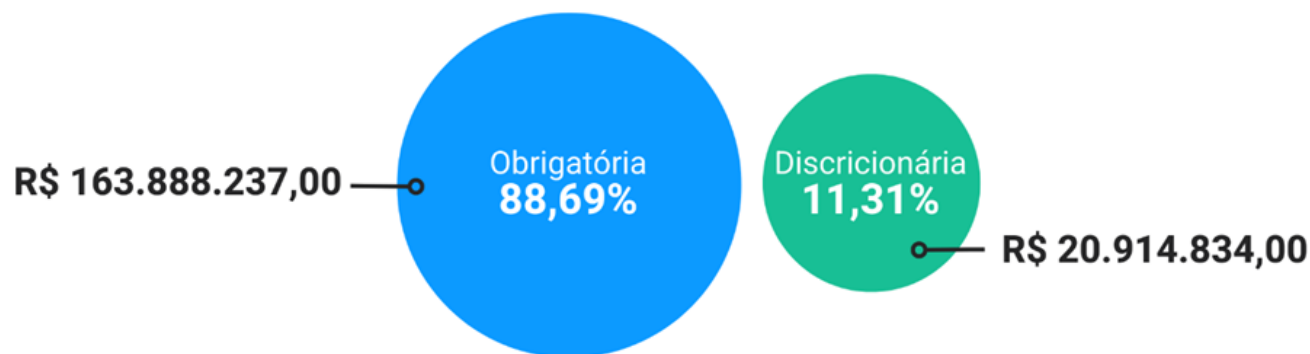
NATUREZA	AÇÃO DE GOVERNO	TIPO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GND	UO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	VALOR	% SOBRE O ORÇAMENTO
DISCRICIONÁRIA	20GP– JULGAMENTO E CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	OUTROS CUSTEIOS	001 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	3	TRE-PI	20.571.834	11,13%
			002 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	TRE-PI	193.000	0,1%
			EJE0 – CAPACITAÇÃO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJE	3	TRE-PI	107.000	0,06%
		DESPESAS DE CAPITAL	001 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	TRE-PI	43.000	0,02%
OBRIGATÓRIA	20TP – ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS	001 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	TSE	108.472.388	58,70%
	09HB – CONTRIB. DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREV. DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	PESSOAL E ENCARGOS	0000 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1	TSE	20.510.516	11,10%
	0181 – APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS	0000 - APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	1	TSE	24.234.717	13,11%
	2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. CIVIS, EMPREGADOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0001 – ASSIST. MÉD. E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	3	TSE	4.157.000	2,25%
	212B – BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0001 – ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	3	TSE	941.263	0,51
			0003 – AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	3	TSE	39.780	0,02
			0005 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS ATIVOS	3	TSE	5.340.350	2,89
			0009 – AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	TSE	192.223	0,10
	TOTAL						184.803.071

ORÇAMENTO APROVADO NA LOA/2021 R\$ 184.803.071,00

Ações de Governo



Natureza da Despesa



Quadro 002 – Alterações Orçamentárias/2021 (Líquidas)

AÇÃO DE GOVERNO	GND	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CONTINGEN- CIAMENTO	PROVISÃO RECEBIDA	PROVISÃO CON- CEDIDA	CANCELAMENTO	DESTAQUE CONCE- DIDO
20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	3	-	-	-	-	-	4.641.710	-
	4	9.040.010	-	-	-	-	-	-
20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União	1	3.407.997	-	-	-	-	-	-
2004 – Assistência Médica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	3	37.864	-	-	-	-	-	-
0212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores	3	-	-	-	-	-	214.870	-
09HB – Contribuição da União e das Autarquias para o RPSSS	1	212.838	-	-	-	-	160.000	-
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	1	178.986	-	-	-	-	850.000	-
4269 – Pleitos Eleitorais	1	-	-	-	393.082	-	-	-
	3	-	-	-	355.215	-	-	-
TOTAL		12.877.695	-	-	748.297	-	5.866.580	-

Vale ressaltar que não houve variação entre o valor total programado na Proposta Orçamentária/2021 e o valor aprovado na LOA/2021, assim como não ocorreram variações significativas no orçamento durante o exercício de 2021, exceto em relação àquelas que ocorreram na ação 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, na qual se verifica cancelamento de crédito de 22% (vinte e dois por cento) no GND3 da referida ação de governo, tendo sido o valor cancelado no GND3 oferecido como fonte de recurso para viabilizar suplementação de crédito no GND4 da mesma ação de governo.

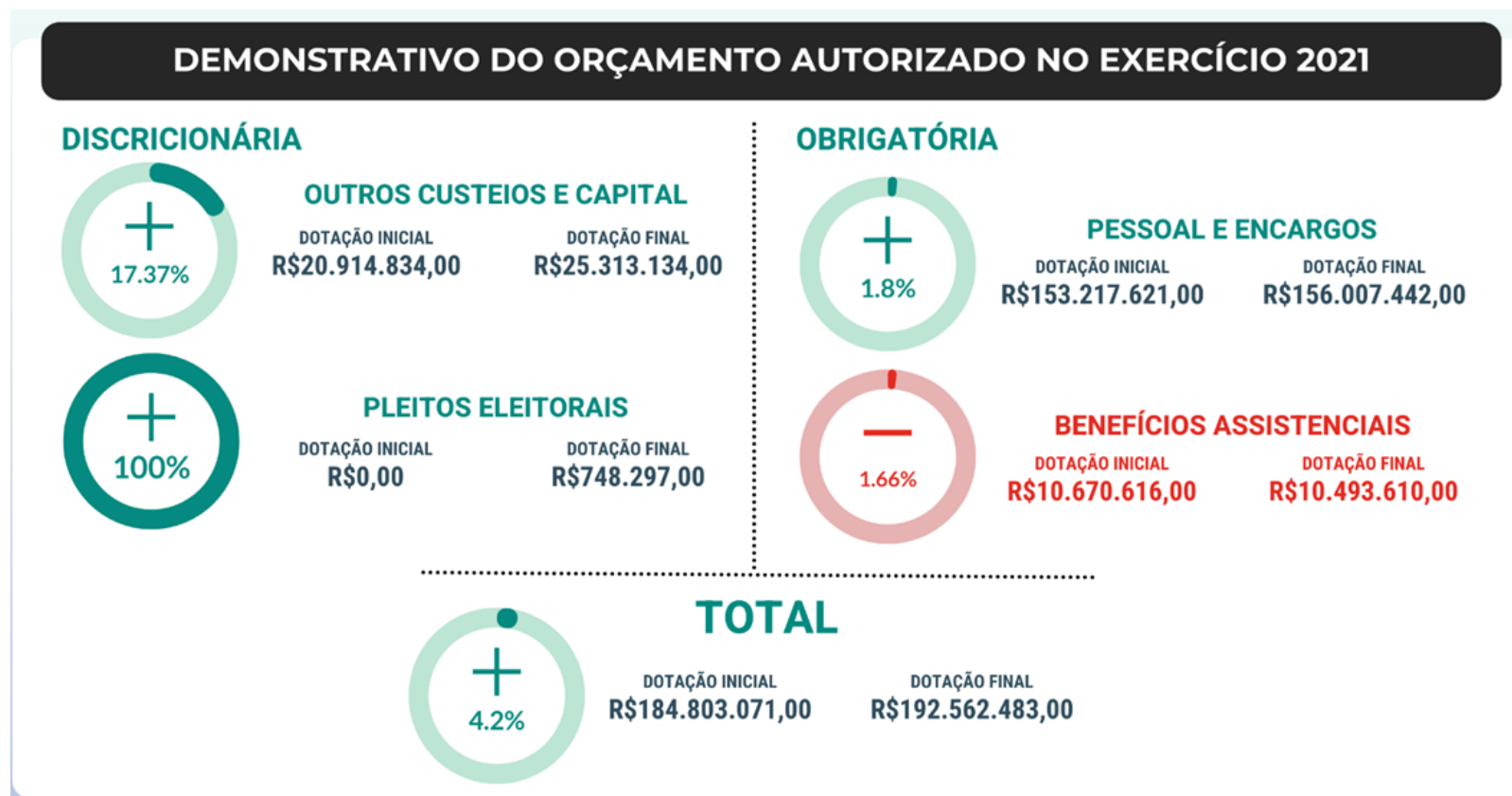
Nos quadros a seguir, constam as demonstrações dos orçamentos do TRE/PI autorizados na LOA/2020 e LOA/2021, bem como das respectivas variações orçamentárias ocorridas durante os referidos exercícios financeiros, detalhadas por Grupo de Natureza de Despesa – GND.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS 2020-2021
Quadro 003 – Demonstrativo do orçamento autorizado no exercício de 2020

NATUREZA	TIPO	GND	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		CONTINGENCIAMENTO	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		DOTAÇÃO FINAL	VARIÇÃO TOTAL (%)
				ACRÉSCIMOS	DESCRÉSCIMOS		PROVISÃO RECEBIDA	DESTAQUE CONCEDIDO		
DISCRICIONÁRIA	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	3	19.859.208	570.350	2.550.000	-	-	-	17.879.558	-9,96%
		4	-	4.726.100	-	-	-	-	4.726.100	100%
	PLEITOS ELEITORAIS	1	-	0	-	-	8.060.249	-	8.060.249	100,00%
		3	-	0	-	-	8.248.767	-	8.248.767	100,00%
OBRIGATÓRIA	PESSOAL E ENCARGOS	1	145.808.199	8.286.323	1.826.651	-	-	-	152.267.871	4,43%
	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	3	9.781.914	898.547	101.400	-	-	-	10.579.061	8,149%
Fonte: SIGEPRO/Tesouro Gerencia		TOTAL	175.449.321	14.481.320	4.478.051	-	16.309.016	-	201.761.606	14,99%

Quadro 004 – Demonstrativo do orçamento autorizado no exercício de 2021

NATUREZA	TIPO	GND	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		CONTINGENCIAMENTO	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO		DOTAÇÃO FINAL	VARIÇÃO TOTAL (%)
				ACRÉSCIMOS	DESCRÉSCIMOS		PROVISÃO RECEBIDA	DESTAQUE CONCEDIDO		
DISCRICIONÁRIA	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	3	20.871.834	-	4.641.710	-	-	-	16.230.124	-22,22%
		4	43.000	9.040.010	-	-	-	-	9.083.010	21.023,28%
	PLEITOS ELEITORAIS	1	-	-	0,00	-	393.082	-	393.082	100,00%
		3	-	-	0,00	-	355.215	-	355.215	100,00%
OBRIGATÓRIA	PESSOAL E ENCARGOS	1	153.217.621	3.799.821	1.010.000	-	-	-	156.007.442	1,80%
	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3	10.670.616	37.864	214.870	-	-	-	10.493.610	-1,66%
Fonte: SIGEPRO/Tesouro Gerencial		TOTAL	184.803.071	12.877.695	5.866.580	-	748.297	-	192.562.483	4,20%



Da análise dos quadros acima é possível verificar que no tocante aos recursos aprovados nas respectivas leis orçamentárias anuais não houve evolução significativa no orçamento do TRE/PI no biênio 2020/2021, considerando que a evolução foi de apenas 5,33%. No tocante ao orçamento total autorizado no exercício (LOA + Créditos), a evolução foi de 3,43%. Estão excluídas desse percentual as provisões concedidas em 2020 e 2021 para atendimento das despesas com eleições municipais em 2020, eleição suplementar no exercício de 2021 no Município de Juazeiro do Piauí e também para manutenção das urnas eletrônicas no biênio 2020/2021.

Em se tratando apenas das despesas ordinárias discricionárias, a evolução do orçamento total aprovado foi de 11,98%, considerando que o orçamento autorizado em 2020 (LOA + créditos) foi R\$ 22.605.658,00 (vinte e dois milhões seiscentos e cinco mil e seiscentos e cinquenta e oito reais) e que em 2021 foi R\$ 25.313.134,00 (vinte e cinco milhões trezentos e treze mil e cento e trinta e quatro reais), cuja execução orçamentária está demonstrada no quadro abaixo:

ALOCAÇÃO DE RECURSOS—VALORES EMPENHADOS—CUSTEIO E INVESTIMENTO

Quadro 005 – Execução das Despesas Ordinárias Discricionárias								
AÇÃO DE GOVERNO	TIPO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GND	ORÇAMENTO AUTORIZADO	DESPEAS EMPENHADA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	LIQUIDAÇÃO	DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR
20GP– JULGAMENTO E CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	OUTROS CUSTEIOS	001 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	3	15.921.124	15.920.871	100%	13.212.904	2.707.967
		002 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	239.000	238.824	99,92%	207.676	31.148
		EJE0 – CAPACITAÇÃO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL – EJE	3	70.000	60.365	86,24%	60.365	0,00
	DESPESAS DE CAPITAL	001 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	9.083.010	9.081.376	99,98%	522.551	8.558.825
			TOTAL	25.313.134	25.301.436	99,95%	14.003.496	11.297.940

EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORDINÁRIAS DISCRICIONÁRIAS**Despesas de Capital**001 – JULGAMENTO DE CAUSAS
E GESTÃO ADMINISTRATIVA**Percentual de Execução do Orçamento****99.98 %****Outros Custeios**001 – JULGAMENTO DE CAUSAS
E GESTÃO ADMINISTRATIVA**100 %**002 – CAPACITAÇÃO DE
RECURSOS HUMANOS**99.92 %**EJEO – CAPACITAÇÃO DA
ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
– EJE**86.24 %**

No tocante às despesas ordinárias obrigatórias (pessoal e encargos sociais e benefícios) a evolução do orçamento total aprovado em 2021 (LOA + créditos) foi de 2,24% em relação a 2020, tendo em vista que o orçamento total autorizado (LOA + crédito) em 2020 foi de R\$ 162.646.932,00 (cento e sessenta e dois milhões seiscentos e quarenta e seis mil e novecentos e trinta e dois reais) e que em 2021 foi de R\$ 166.501.052,00 (cento e sessenta e seis milhões quinhentos e um mil e cinquenta e dois reais), cuja execução orçamentária está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 006 - Execução das Despesas Ordinárias Obrigatórias

AÇÃO DE GOVERNO	TIPO	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GND	ORÇAMENTO AUTORIZADO	DESPESAS EMPENHADA	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	LIQUIDAÇÃO	DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR
20TP – ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS	001 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	111.880.385	110.968.093	99,18%	108.794.853	2.173.239
09HB – CONTRIB. DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREV. DOS SERV. PÚB. FEDERAIS	PESSOAL E ENCARGOS	0000 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS	1	20.563.354	20.238.028	98,42%	20.238.028	-
0181 – APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	PESSOAL E ENCARGOS	0000 - APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	1	23.563.703	23.363.475	99,15%	23.363.475	-
2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. CIVIS, EMPREG. MILITARES E SEUS DEPENDENTES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0001 – ASSIST. MÉD. E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	3	4.194.864	4.194.864	100%	4.171.681	23.183
212B – BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0001 – ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERV. CIVIS E DE EMPREGADOS	3	956.593	952.342	99,56%	952.342	-
	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0003 – AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	3	35.480	28.395	80,03%	28.395	-
	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0005 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS ATIVOS	3	5.217.450	5.190.407	99,48%	5.190.407	-
	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0009 – AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	3	89.223	54.758	61,37%	54.758	-
TOTAL				166.501.052	164.990.362	99,09%	162.793.939	2.196.422

Registre-se que as despesas foram programadas e executadas no exercício financeiro de 2021 alinhadas com os objetivos estratégicos do TRE/PI.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Evolução das despesas empenhadas, liquidadas e pagas 2020-2021

Informações sobre a Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

Está demonstrada no quadro abaixo a liquidação da despesa ocorrida nos exercícios de 2020 e 2021, por modalidade de licitação.

Quadro 007 – Despesas por modalidade de contratação			Valores em R\$ 1,00	
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA		DESPESA PAGA	
	2021	2020	2021	2020
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.142.696	17.823.385	10.142.696	17.823.385
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	10.142.696	17.823.385	10.142.696	17.823.385
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.648.457	2.950.183	3.648.457	2.950.183
h) Dispensa	1.364.156	870.280	1.364.156	870.280
i) Inexigibilidade	2.284.301	2.079.903	2.284.301	2.079.903
3. Regime de Execução Especial	90.471	429.681	90.471	429.681
j) Suprimento de Fundos	90.471	429.681	90.471	429.681
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	163.152.064	168.228.294	163.152.064	168.228.294
k) Pagamento em Folha	162.892.709	167.672.778	162.892.709	167.672.778
l) Diárias	259.355	555.516	259.355	555.516
5. Outros	354.858	2.266.154	354.858	2.266.154
6. Total (1+2+3+4+5)	177.388.546	191.697.697	177.388.546	191.697.697
Fonte: Tesouro Gerencial				

EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 2021

92,92%

DESPESA PAGA
EM RELAÇÃO À
DESPESA EMPENHADAR\$ 190.901.214
DESPESA EMPENHADAR\$ 177.388.546
DESPESA PAGA

A execução orçamentária verificada a menor no exercício de 2021 em relação a 2020, nas modalidades de contratação Pregão, Suprimento de Fundos, Diárias e Outros decorreram da realização das Eleições/2020, o mesmo ocorrendo na execução apurada com Pagamento de Folha. A exemplo do que ocorreu nas variações demonstradas no Quadro acima, a execução por grupo de despesa também teve comportamento semelhante, motivado pelas contratações e aquisições decorrentes das Eleições 2020, conforme se observa abaixo.

Quadro 008 - Despesas Correntes					Valores em R\$ 1,00			
DESPESAS CORRENTES								
GRUPOS DE DESPESA	EMPENHADA		LIQUIDADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
1. Despesas de Pessoal	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
3.1.90.11	107.021.716	104.863.158	107.019.892	104.863.158	1.823	-	107.019.892	104.863.158
3.1.91.13	20.442.768	19.912.053	20.442.768	19.912.053	-	-	20.442.768	19.912.053
3.1.91.01	18.098.514	18.457.676	18.098.514	18.457.676	-	-	18.098.514	18.457.676
Demais elementos do grupo	9.399.547	15.764.929	7.228.132	14.235.363	2.171.416	1.529.566	7.228.132	14.235.363
3. Outras Despesas Correntes								
3.3.90.37	6.889.007	10.280.199	6.365.707	7.145.831	523.301	3.134.368	6.365.707	7.145.831
3.3.90.46	5.190.407	5.304.818	5.190.407	5.304.818	-	-	5.190.407	5.304.818
3.3.90.39	4.454.438	6.003.383	4.038.688	5.161.313	968.531	842.070	4.038.688	5.161.313
Demais elementos do grupo	10.323.440	14.971.698	8.481.886	14.173.158	1.288.773	798.540	8.481.886	14.173.158
Fonte: Tesouro Gerencial								

Quadro 009 - Despesas de Capital						Valores em R\$ 1,00			
DESPESAS DE CAPITAL									
GRUPOS DE DESPESA		EMPENHADA		LIQUIDADADA		RP NÃO PROCESSADOS		VALORES PAGOS	
4. Investimentos	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
4.4.90.51	4.593.596	-	90.174	-	4.503.422		-		
4.4.90.52	4.223.430	3.407.025	177.974	2.176.003	4.045.456	1.231.022	2.176.003	2.176.003	
4.4.90.40	248.254	268.323	248.254	268.323	-	-	268.323	268.323	
Demais elementos do grupo	16.096	-	6.150	-	9.946	-	-		
Fonte: Tesouro Gerencial									

A variação positiva na execução das despesas de capital no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020 ocorreu em razão do remanejamento de crédito do orçamento do TRE-PI do GND3 (Custeios) para o GND4 (Investimentos) da ação de governo 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa e também do crédito concedido para instalação de placas fotovoltaicas *ON-GRID* em 13 (treze) imóveis, autorizado por meio de oferecimento de fonte de recurso pelo TSE.

Segue demonstrada no quadro 10 a execução do orçamento líquido autorizado no exercício de 2021 (LOA + crédito + provisões), totalizando R\$ 192.562.482,85 (cento e noventa e dois milhões quinhentos e sessenta e dois mil quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Quadro 010

GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA		DOTAÇÃO LÍQUIDA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA PAGA	RP INSCRITOS	SOBRAS
CÓD.	DESCRIÇÃO					
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	156.400.524	154.962.545	152.789.307	2.173.239	1.437.978
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.078.949	26.857.293	24.076.688	2.780.605	221.657
4	INVESTIMENTOS	9.083.010	9.081.376	522.551	8.558.825	1.634
TOTAL		192.562.483	190.901.214	177.388.546	13.512.669	1.661.269
PERCENTUAL SOBRE O ORÇAMENTO AUTORIZADO			99,14%	92,11%	7,01%	0,86%

Em geral, não houve dificuldade para execução do orçamento autorizado, o que se pode verificar pelo resultado alcançado, conforme quadro acima.



Evolução do orçamento com provisões – por unidade orçamentária, programa e função – 2021

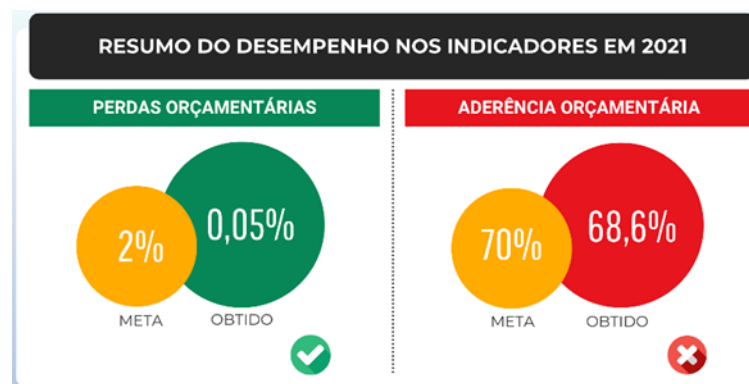
Quadro 011 - Distribuição do Orçamento e Provisões por Unidade Orçamentária e Programas												
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA						DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO AUTORI- ZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITO		DOTAÇÃO LÍQUIDA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		FUNÇÃO- SUBFUNÇÃO	DESCRIÇÃO		GND	ACRÉSCIMOS		DESCRÉSCIMOS	PROVISÃO	DESTAQUE	H = D- E+F+G	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		PROGRAMA	AÇÃO E SUBTÍTULO		A	B	C				D=A+B+C
14101	TRIBUNAL SUPE- RIOR ELEITORAL	02.061	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	3	0	0	0	-	355.215,24	0	355.215
14101	TRIBUNAL SUPE- RIOR ELEITORAL	02.061	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	1	0	0	0	-	393.081,61	0	393.082
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.122	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	4	43.000,00	9.040.010,00	0,00	9.083.010	-	0	9.083.010
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.122	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	18.470.048,00		(4.641.710,00)	13.828.338	-	0	13.828.33 8
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.122	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	2.401.786,00		0,00	2.401.786	-	0	2.401.786
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.122	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	108.472.388,00	3.407.997,00	0,00	111.880.385	-	0	111.880.3 85
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.301	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	4.157.000,00	37.864,00	0,00	4.194.864	-	0	4.194.864
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.301	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	BENEFÍCIOS OBRIGATÓ- RIOS AOS SERVIDORES - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	6.513.616,00		(214.870,00)	6.298.746	-	0	6.298.746
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	02.846	GESTÃO DO PROCES- SO ELEITORAL	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	20.510.516,00	212.838,00	(160.000,00)	20.563.354	-	0	20.563.35 4
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	09.272	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIO- NISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSEN- TADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	0,00	178.986,00		178.986	-	0	178.986
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	09.272	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIO- NISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSEN- TADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	14.917.463,00	0	0,00	14.917.463	-	0	14.917.46 3
14118	TRIBUNAL REGI- ONAL ELEITORAL DO PIAUÍ	09.272	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIO- NISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSEN- TADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	9.317.254,00	0	(850.000,00)	8.467.254	-	0	8.467.254
TOTAL						184.803.071	12.877.695	5.866.580	191.814.186	748.297		192.562.4 8

Execução do orçamento por programa e ação orçamentária

Quadro 012 - Execução Orçamentária por Programa e Ação Orçamentária									
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DOTAÇÃO LÍ- QUIDA (A)	EXECUÇÃO					
DESCRIÇÃO		GND		EMPENHADO (B)	%(C=B/A)	LIQUIDADO (D)	%(E=D/A)	PAGO (F)	%(G=F/A)
PROGRAMA	AÇÃO E SUBTÍTULO								
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	3	355.215	216.465	60,9%	198.159	55,8%	198.159	55,8%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	PLEITOS ELEITORAIS	1	393.082	392.950	100,0%	392.950	100,0%	392.950	100,0%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	4	9.083.010	9.081.376	100,0%	522.551	5,8%	522.551	5,8%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	13.828.338	13.818.274	99,9%	11.170.105	80,8%	11.170.105	80,8%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINIS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	2.401.786	2.401.786	100,0%	2.310.840	96,2%	2.310.840	96,2%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	111.880.385	110.968.093	99,2%	108.794.854	97,2%	108.794.854	97,2%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLOGI-CA AOS - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	4.194.864	4.194.864	100,0%	4.171.681	99,4%	4.171.681	99,4%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVI-DORES - NO ESTADO DO PIAUÍ	3	6.298.746	6.225.903	98,8%	6.225.903	98,8%	6.225.903	98,8%
GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	CONTRIBUIÇÃODA UNIÃO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	20.563.354	20.238.028	98,4%	20.238.028	98,4%	20.238.028	98,4%
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	178.986	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	14.917.463	14.917.463	100,0%	14.917.463	100,0%	14.917.463	100,0%
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - NO ESTADO DO PIAUÍ	1	8.467.254	8.446.012	99,7%	8.446.012	99,7%	8.446.012	99,7%
TOTAL			192.562.483	190.901.214	99,1%	177.388.546	92,1%	177.388.546	92,1%

Análise do desempenho realizado com o desempenho esperado/orçado

Apresentação e análise de indicadores de desempenho.



Quadro 013 – Índice de perdas orçamentárias

DADOS GERAIS DO INDICADOR

Indicador estratégico	Índice de perdas orçamentárias
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão orçamentária
O que medir	Relação entre o valor não executado e o valor disponível*1, considerando orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados) – orçamento não executado.
Para que medir	Otimizar o planejamento orçamentário.
Como medir	Orçamento não empenhado/Orçamento autorizado.
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SAOF/COOF
Polaridade	Quanto menor melhor
Tipo	Economicidade
Fonte	COOF

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício de 2021		Resultado nos exercícios anteriores		
Estimada	Realizada	2018	2019	2020
2%	0,05%	1,72%	1,30%	4,79%

Análise dos Resultados de 2021: conclusões quantitativas e qualitativas

Resultados alcançados:	Causas do não alcance da meta:	Proposta de solução:
------------------------	--------------------------------	----------------------

Meta alcançada

Fonte: COOF

Quadro 014 – Índice de aderência orçamentária

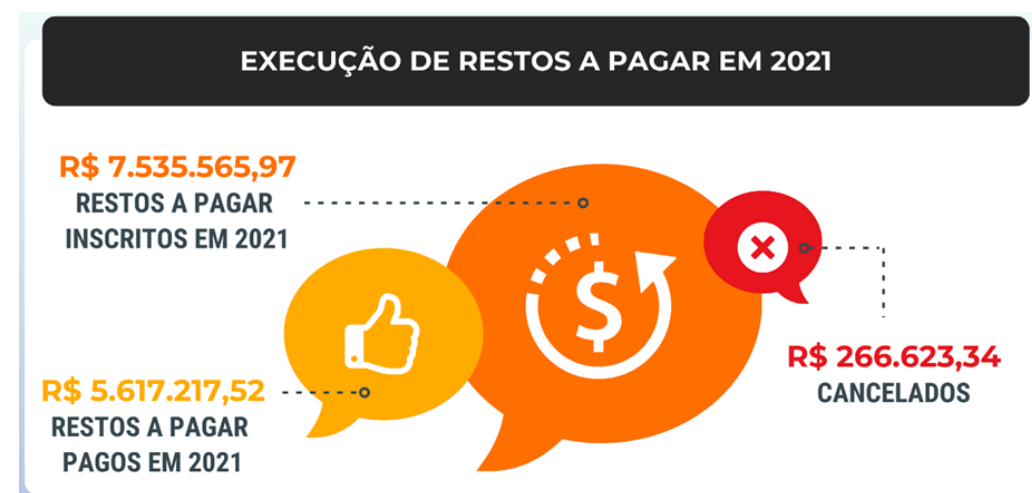
DADOS GERAIS DO INDICADOR					
Indicador estratégico		Aderência orçamentária			
Objetivo estratégico		Aperfeiçoar a gestão orçamentária			
O que medir		Percentual de execução de acordo com o planejado			
Para que medir		Otimizar o planejamento orçamentário			
Como medir		Orçamento executado fielmente / Orçamento planejado*Total Executado em Acordo com a Programação Orçamentária ÷Recursos Orçamentários Alocados no SIGEPRO Obs. 1: Serão considerados os Recursos Orçamentários Alocados no SIGEPRO após o fechamento da proposta orçamentária no sistema. Obs. 2: Não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, despesas custeadas pela fonte 50 e créditos reabertos no exercício subsequente.			
Periodicidade		Anual			
Cumprimento		SAOF/COOF			
Polaridade		Quanto maior melhor			
Tipo		Economicidade			
Fonte		COOF			
Evolução dos resultados do Indicador					
Meta para o exercício de 2021		Resultado nos exercícios anteriores			
Prevista		Realizada		2018	
70%		68,6%		70,24%	
				2019	
				2020	
				76,67%	
				79,70%	
Análise dos Resultados de 2021: conclusões quantitativas e qualitativas					
Resultados alcançados:		Causas do não alcance da meta:		Proposta de solução:	
Meta não alcançada		A meta não foi alcançada em virtude das alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício financeiro. Ressalte-se que, em virtude da pandemia da COVID-19, houve redução nas despesas previstas com água, energia, passagens e diárias, principalmente. Objetivando o cumprimento das emendas Constitucionais 100 e 102 o TRE/PI optou pelo remanejamento das sobras previstas no GND3 da ação de governo 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa para o GND4 da mesma ação.		Considerando que a pandemia teve início em março de 2020, coincidindo com o período de elaboração da proposta orçamentária para 2021. Naquele momento não havia qualquer previsão em relação tempo de duração da pandemia. Diante disso, as despesas de natureza continuada para 2021 foram estimadas com base na execução de 2020. Para 2022, o orçamento foi elaborado considerando os efeitos da pandemia, objetivando o alcance da meta.	
Fonte: COOF					

Cabe registrar que todo o orçamento foi consignado em ações orçamentárias do Programa de Gestão e Manutenção, não tendo sido aprovado orçamento, sequer em subtítulos, para nenhuma ação relacionada a **Programa Temático**. Também não houve execução de Restos a Pagar não processados referentes a despesas abrangidas neste tópico (Programa Temático).

Execução de restos a pagar em 2021

Do montante da despesa inscrita em restos a pagar em 2021 (R\$ 7.535.565,97), foi paga durante o exercício a quantia de R\$ 5.617.217,52 (cinco milhões seiscentos e dezessete mil duzentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos) e cancelado o montante de R\$ 266.623,34 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos). Desse valor, R\$ 72.705,60 (setenta e dois mil setecentos e cinco reais e sessenta centavos) se referem à nota de empenho 2020NE001764, que tratava de aquisição e cadeiras de rodas não entregues pela empresa contratada. As demais despesas canceladas se referem a material de consumo também não entregues pelas empresas contratadas (R\$ 35.210,62), saldo de empenho de despesas estimativas, cujas faturas foram apresentadas com valores inferiores aos previstos, dentre outras.

Por outro lado, houve reinscrição de restos a pagar relativa a despesas empenhadas em 2019, no montante de R\$ 264.838,37 (duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), referentes, principalmente a repactuação de contratos, sendo que não houve qualquer pagamento no exercício de 2021, por não terem sido apresentados os documentos hábeis ao pagamento.



Restos a pagar por grupo de despesa

Da despesa total empenhada no exercício financeiro de 2021, foi liquidada a quantia de R\$ 177.388.545,62 (cento e setenta e sete milhões trezentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). O saldo remanescente da despesa empenhada (R\$ 13.513.668,35) foi devidamente inscrito em restos a pagar no exercício financeiro de 2022. É importante mencionar que do montante inscrito em restos a pagar R\$ 8.558.824,77 (oito milhões quinhentos e cinquenta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) são relativos a investimentos, cujos recursos orçamentários para viabilizar as contratações foram decorrentes de créditos adicionais aprovados na última fase de crédito, principalmente.

Quadro 015 – Restos a pagar por grupo de despesa			
GRUPO DA NATUREZA DA DESPESA		RP INSCRITOS	PERCENTUAL
CÓD.	DESCRIÇÃO		
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.173.239	16%
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.780.605	21%
4	INVESTIMENTOS	8.558.825	63%
TOTAL		13.512.669	100%

Principais desafios e ações futuras

A. De acordo com o cenário orçamentário para o exercício de 2022, comparando-se com o orçamento autorizado no exercício de 2021 (LOA + Créditos), verifica-se a necessidade de ações por parte das unidades administrativas demandantes das despesas relativas a serviços eventuais, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, e novas despesas de natureza continuada (terceirização de mão de obra) a serem contratadas pelo TRE/PI, de modo que as contratações ocorram o quanto antes, evitando, assim, sobras orçamentárias ao final do exercício financeiro de 2022 e a necessidade de justificar a inexecução das despesas discricionárias, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 100 e 102.

B. O Regulamento da Secretaria do TRE/PI (Res. nº 271/2013) no que concerne ao organograma da área de orçamento e finanças, não contempla em sua estrutura de uma unidade específica de contabilidade.

Ações futuras:

A1. Fixar calendário de contratações de serviços/aquisições de forma que a execução do orçamento se efetive em pelo menos 80% até o meio do ano, visando o alcance do objetivo estratégico de aperfeiçoamento da gestão orçamentária.

B1. Criação de uma Seção de Contabilidade ou Serviço de Contabilidade.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O TRE-PI, por meio da Portaria TRE-PI 1138/2020, aprovou o Plano de Contratações Anual do TRE-PI (PCA) para o exercício de 2021, com a previsão das contratações de bens, serviços e soluções de TI para a sede e cartórios eleitorais, de acordo com os limites de disponibilidade orçamentária. Assim, em regra, as contratações efetivadas no exercício 2021 constam do Plano de Contratações Anual, com algumas exceções, que, de toda forma, foram previamente autorizadas pela Alta Administração deste Tribunal.

Ressalte-se que, embora as dificuldades enfrentadas em decorrência da Covid-19, que continuou afetando o país no ano de 2021, as contratações e aquisições planejadas e autorizadas para ocorrerem em 2021 foram concretizadas contribuindo para o bom desempenho da execução orçamentária e ainda para melhorar o funcionamento do Tribunal.

Os processos de contratações são analisados pela Assistência Jurídica da SAOF e pela Assessoria Jurídica da Diretoria Geral o que assegura a conformidade das contratações com as normas vigentes sobre a matéria, entre as quais elencamos Leis nº 8.666/93, 10.520/02, 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TSE nº 23.234/2010, Resoluções TRE-PI nº 427/2021, 434/2021.

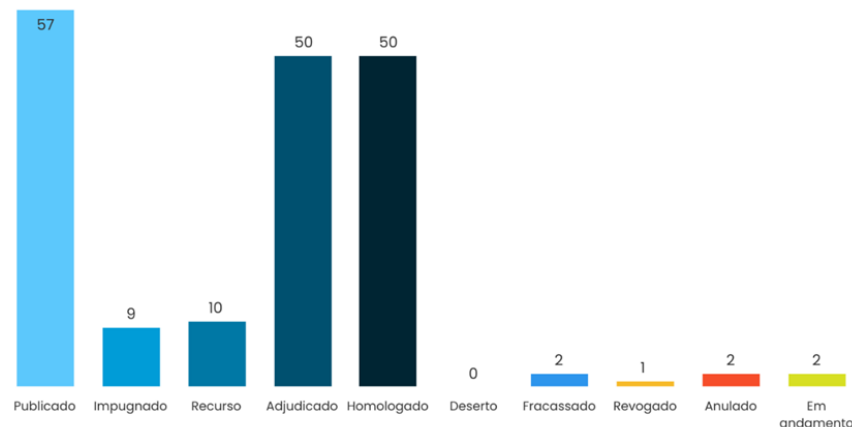
Importante registrar que se encontra disponibilizado, na página “Transparência e Prestação de Contas” do TRE-PI (link: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos>), o acesso ao Plano das Contratações Anual, como também aos contratos, editais, termos de referência, projetos básicos, compras, licitações em andamento e finalizadas, empresas penalizadas, dentre outros, em atendimento aos ditames da Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527/2011 e ao princípio da transparência na divulgação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário.

Licitações e contratações em números

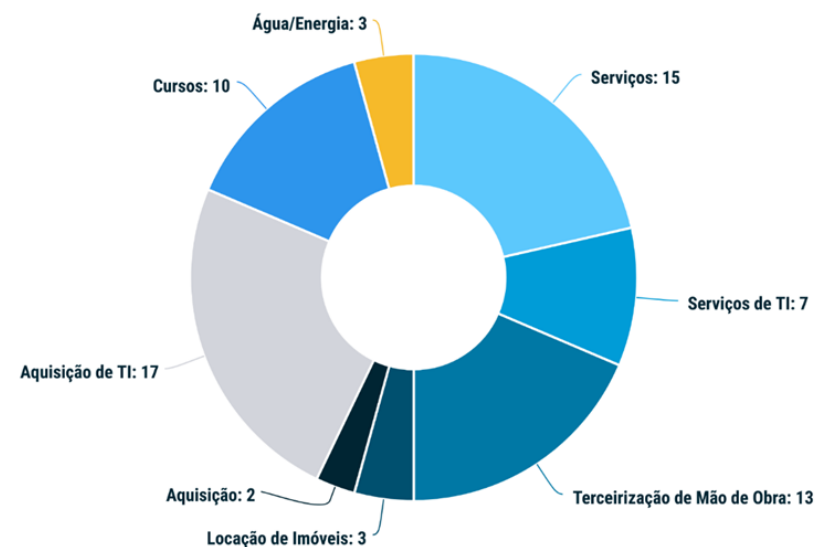
LICITAÇÕES EM 2021

VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ADJUDICADO (R\$)	ECONOMIA (R\$)	ECONOMIA (%)
32.329.088,12*	22.100.916,16	10.228.171,96	31,63

* Retirados os preços globais dos pregões Eletrônicos nº 37/2021 e 54/2021, visto que não foram concluídos no exercício financeiro 2021



CONTRATOS FIRMADOS EM 2021 70 Contratos*



Licitações realizadas

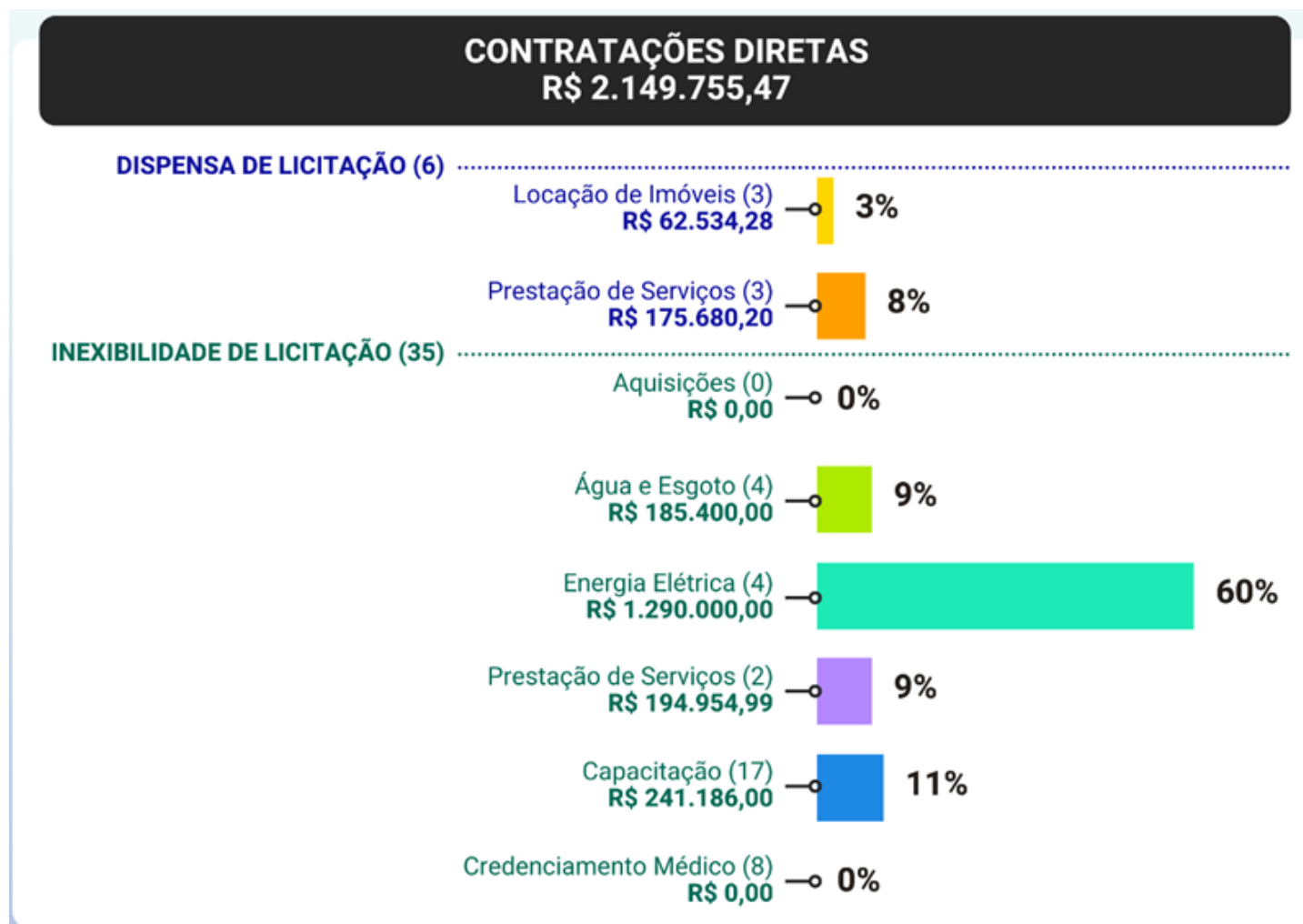
A seguir são apresentadas informações acerca das licitações realizadas no ano de 2021, que se encontram disponibilizadas na página “Transparência e Prestação de Contas” do TRE-PI (link: <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos>).

MODALIDADE	NR/ANO	OBJETO	PROCESSO	GLOBAL ESTIMADO	ADJUDICADO	ECONOMIA
Pregão	02/2021	Contratação de empresa para prestação do serviço de interligação das redes locais de comunicação de dados dos edifícios sede do TRE-PI e a sede da Central de Atendimento ao Eleitor por meio de cabos ópticos tipo monomodo, na modalidade "fibra apagada!"	0010624-62.2020	R\$ 245.416,66	R\$ 104.900,00	R\$ 140.516,66
Pregão	03/2021	Contratação dos serviços de coleta de resíduos sólidos dos grupos A (A4), D e E para a Sede e Fórum Eleitoral do TRE-PI	0016363-16.2020	R\$ 1.414,56	R\$ 1.380,00	R\$ 34,56
Pregão	04/2021	Contratação, por demanda, dos serviços de impressão de 1.000.000 (um milhão) de páginas coloridas em máquina offset, a serem utilizadas nas diversas publicações do TRE-PI	0019848-24.2020	R\$ 100.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 10.000,00
Pregão	05/2021	Aquisição de crachás pelo Sistema de Registro de Preços	0012228-58.2020	R\$ 11.263,00	R\$ 4.130,00	R\$ 7.133,00
Pregão	06/2021	Contratação de empresa seguradora para prestar serviços de seguro facultativo para os veículos automotores integrantes da frota oficial do TRE-PI	0026097-88.2020	R\$ 102.930,16	R\$ 34.214,00	R\$ 68.716,16
Pregão	07/2021	Contratação futura de serviços de emissão de Certificados Digitais A3 Padrão ICP-Brasil para pessoa física e fornecimento de dispositivos tokens USB para armazenamento, pelo Sistema de Registro de Preços	0018160-27.2020	R\$ 7.719,28	R\$ 4.403,90	R\$ 3.315,38
Pregão	08/2021	Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa comutada local e 0800 para o Edifício Sede do TRE-PI	0026832-24.2020	R\$ 15.646,71	R\$ 15.646,71	R\$ 0,00
Pregão	09/2021	Aquisição futura de materiais de consumo (gêneros alimentícios), pelo Sistema de Registro de Preços	0001853-61.2021	R\$ 126.750,00	R\$ 63.875,00	R\$ 62.875,00
Pregão	11/2021	Serviços de sanitização / desinfecção de ambientes, incluindo a desinfecção de superfícies e equipamentos nos Prédios Sede e Anexos do TRE-PI e Fórum Eleitoral de Teresina	0002028-55.2021	R\$ 49.560,00	R\$ 15.960,00	R\$ 33.600,00
Pregão	12/2021	Aquisição futura de material de consumo - expediente, acondicionamento e embalagem, copa/cozinha e bandeiras)	0001583-37.2021	R\$ 125.561,40	R\$ 44.164,40	R\$ 81.397,00
Pregão	13/2021	Aquisição futura de material de consumo (limpeza e produtos de higiene), pelo Sistema de Registro de Preços	0001811-12.2021	R\$ 919.695,60	R\$ 282.014,80	R\$ 637.680,80
Pregão	14/2021	Aquisição de barreiras em acrílico para proteção	0027254-96.2020	R\$ 3.270,36	R\$ 2.100,00	R\$ 1.170,36
Pregão	15/2021	Aquisição de carimbos, pelo sistema de Registro de Preços	0000505-08.2021	R\$ 16.106,20	R\$ 7.771,00	R\$ 8.335,20
Pregão	16/2021	Contratação dos serviços de manutenção de Urnas Eletrônicas e baterias, realizados por técnicos residentes	0001077-61.2021	R\$ 296.118,53	R\$ 243.799,99	R\$ 52.318,54
Pregão	17/2021	Contratação dos serviços continuados de manutenção e melhoria de instalações prediais nos imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí, com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada	0025635-34.2021	R\$ 2.396.196,94	R\$ 2.046.800,00	R\$ 349.396,94
Pregão	18/2021	Contratação de serviços gráficos, compreendendo impressão, corte, encadernação e operação de máquinas fotocopadoras realizados por técnicos residentes para o TRE-PI	0003929-58.2021	R\$ 210.577,18	R\$ 191.420,50	R\$ 19.156,68
Pregão	19/2021	Aquisição de medalhas do Mérito Eleitoral Desembargador José Vidal de Freitas - Graus Ouro e Prata, bem como medalhas da Classe Especial Professor Fávila Ribeiro	0004927-26.2021	R\$ 21.630,36	R\$ 16.094,00	R\$ 5.536,36
Pregão	20/2021	Contratação dos serviços continuados de manutenção de equipamentos eletrônicos, por meio de técnico residente	0004247-41.2021	R\$ 84.171,41	R\$ 65.199,98	R\$ 18.971,43

MODALIDADE	NR/ANO	OBJETO	PROCESSO	GLOBAL ESTIMADO	ADJUDICADO	ECONOMIA
Pregão	41/2021	Contratação dos serviços de fornecimento de lanches tipo <i>coffee break</i> quando da realização de capacitação ou eventos realizados na Secretaria do TRE-PI e Fórum Eleitoral de Teresina	0009836-14.2021	R\$ 55.250,15	R\$ 54.902,00	R\$ 348,15
Pregão	42/2021	Aquisição futura de bens permanentes de Tecnologia da Informação, pelo Sistema de Registro de Preços	0013068-34.2021	R\$ 2.625.795,00	R\$ 2.332.372,00	R\$ 293.423,00
Pregão	44/2021	Aquisição futura de suprimentos de Tecnologia da Informação, pelo Sistema de Registro de Preços	0009530-45.2021	R\$ 69.845,42	R\$ 47.448,15	R\$ 22.397,27
Pregão	45/2021	Contratação de renovação de licenças, por trinta e seis meses, e suporte técnico do software VMWare Sphere 6 Enterprise Plus para 14 processadores e vCenter Server STD	0009321-76.2021	R\$ 101.790,47	R\$ 99.763,26	R\$ 2.027,21
Pregão	46/2021	Contratação dos serviços de fornecimento e instalação do sistema de minigeração de energia solar fotovoltaica <i>ON-GRID</i> em 13 imóveis do TRE-PI	0015742-82.2021	R\$ 4.934.352,73	R\$ 4.430.097,28	R\$ 504.255,45
Pregão	47/2021	Contratação dos serviços de apoio à organização de eventos compreendendo Mestre de Cerimônias Apresentador(a) e Recepcionistas	0009832-74.2021	R\$ 18.025,00	R\$ 17.760,00	R\$ 265,00
Pregão	48/2021	Aquisição futura de materiais bibliográficos (livros e códigos) nacionais atualizados, na área jurídica e em outras áreas de conhecimento	0014744-17.2021	R\$ 17.500,45	R\$ 10.500,27	R\$ 7.000,18
Pregão	49/2021	Contratação dos serviços continuados de Auxiliar de Saúde Bucal	0011350-02.2021	R\$ 37.397,20	R\$ 30.049,99	R\$ 7.347,21
Pregão	50/2021	Contratação dos serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, por meio da execução continuada de serviços de sustentação de infraestrutura de tecnologia da informação, abrangendo atividades relacionadas a suporte à rede, banco de dados e de suporte técnico remoto e presencial aos usuários de soluções de tecnologia da informação	0011341-40.2021	R\$ 4.374.727,10	R\$ 3.295.959,00	R\$ 1.078.768,10
Pregão	51/2021	Contratação da prestação de serviços estatísticos realizados por profissional residente	0010030-14.2021	R\$ 119.247,73	R\$ 105.071,47	R\$ 14.176,26
Pregão	52/2021	Aquisição futura de materiais permanentes - equipamentos de monitoramento, central de alarme, central de choque e CFTV, pelo Sistema de Registro de Preços	001200/-26.2021	R\$ 619.830,74	R\$ 554.118,86	R\$ 65.711,88
Pregão	53/2021	Aquisição futura de materiais permanentes diversos, pelo Sistema de Registro de Preços	0012988-70.2021	R\$ 126.699,88	R\$ 85.275,00	R\$ 41.424,88
Pregão	55/2021	Aquisição de mobiliário, acessórios e acabamentos sob medida, devidamente instalados	0000431-51.2021	R\$ 309.472,50	R\$ 250.000,00	R\$ 59.472,50
Pregão	56/2021	Aquisição de material permanente necessário para atender as necessidades de equipamentos, aparelhos, mobiliário e acessórios para desenvolver atividades do Centro de Memória do TRE-PI	0013971-69.2021	R\$ 356,48	R\$ 356,00	R\$ 0,48
Pregão	57/2021	Renovação de licenças Vmware vSphere Enterprise Plus with Operations Management (VSOM), por 36 meses de suporte	0018405-04.2021	R\$ 259.669,80	R\$ 259.669,80	R\$ 0,00
TOTAL				R\$ 32.329.088,12	R\$ 22.100.916,16	R\$ 10.228.171,96

Contratações diretas

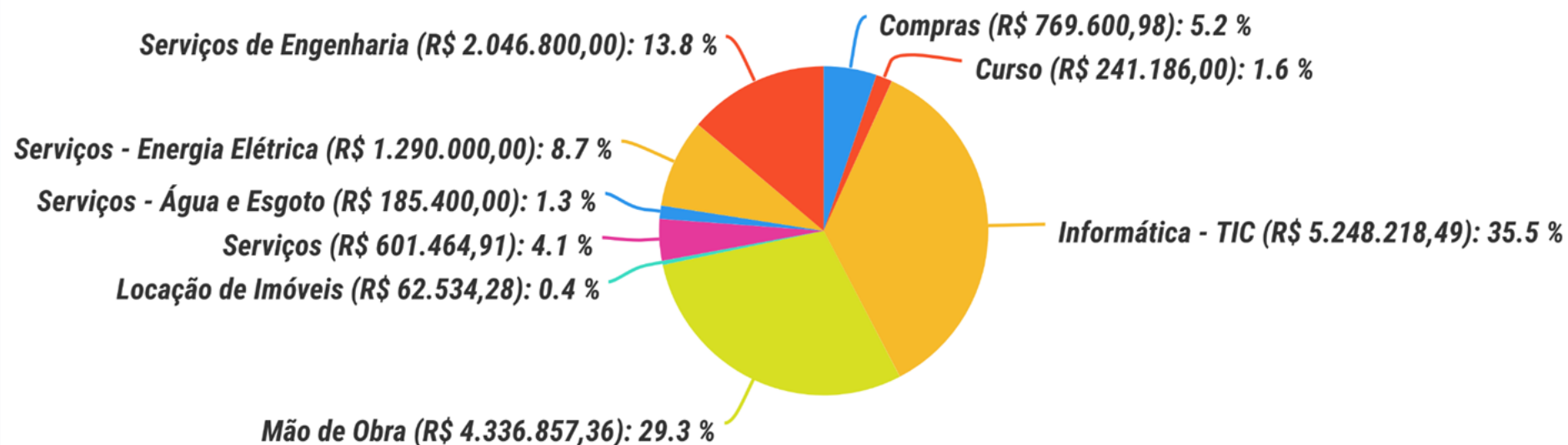
A maioria das contratações diretas do TRE-PI, realizadas no exercício 2021, são relativas à área de capacitação (cursos e treinamentos) e credenciamento médico, conforme se verifica no infográfico abaixo:



Gastos das contratações por modalidade

Quadro 017		
MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
	2021	2021
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	10.142.696	10.142.696
a) Convite	-	-
b) Tomada de Preços	-	-
c) Concorrência	-	-
d) Pregão	10.142.696	10.142.696
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.648.457	3.648.457
h) Dispensa	1.364.156	1.364.156
i) Inexigibilidade	2.284.301	2.284.301

GASTOS COM CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE
R\$ 14.782.062,02



PRINCIPAIS SERVIÇOS EXECUTADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

R\$ 1.568.315,34

Energia Elétrica



R\$ 1.667.958,06

Limpeza

R\$ 157.446,82

Água e Esgoto



R\$ 1.608.851,44

Vigilância

R\$ 778.931,95

Locação de Imóveis



R\$ 73.898,34

Passagens

R\$ 839.913,79

Manutenção Predial



R\$ 327.846,31

Capacitação



R\$ 7.023.162,05

TOTAL

Contratações mais relevantes

Quadro 018

Nº CONTRATO	FINALIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	JUSTIFICATIVA	VALOR (R\$)
70/2021 e 71/2021	Instalação de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID em 13 imóveis do TRE-PI	-Promover a sustentabilidade e a acessibilidade; -Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais do TRE-PI.	- Sustentabilidade: sol é uma fonte de energia limpa e renovável disponível aos humanos; - Economia de até aproximadamente 95% nas contas mensais; - Iniciativa vinculada ao Objetivo Estratégico da Agenda 2030 – ODS 7.	4.430.097,28
22/2021	Manutenção e melhoria de instalações prediais nos imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí, com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada.	- Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais do TRE-PI; -Promover a sustentabilidade e a acessibilidade.	- Não há na estrutura do TRE-PI unidade dotada de recursos técnicos e humanos capazes de satisfazer os fins de manutenção predial; -Garantir a operacionalização integral das atividades essenciais do TRE-PI de forma contínua.	2.046.800,00
36/2021	Limpeza, conservação e higienização para os prédios da capital e interior do TRE-PI	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais do TRE-PI.	Propiciar aos usuários desta Justiça Eleitoral ambiente de trabalho e áreas de circulação (internas e externas) saudáveis e seguros, reforçados ainda mais, em decorrência da pandemia Covid-19.	2.020.489,43
ARPS 58/2021, 59/2021, 60/2021, 61/2021, 62/2021 e 63/2021	Aquisição de Equipamentos para monitoramento, Central de Alarme, Central de Choque e CFTV da Sede e Cartórios Eleitorais.	-Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais do TRE-PI;	- Proteção patrimonial dos cartórios eleitorais do Estado através de centrais de choque, central de alarme, e monitoramento através de equipamentos de circuito fechado de TV instalados nos cartórios eleitorais, sede e anexo deste regional; - Equipar a segurança predial com instrumentos de última geração, visando à preservação do patrimônio público e à integridade dos servidores, colaboradores e do público em geral; - Iniciativa voltada para o cumprimento da Política de Segurança Institucional (Res. TRE-PI 401/2020)	554.118,86

Apoio técnico administrativo operacional**Quadro 019**

	VALOR LIQUIDADO (R\$)
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL	5.054.822,38

Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018)

Em cumprimento ao Plano de Ação para Adequação do TRE-PI à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, a Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF tem adotado ações para adequação dos termos de referência, projetos básicos, editais de licitações e instrumentos contratuais e congêneres à LGPD.

Boa parte desse trabalho já foi concluída, sendo que o prazo limite estabelecido foi de 31/03/2022.

Destacamos a seguir as principais adequações efetivadas e em andamento em relação à LGPD:

- a. Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de licitações: todos já são elaborados observando a LGPD, desde 07/10/2021;
- b. Instrumentos contratuais e congêneres (contratos/convênios/acordos de cooperação técnica/credenciamentos): todos em conformidade com os ditames da LGPD, desde 07/10/2021;
- c. Contratos vigentes firmados antes de 07/10/2021:
 - i. Contratos de locação de imóveis do TRE-PI: todos atualizados;
 - ii. Credenciamentos para prestação de Serviço de Saúde: em andamento, com prazo de finalização até 31/03/2022;
 - iii. Contratos de Prestação de Serviço e Locação de mão de obra: em andamento, com prazo de finalização até 31/03/2022.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal

Além da análise feita pela Assistência Jurídica da SAOF nos processos de contratação, visando garantir a efetividade da gestão material/patrimonial, as solicitações de materiais são feitas através do sistema ASIWEB, onde é feito o controle dos bens, com acompanhamento mensal dos valores registrados no SIAFI, além do inventário anual.

As solicitações de serviços são instruídas com orçamentos e pesquisas que fundamentam o valor dos serviços solicitados, a fim de se verificar a disponibilidade de recursos, além disso, é verificada a conformidade de tais serviços com o disposto nos respectivos contratos.

A realização de obras e reformas seguem as diretrizes estabelecidas nas Resoluções TSE nº 23.544/2017 e TRE-PI nº 400/2020.

Investimento em infraestrutura e equipamentos (exceto TIC)

Os gastos com infraestrutura e equipamentos no exercício 2021 foram realizados com o objetivo de manter o regular funcionamento do Tribunal e de viabilizar o exercício de suas atribuições finalísticas, atendendo aos objetivos estratégicos de: promover a sustentabilidade e a acessibilidade e de fortalecer a relação institucional do judiciário com a sociedade. Assim destacamos a seguir os investimentos em infraestrutura mais relevantes.

Aquisição e modernização de Elevadores – Sede TRE/PI

A modernização tecnológica com o fornecimento de projeto executivo de dois elevadores, e substituição integral de um elevador, instalados nos edifícios sede e anexo do TRE-PI, em conformidade com as disposições do Contrato TRE-PI nº 19/2020, ocorreu nos termos da decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente desta Casa, conforme afere-se dos autos do SEI nº 0000335-70.2020.6.18.8000.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 223.582,50 + R\$ 9.608,40 = R\$ 233.190,90 (duzentos e trinta e três mil, cento e noventa reais e noventa centavos)

Aquisição de Gerador – Sede TRE/PI

A aquisição e instalação de grupo moto gerador e quadro de transferência automática para o TRE-PI encontra-se fundamentada nos autos do SEI nº 0016737–32.2020.6.18.8000, conforme afere-se do Contrato TRE/PI nº 91/2020, cujo objeto é a AQUISIÇÃO de um Grupo Moto Gerador – GMG com potência mínima de 300 KVA e um Quadro de Transferência Automático – QTA com sistema de by-pass e sua instalação, bem como a interligação entre ambos.

Instalação de Placas Fotovoltaicas

Os estudos de viabilidade técnica visando o fornecimento e instalação de Sistema de Minigeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID foram realizados pela FADEX, conforme verifica-se nos autos do SEI nº 0002435-61.2021.6.18.8000 – Contrato TRE/PI nº 27/2021, cujo objeto é a contratação de Elaboração de um Projeto de Pesquisa com o objetivo de produzir projeto básico e projetos executivos que possam subsidiar a contratação de empresa para instalar equipamentos visando aparelhar imóveis desta Especializada com os sistemas de micro geração de energia elétrica (tipo on-grid - Conectado à Rede) com utilização de placas fotovoltaicas, bem como o assessoramento na implantação desse sistema e na fiscalização e a obtenção do selo de eficiência energética em pelo menos uma das unidades judiciárias.

VALOR TOTAL: R\$ 163.498,76 (cento e sessenta e três mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos)

A contratação de empresa para – com base nos estudos de viabilidade técnica realizados pela FADEX – fornecer e instalar Sistema de Minigeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID, em 13 (treze) imóveis do Tribunal Eleitoral do Piauí, compreendendo a aprovação e viabilização deste junto à concessionária de energia (Parecer de Acesso), o fornecimento de todos os equipamentos e materiais, bem como a montagem completa, instalação e conexão junto à concessionária de energia, comissionamento e treinamento, encontra-se autorizada nos termos do SEI 0015742–82.2021.6.18.8000, que culminou com os Contratos TRE/PI nº 70/2021 e 71/2021.

VALOR TOTAL: R\$ 4.175.097,28 + R\$ 255.000,00 = R\$4.430.097,28 (quatro milhões, quatrocentos e trinta mil e noventa e sete reais e vinte e oito centavos)

Projeto Executivo – cabeamento Lógico e Elétrico – Sede TRE/PI

A contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos de modernização do cabeamento estruturado (dados, voz e vídeo) e do sistema elétrico para os prédios Sede e Anexo do TRE-PI, deu-se nos termos do SEI nº 0012584–53.2020.6.18.8000, conforme afere-se do Contrato TRE/PI nº 96/2020.

VALOR TOTAL: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Aquisição do Arquivo Deslizante – TRE/PI

A aquisição e instalação de sistema de arquivo deslizante com acionamento mecânico para a guarda de acervo documental no Arquivo Central do TRE-PI foram tratadas nos autos do SEI nº 0016452-05.2021.6.18.8000, conforme verifica-se nas cláusulas do Contrato nº 41/2021.

Essa aquisição visa atender a política de gestão documental recomendada pelo CNJ.

VALOR TOTAL: R\$ 322.561,00 (trezentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta e um reais)

Aquisição de CFTV

A aquisição de equipamentos para o Sistema Fechado de Televisão – CFTV deste Regional deu-se nos termos dos autos do SEI nº 0019485-03.2021.6.18.8000 cuja Ordem de Fornecimento nº 101/2021 foi emitida em 22 de dezembro de 2021, no sentido de que a empresa V2 LOCADORA SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI forneça os equipamentos relacionados na Ata de Registro de Preço nº 58/2021, conforme SEI nº 0012008-26.2021.6.18.8000.

VALOR TOTAL: R\$298.609,00 + R\$103.511,60 = R\$ 402.120,60 (quatrocentos e dois mil cento e vinte reais e sessenta centavos)

Aquisição de Mobiliário – Espaço Memorial – Sede TRE/PI

A confecção, fornecimento e instalação de mobiliário, acessórios e acabamentos, sob medida, para o “Espaço Memória”, localizado no Anexo II do TRE-PI deu-se na forma deliberada nos autos do SEI nº 0000431-51.2021.6.18.8000 – Contrato TRE/PI nº 67/2021.

VALOR TOTAL: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Manutenção da infraestrutura

A manutenção predial dos imóveis deste Regional é realizada nos termos do Contrato TRE/PI nº 22/2021, firmado com a empresa Gera-watts Soluções Em Energia – Ltda, cujo objeto é a prestação dos serviços continuados de manutenção e melhoria de instalações prediais nos imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí, com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada.

No exercício de 2021, destacamos as intervenções de melhoria nos seguintes espaços/imóveis:

Quadro 020		
LOCAL	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
PRÉDIO SEDE	Melhorias em geral	02
PRÉDIO ANEXO	- 1º Andar - implantação de ambiente área técnica de splits - Substituição do telhado	02
FÓRUM TERESINA	-Fórum - Blocos Urnas 01 E 02 - Sevin - -Manutenção Urnas	01
ARQUIVO CENTRAL	Centro Cultural	01
CAMPO MAIOR	Manutenções e melhorias em geral	01
REGENERAÇÃO	Adaptação prédio	01
PIRACURUCA	Reforço estrutural de cobertura	01
PIRIPIRI	Manutenções e melhorias em geral	01
VALENÇA DO PIAUÍ	Adaptação prédio	01

Desfazimento de ativos

No Exercício de 2021 foram alienados, conforme consta nos autos do SEI nº 0005787-95.2019.6.18.8000, 09 (nove) veículos deste Regional, abaixo discriminados, que já ultrapassaram o tempo de vida útil e foram classificados como antieconômicos, já não se demonstrando conveniente para este Tribunal continuar a despender recursos públicos com tais bens. Assim, foi realizado o credenciamento de leiloeiro oficial para que o descarte dos veículos fosse feito por meio de leilão público (Sei nº 0000625-51.2021.6.18.8000).

Quadro 021 - Veículos Leiloados				
QTD	DESCRIÇÃO VEÍCULOS	COR	PLACA	Nº DUT
01	GM BLAZER DLX 2.8 4X4 2002/2002	BRANCA	LVT 9816	4735227627
02	GM S10 COLINA D 4X4 2010/2011	BRANCA	NIU 2078	9051006352
03	RENAULT MEGANESD DYN 20 2007/2008	BRANCA	NIH 5270	5931911223
04	GM CORSA CLASSIC 2003/2003	BRANCA	LVR 5787	4798491356
05	FORD RANGER XL 13P 2007/2008	BRANCA	NIH 3240	5801867348
06	GM S10 COLINA D 4X4 2010/2011	BRANCA	NIU 2068	9051006344
07	GM S10 COLINA D 4X4 2010/2011	BRANCA	NIU 2088	9051006310
08	GM CORSA CLASSIC 2003/2003	BRANCA	LVS 0457	4798490570
09	GM S10 2.8 D 4X4 2002/2003	BRANCA	LVO 5450	4735493432

O valor inicial de todos os veículos correspondia a R\$ 87.300,00 (oitenta e sete mil e trezentos reais), sendo que após a realização do leilão no dia 16/10/2021, o valor arrecadado com todos os veículos leiloados passou para R\$ 305.800,00 (trezentos e cinco mil e oitocentos reais). Foi emitida Guia de Recolhimento da União do valor arrecadado, cujo pagamento consta nos autos do respectivo processo. A unidade competente, Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SEALP, finalizará os procedimentos legais quanto à baixa desses bens do patrimônio do TRE-PI, tão logo concluídas as providências contidas nos autos do respectivo processo.

Frota de veículos (serviços de condução, manutenção, combustíveis, lubrificantes e seguros)

O TRE-PI tem na sua frota 49 (quarenta e nove) veículos, conforme afere-se da tabela abaixo:

Frota de Veículos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

SEQUENCIAL	CATEGORIA	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL
1.	Veículo de Serviço	VOLKSWAGEN	Caminhão 8-150 E DELIVERY PLUS	2011	Diesel
2.	Veículo de Serviço	FIAT	DOBLO ATTRACTIVE 1.4	2011	Álcool/Gasolina
3.	Veículo de Serviço	FIAT	DOBLO ATTRACTIVE 1.4	2011	Álcool/Gasolina
4.	Veículo de Serviço	FIAT	DOBLO ATTRACTIVE 1.4	2011	Álcool/Gasolina
5.	Veículo de Serviço	FIAT	DOBLO ATTRACTIVE 1.4	2011	Álcool/Gasolina
6.	Veículo de Serviço	FIAT	DOBLO ATTRACTIVE 1.4	2011	Álcool/Gasolina
7.	Veículo de Serviço	MERCEDES-BENZ	Caminhão ATEGO 1419	2015	Diesel
8.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON GL 3.2	2017	Diesel
9.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON GL 3.2	2017	Diesel
10.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4	2018	Diesel
11.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4	2018	Diesel
12.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4	2018	Diesel
13.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4	2018	Diesel
14.	Veículo de Serviço	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4	2018	Diesel
15.	Veículo de Serviço	TOYOTA	SW4 FFV 75	2018	Álcool/Gasolina
16.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
17.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
18.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
19.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
20.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
21.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
22.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
23.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
24.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
25.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
26.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina

SEQUENCIAL	CATEGORIA	MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL
27.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
28.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
29.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
30.	Veículo de Serviço	FIAT	STRADA ADVENTURE CD 1.8	2018	Álcool/Gasolina
31.	Veículo de Serviço	MERCEDES-BENZ	SPRINTER FURGÃO 415	2018	Diesel
32.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2018	Álcool/Gasolina
33.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2018	Álcool/Gasolina
34.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2018	Álcool/Gasolina
35.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2018	Álcool/Gasolina
36.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2018	Álcool/Gasolina
37.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
38.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
39.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
40.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
41.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
42.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
43.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
44.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
45.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
46.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
47.	Veículo de Serviço	RENAUT	DUSTER OROCH 1.6 4x2	2019	Álcool/Gasolina
48.	Veículo de Serviço	VOLKSWAGEN	Caminhão VW 11.180 DRC 4x2	2019	Diesel
49.	Veículo de Serviço	IVECO	Caminhão IVECO TECTOR 240E30SID	2020	Diesel

Da relação atual da Frota de Veículos Oficiais do TRE-PI (Relatórios CNJ), disponível no link <https://www.tre-pi.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/relacao-de-veiculos-oficiais-em-uso>, observe-se que o lapso temporal da vida útil dos veículos varia de 2011 a 2020.

É relevante informar, também, que do uso dessa frota derivam custos para o Regional referentes à condução (motoristas) manutenção, combustíveis, lubrificantes e seguro. De forma que – exercício de 2021 – foram efetivamente pagos os valores abaixo descritos com:

- a) Serviços continuados de motoristas para a Justiça Eleitoral do Piauí – CT 31/2020 - empresa PROATIVA SERVIÇOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - R\$ 425.125,42;
- b) Aquisição de combustíveis e lubrificantes e da manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e serviços – CT 07/20202 - empresa NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS EIRELI - R\$167.523,46 + R\$ 179.657,69 = R\$347.181,15);
- c) Seguro de Frota – Porto Seguro Cia de Seguros Gerais - Apólice nº 0531 23 1973584 – R\$34.531,30.

Imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral

Os imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí encontram-se classificados em imóveis destinados a sediar os Cartórios Eleitorais e a Secretaria deste Tribunal. De modo que – neste exercício de 2021 – são 64 (sessenta e quatro) imóveis ocupados por esta Justiça Especializada.

Convém destacar, nessa oportunidade, a política de acessibilidade presente no Plano Estratégico deste Regional, referente às instalações físicas desta Justiça, e aferida periodicamente pelo CNJ, cuja medição busca aferir o índice de unidades aderentes ao padrão de acessibilidade. Assim, demostramos a seguir o supracitado quantitativo de prédios utilizados pela Justiça Eleitoral do Piauí considerando-se a respectiva condição de utilização e acessibilidade, sendo esta aferida em próprios, cedidos e alugados:

UNIDADES PEDIAIS – Justiça Eleitoral do Piauí						
CLASSIFICAÇÃO	CONDIÇÃO	ACESSIBILIDADE				
		QUANTIDADE	ADAPTADO	NÃO ADAPTADO	PARCIAL ADAPTADO	RESUMO
CARTÓRIOS	Prédios do TJ – PI	4	1	0	3	4
	Prédios Alugados	36	19	0	17	36
	Prédios Próprios	19	18	0	1	19
	Prédios Cedidos	1	1	0	0	1
	Prédios Ocupados – Cartórios	60	39	0	21	60
SECRETARIA	Prédios Próprios	3	1	0	2	3
	Prédios Alugados	1	0	1	0	1
	Prédios Cedidos	0	0	0	0	0
	Prédios Ocupados –Secretaria	4	1	1	2	4

Depreende-se, pois, que dos 64 (sessenta e três) prédios ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí, 40 (quarenta) encontram-se adaptados à acessibilidade aferida pelo CNJ, ou seja, 63% (sessenta e três por cento) do total. Nota-se que consta 23 (vinte e três) prédios ocupados com acessibilidade parcialmente adaptada e apenas 01 (um) sem acessibilidade.

Locações de imóveis e equipamentos/mudanças e desmobilizações

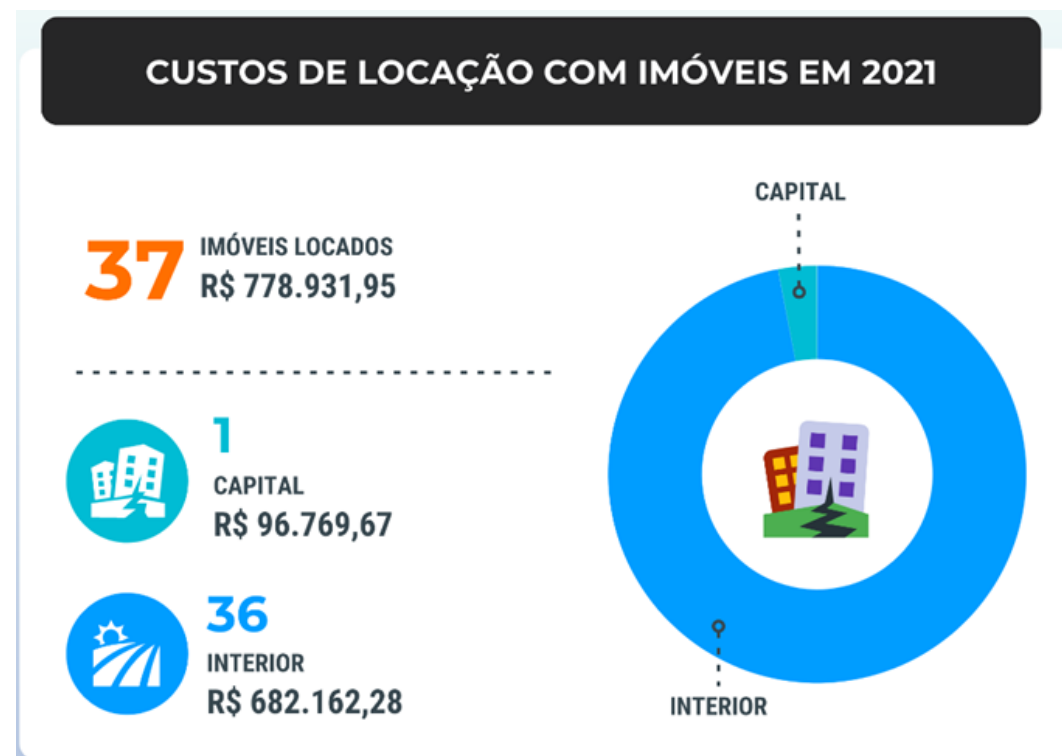
Dos 64 (sessenta e quatro) imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral do Piauí, 37 (trinta e sete) são imóveis locados, sendo 36 (trinta e seis) imóveis para sediar Cartórios Eleitorais no interior do Estado do Piauí e 01 (um) para servir ao almoxarifado deste Regional.

Custo com locação de imóveis e equipamentos

Os custos com locação dos 37 (trinta e sete) imóveis ocupados por esta Justiça Eleitoral, referente ao exercício de 2021, foram na ordem de R\$778.931,95 (setecentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos). Ou seja, valores efetivamente pagos com aluguel de imóveis da Justiça Eleitoral do Piauí no exercício de 2021, conforme afere-se da tabela ao lado.

Convém destacar que dos 37 (trinta e sete) imóveis locados, 36 (trinta e seis) destinam-se a abrigar os Cartórios Eleitorais no interior do Estado do Piauí e 01 (um) a servir ao almoxarifado deste Regional.

Quanto aos custos relativos a locação de equipamentos – exercício 2021 – o valor efetivamente pago foi na ordem de R\$109.797,48 (cento e nove mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme descrito na tabela a seguir:



Quadro 024					
LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS					R\$109.797,48
Nº CONTRATO	FORNECEDOR	OBJETO	VIG. INÍCIO	VIG. FIM	VALOR GLOBAL
CT 32/2019	05.307.143/0001-64 - Focus Serviços e Representações	Locação de Máquinas Fotocopiadoras	12/09/2019	12/09/2021	12.199,72
CT 32/2019	05.307.143/0001-64 - Focus Serviços e Representações	Locação de Máquinas Fotocopiadoras	12/09/2019	12/09/2021	87.597,76

Resultados dos investimentos realizados

A Resolução TRE/PI nº 420, de 28 de junho de 2021, estabelece a estratégia institucional do TRE/PI, lançando o Plano Estratégico desta Casa relativo ao período de 2021 a 2026. De modo que as ações abaixo relacionadas vinculam-se aos objetivos estratégicos respectivos:

Centro Cultural – Espaço Memória – Modernização Arquivo: Objetivo – Promover a relação institucional com a sociedade.

Trata-se de aperfeiçoar o relacionamento da sociedade com a Justiça Eleitoral por meio de estratégias de comunicação e interação que fortaleçam a percepção do papel do TRE-PI como instituição garantidora de direitos, que promove a efetiva atuação interinstitucional integrada e sistêmica, visando à solução de problemas. Este objetivo está diretamente relacionado ao Macro desafio "Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade", previsto na Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Aquisição de Gerador – Instalação Energia Fotovoltaica – Projeto Executivo de Cabeamento Lógico e Elétrico – Aquisição de Equipamentos – Sistema Fechado de Televisão – Objetivo: Promover a sustentabilidade e a acessibilidade.

Refere-se ao conjunto de atos que visam estimular o uso sustentável de recursos, reduzir o impacto negativo das atividades do Tribunal no meio ambiente, promover qualidade de vida no trabalho e garantir à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de serviços, espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia, de uso público ou privados de uso coletivo. Este objetivo está alinhado ao Macro desafio "Promoção da sustentabilidade" e "Garantia dos direitos fundamentais", da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Principais desafios e ações futuras

Tem-se como satisfatória a realização das atividades da área de apoio administrativo do Tribunal (Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD) durante o exercício de 2021. No entanto, há que se fortalecer a infraestrutura das unidades abaixo relacionadas vinculadas a essa área:

- 1) **Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC** (Gestão Contratual) – aumentar número de servidores na unidade, de forma a garantir melhor eficiência na execução contratual e dar segurança ao Ordenador de Despesa na efetuação dos pagamentos, tendo em vista a responsabilidade pela gestão contratual e fiscalização financeira de todos os contratos de prestação de serviços deste Regional cujo montante da despesa discricionária para o exercício de 2022 está estimado em R\$51.130.286,00 subdividido em:
 - a. Orçamento Ordinário 2022 – R\$28.235.026,00
 - b. Pleito Eleitoral 2022 – R\$22.895.260,00

2. **Engenharia e Arquitetura** – criação do Núcleo de Engenharia e Arquitetura vinculado à área de Apoio Administrativo com a estrutura organizacional e respectivas competências apresentadas nos autos do SEI nº 0019341–29.2021.6.18.8000, de forma a garantir infraestrutura predial capaz de propiciar bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral do Piauí.
3. **Segurança Institucional** – Aperfeiçoar a organização do serviço de segurança no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e desenvolver uma cultura de segurança institucional que englobe a prevenção e a neutralização de ameaças contra os ativos do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Além das supracitadas demandas, há outra de fundamental importância para a Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí que é a reformulação da estrutura administrativa deste Regional, estabelecida na Resolução TRE/PI nº 120/2005, tanto a estrutura orgânica como a vinculação de suas competências.

GESTÃO DE CUSTO

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

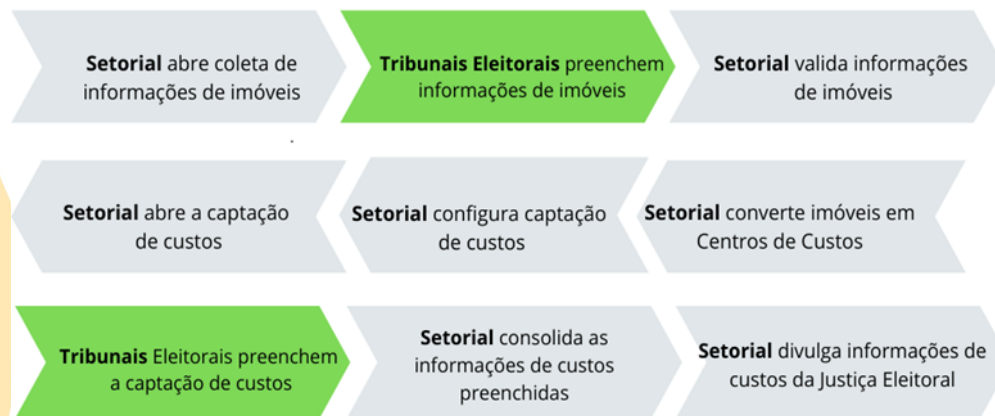
Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

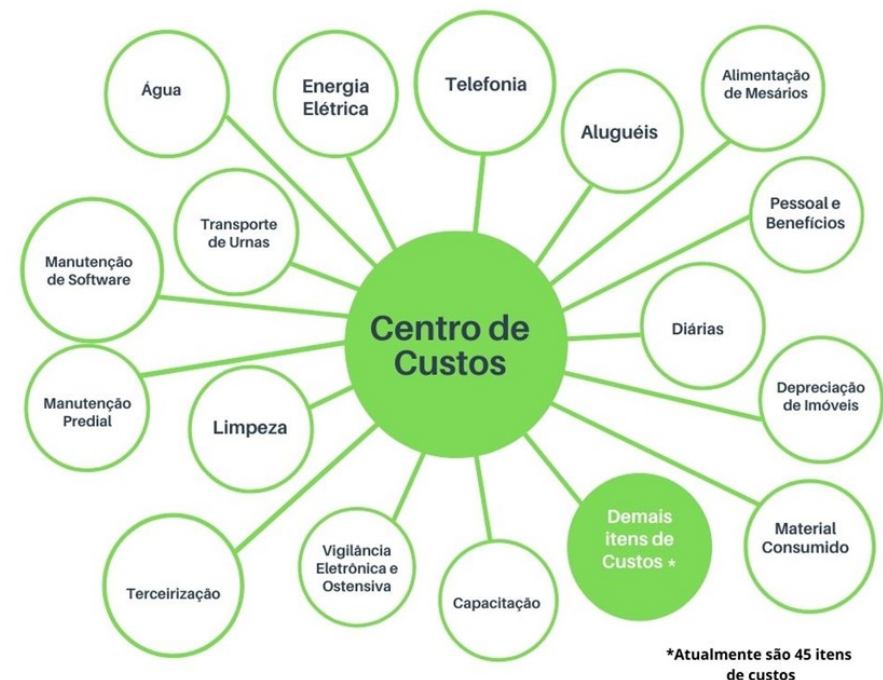
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



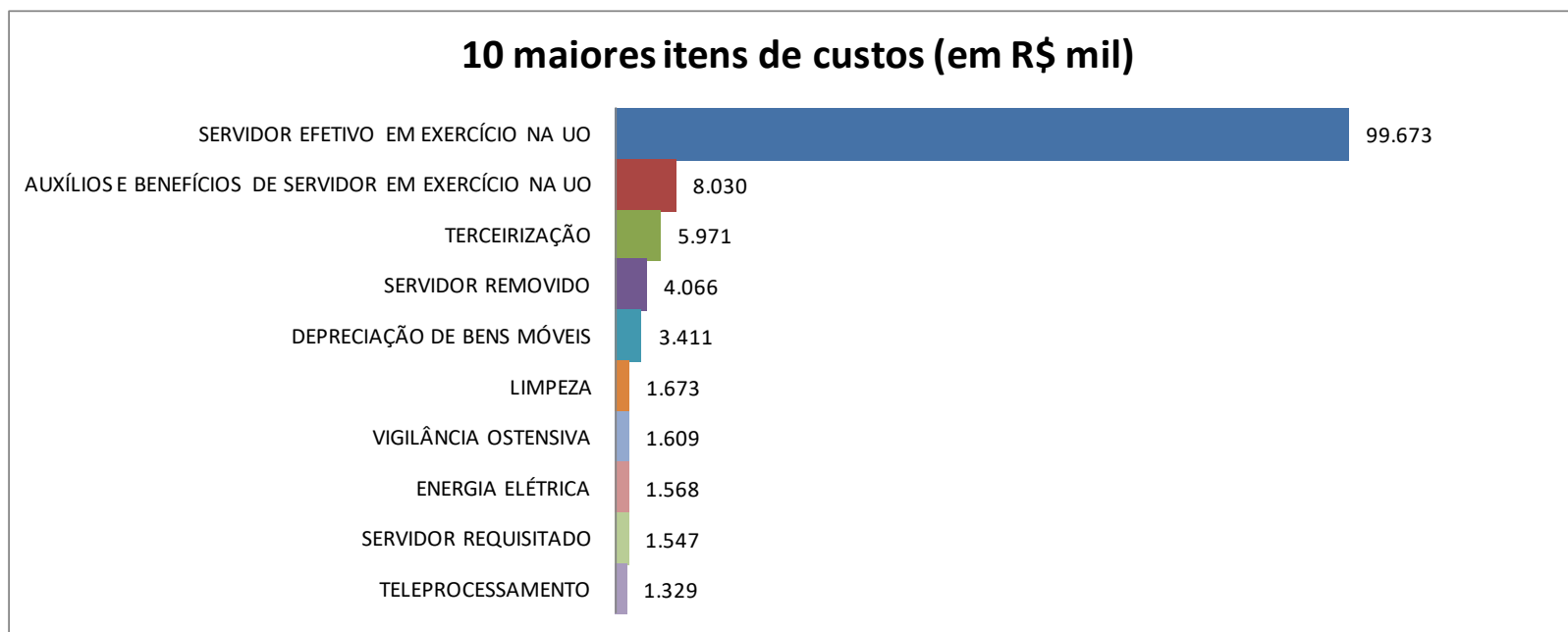
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



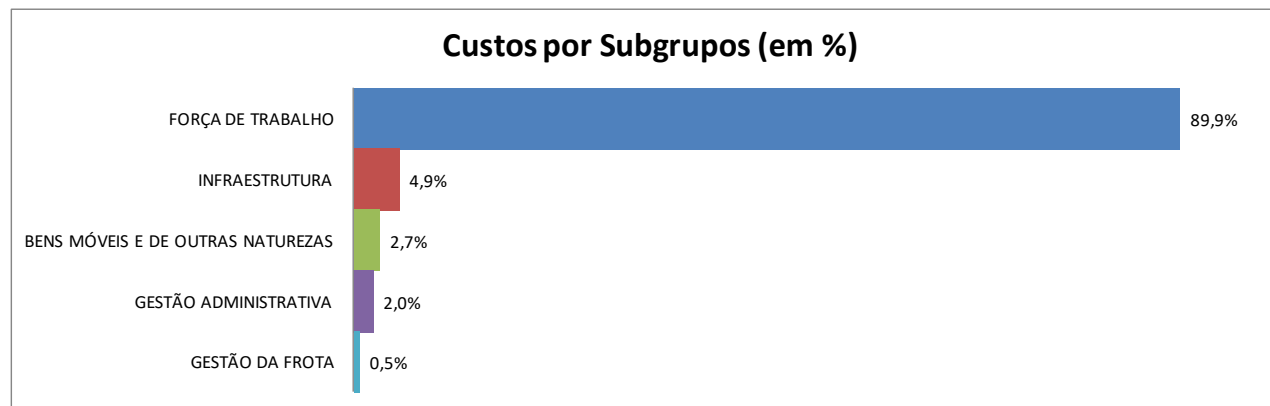
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

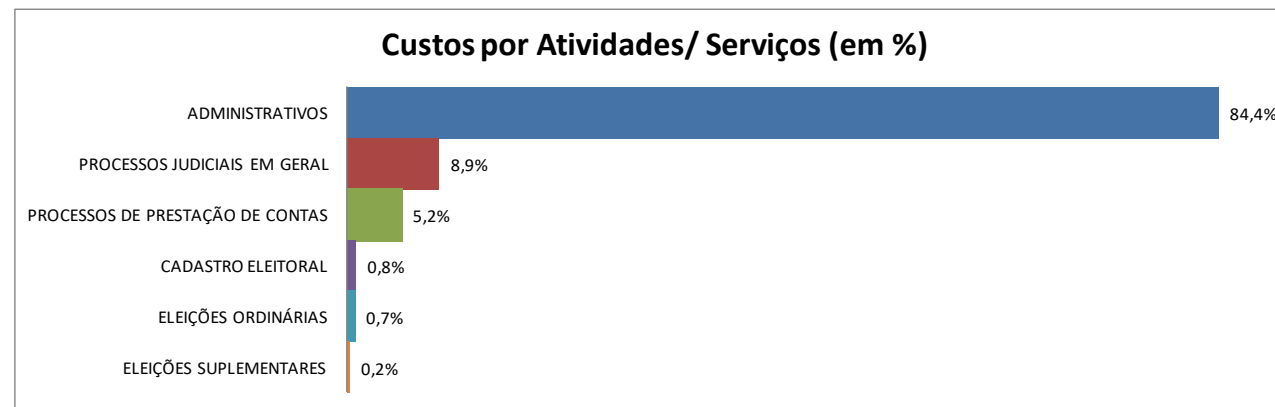
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no exercício de 2021**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

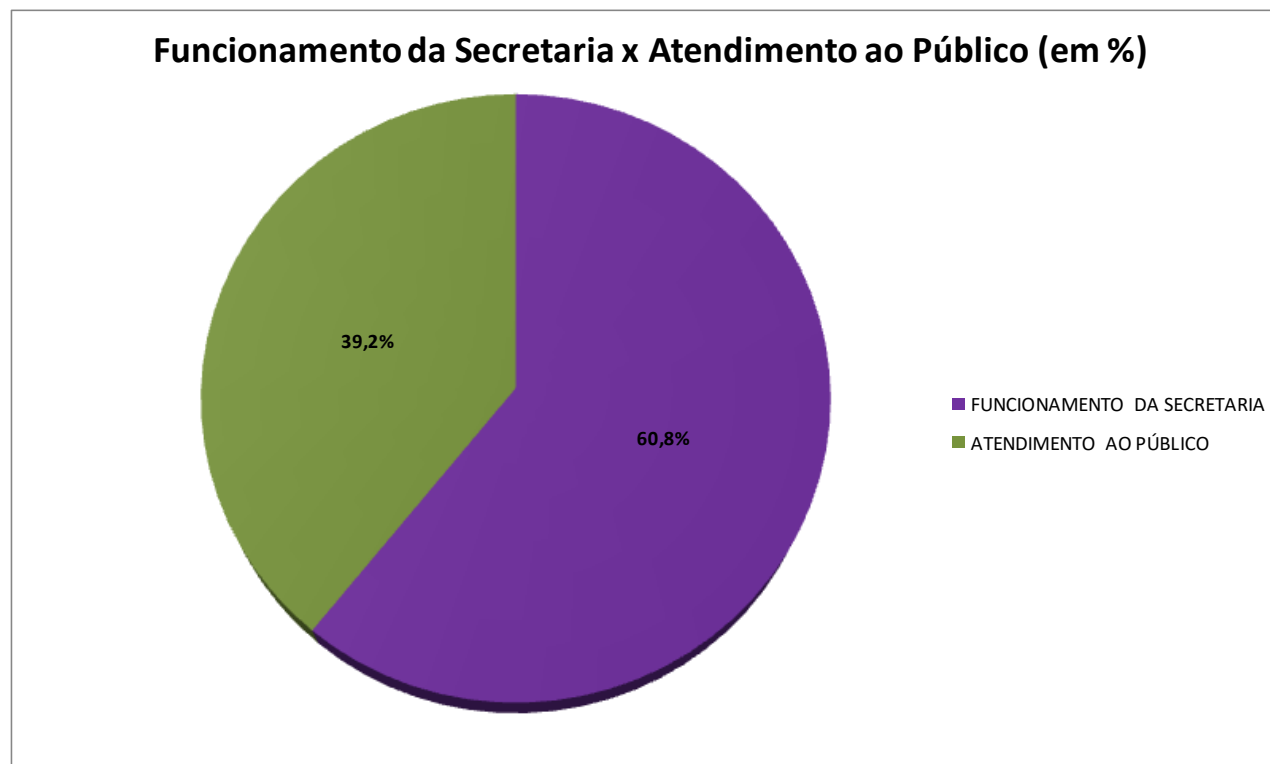


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O TRE-PI instituiu como unidade de Sustentabilidade do Tribunal o Núcleo Sustentabilidade e de Acessibilidade e Inclusão - NSA, atendendo as diretrizes estabelecidas nas Resoluções CNJ 400/2021 e 401/2021, como também, na Resolução TSE 23.474/2016. Essa unidade é responsável pela gestão do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal.

Utilização de critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O TRE-PI, consoante Resolução TRE-PI nº 434/2021, em suas aquisições e contratações observa os critérios de sustentabilidade dispostos na Resolução CNJ 400/2021, tendo adotado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU.

Conforme Resolução CNJ 400/2021, entre os indicadores de desempenho mínimos instituídos para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS, consta o indicador relacionado às aquisições e contratações sustentáveis, que mede o Percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade.

No período de outubro a dezembro de 2021, o TRE-PI obteve o Percentual de 88,57% de aquisições e contratações realizadas com a inclusão de critério de sustentabilidade (PCS - 88,57%).

Registre-se que, para alcance do objetivo estratégico de “Promover a sustentabilidade e a acessibilidade”, foram priorizadas pelo TRE-PI as contratações seguintes:

- a) Instalação de Energia Fotovoltaica em 13 Unidades Judiciárias, objeto dos Contratos nº 70/2021 (Valor: R\$ 4.175.097,28) e 71/2022 (R\$ 255.000,00).

Com a execução dessa contratação, firmada no exercício de 2021, estima-se a geração de aproximadamente 151.000 kw/h/m, o que implica numa economia de aproximadamente R\$ 90.000,00 ao mês.

- a) Reformas e Manutenção em Unidades Cartorárias, objeto dos Contratos nº 51/2019 e 22/2021 – Valor: R\$ 1.215.000,00 (reformas) + R\$ 831.265,00 (mão de obra terceirizada), conforme detalhado no item 5.3, quadro 024.

Outro ponto que merece destaque e que tem como fundamento o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS nº 5 (Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas), da Agenda 2030, foi o acolhimento pelo TRE-PI de proposta do Comitê Gestor de Política de Gênero quanto à instituição do Programa de Assistência às mulheres vítimas de violência doméstica e em condição de vulnerabilidade Econômica, no âmbito do TRE-PI.

Dessa forma, por meio da Portaria Presidência TRE-PI nº 322, de 26/05/2021, o TRE-PI instituiu o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, onde se prevê que os contratos de serviços continuados reservarão 20% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar (art. 1º, §1º).

Seguem abaixo algumas contratações com o cumprimento dessa Portaria:

Prestação de serviços continuados de secretariado – Termo de Referência nº 35/2021;



Serviços continuados de secretariado
09 vagas com 02 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021

Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para a Capital - Termo de Referência nº 42/2021;



Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para a Capital
25 vagas com 05 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021

Prestação de serviços continuados de agentes de portaria para os prédios do TRE-PI - Termo de Referência nº 43/2021.



Serviços continuados de agentes de portaria para os prédios do TRE-PI
10 vagas para a capital com 02 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS CONTRATADOS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS

A Comissão Permanente de Sindicâncias - COSIND, constituída por intermédio da Portaria nº 605/2020, é responsável pela apuração de fatos que ensejam aplicação das sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, e desempenha relevante papel voltado para a política de integridade da instituição.

Em 2021 foram analisados 56 (cinquenta e seis) processos de apuração de responsabilidade pela Comissão de Sindicância, os quais foram decididos pela Administração Superior do Tribunal, conforme discriminado na tabela abaixo:

Quadro 025						
PROCESSO	ANO	EMPRESA	CNPJ	MOTIVO	PENALIDADE APLICADA	VALOR MULTA (R\$)
0013594-06	2018	NILTON TURISMO LTDA.	07.725.929/0001-27	Descumprimento das obrigações assumidas através do Contrato TRE-PI nº 047/2018	Art. 86 da Lei 8.666/93 – Multa, cumulada com advertência, tudo nos termos das alíneas "a" e "b.1" da Cláusula Décima Primeira do Contrato	1.866,56
0012765-88	2019	NEWAIR REFRIGERAÇÃO LTDA.	00.468.893/0001-02	Falha na execução do Contrato TRE-PI 16/2016	Advertência	
0018886-69	2018	LOKAL RENT A CAR EIRELI	08.026.009/0001-83	Descumprimento do Contrato TRE-PI nº 062/2018	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 12.2.1 do Termo Referência	
0000736-69	2020	GALVÃO & FIGUEIREDO ARTIGOS DE PAPELARIA LTDA.	32.465.997/0001-41	Participante do Pregão Eletrônico nº 35/2019, o licitante "quando convocado não enviou proposta para o item 18 e não se manifestou no chat quando indagado"	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011359-95	2020	MUNDIAL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	29.564.455/0001-11	Participou Pregão Eletrônico nº 16/2020, solicitou desistência da proposta, alegando descontinuidade de produção	Arquivamento, sem penalidade	
0011611-98	2020	ESFERA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.	05.328.910/0001-11	Participou do Pregão Eletrônico nº 11/2020, ofertando proposta para os itens 12 e 13 e solicitando a sua desistência.	Arquivamento, sem penalidade	
0009860-76	2020	SELETIV - SELEÇÃO E GENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA EIRELI	13.224.659/0001-73	Débito com a receita federal (18/02/2020 a 04/06/2020), em desacordo com o estipulado no contrato	Arquivamento, sem penalidade	
0007649-67	2020	SELETIV - SELEÇÃO E ENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA EIRELI	13.224.659/0001-73	Supostas irregularidades na execução do Contrato TRE/PI nº 07/2018	Arquivamento, sem penalidade	
0011602-39	2020	MARDAN ETIQUETAS ADESIVAS LTDA.	00.001.822/0001-97	Participou Pregão Eletrônico nº 11/2020, ofertando lance para o item 5 e, convocado pelo Pregoeiro, não encaminhou o anexo para retificação da proposta, nem se manifestou no chat	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	

Quadro 025

PROCESSO	ANO	EMPRESA	CNPJ	MOTIVO	PENALIDADE APLICADA	VALOR MULTA (R\$)
0011627-52	2020	C J FREITAS SAMPAIO - EIRELI	73.852.873/0002-87	Participou do Pregão Eletrônico nº 17/2020, e convocada a anexar proposta de preços ajustada para os itens 2, 3 e 5, encaminhou com inconsistências informadas no chat pelo Pregoeiro	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011637-96	2020	NEW SOLUTIONS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	01.832.691/0001-52	Participou Pregão Eletrônico nº 12/2020, em que se declarou habilitada sem cumprir os requisitos exigidos para tanto	Arquivamento, sem penalidade	
0011600-69	2020	JOSÉ RONYERDD FERREIRA AMIRO	22.361.150/0001-63	Participou Pregão Eletrônico nº 11/2020, enviado amostra vencida para o item 1 e solicitado desistência de sua proposta de preços para os itens 12 e 13	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0023528-17	2020	JOSÉ RONYERDD FERREIRA AMIRO	22.361.150/0001-63	Participou Pregão Eletrônico nº 40/2020, ofertando lance para o item 15 e, quando convocado pelo Pregoeiro, não encaminhou o anexo da proposta, nem se manifestou no chat	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011631-89	2020	V2 LOCADORA SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI	12.851.153/0001-21	Participou do Pregão Eletrônico nº 17/2020, não atendeu à convocação de anexo para o item 3, tampouco se manifestou no chat	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011791-17	2020	INFANTARIA COMERCIAL EIRELI	20.795.155/0001-79	Participou Pregão Eletrônico nº 14/2020, ofertando lance para o item 11 e solicitando posteriormente a desistência de sua proposta	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011793-84	2020	W&A COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO PET LTDA.	10.943.936/0001-00	Participou Pregão Eletrônico nº 14/2020, solicitou desistência de sua proposta de preços	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011795-54	2020	VOLT MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	26.507.653/0001-55	Participou Pregão Eletrônico nº 11/2020, e não atendeu à convocação de anexo do item 4 em diligência para esclarecimento de sua proposta de preços	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0020632-35	2019	LPK LTDA.	00.535.560/0001-40	Atraso 12 dias na entrega do item 1 (café marca Odebrecht) solicitado p/Ordem Fornecimento n 50/2019	Art. 86 da Lei 8.666/93 – Multa e item 12.3.2 do edital.	217,86
0003016-47	2019	JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO	22.077.847/0001-07	Não entrega dos bens solicitados através da Ordem de Fornecimento n 15/2017	Arquivamento, sem penalidade	
0021153-43	2020	BARÃO DE COTEGIPE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS	30.508.137/0001-12	Participou do Pregão Eletrônico nº 45/2020, mesmo com sanção impeditiva de sua participação registrada no SICAF (art. 7º, Lei n 10.520/02), com vigência até o dia 19/09/2020	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0019064-81	2019	INGRID ARAÚJO RODRIGUES	27.836.205/0001-68	Participou Pregão Eletrônico nº 29/2019, pelo não atendimento à convocação do anexo do instrumento de edital no prazo determinado, o que pode ter configurado desídia.	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	

Quadro 025

PROCESSO	ANO	EMPRESA	CNPJ	MOTIVO	PENALIDADE APLICADA	VALOR MULTA (R\$)
0012977-12	2019	HYDROLUZ COMERCIO EM GERAL - EIRELI	28.818.225/0001-79	Descumprimento ao disposto no art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, (não manteve as condições de habilitação durante a vigência da ata	Arquivamento, sem penalidade	
0023525-62	2020	CR ENERGIA E INFORMÁTICA EIRELI	25.329.167/0001-21	Participou Pregão Eletrônico nº 40/2020, e convocada, a apresentar amostra para o item 20, e que a mesma não cumpriu tal solicitação.	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011605-91	2020	AGEM TECNOLOGIA INDÚSTRIA DE APARELHOS DE ELECOMUNICAÇÃO EIRELI	09.022.398/0001-31	Participou Pregão Eletrônico nº 11/2020 , ofertando lance para os itens 12 e 13 e, quando convocado não encaminhou a amostra no prazo assinalado no edital,	Arquivamento, sem penalidade	
0011610-16	2020	TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI	01.531.270/0001-91	Participou Pregão Eletrônico nº 11/2020, ofertando proposta para os itens 12 e 13 e não apresentou as amostras solicitadas pelo Pregoeiro	Arquivamento, sem penalidade	
0016921-85	2020	PROGREDIR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.	18.290.324/0001-77	Participou Pregão Eletrônico nº 35/2020 , pelo seu comportamento desidioso no decorrer do certame .	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0017620-76	2020	M. & M. SERVIÇOS LTDA.	.238.213/0001-02	Participou Pregão Eletrônico nº 41/2020 , classificada em 1º lugar encaminhou proposta de preços inconsistente e não atendeu à convocação do anexo para envio de proposta retificada	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0025441-34	2020	ALMEIDA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAL ESCOLAR E ALIMENTOS LTDA.	02.488.226/0001-09	Participou Pregão Eletrônico nº 79/2020, ofertou menor lance p/ os itens 1 e 2 e, convocada, solicitou desclassificação alegando 'não ter adicionado os impostos na planilha'.	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0025443-04	2020	ROBEVALDO ALVES LIMA	63.505.812/0001-09	Participou Pregão Eletrônico nº 79/2020 , ofertou lance para os itens 3, 5 e 6 e, convocado, não encaminhou o anexo das propostas, nem se manifestou no chat.	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0006905-38	2021	R. A. DE MELO	33.689.178/0001-40	Apresentou, durante a habilitação no Pregão Eletrônico nº 11/2021, alvará de funcionamento vencido , tendo declarado no sistema compasnet que cumpria todos os requisitos habilitação	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0003316-43	2018	ROSA ALVES DE SÁ ME	41.285.230/0001-21	Não entrega dos bens solicitados através Ordens de Fornecimento nº 35 e 44/2018 ARPs nº 13/2018	Art. 7º, Lei 10.520-2002 (item 14.1.6 edital) - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 1 ano.	
0019692-36	2020	NORTE SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	13.468.076/0001-98	Supostas irregularidades Contrato 45/2020, que tem por objeto a prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais p/ TRE-PI.	Arquivamento, sem penalidade	
0007514-21	2021	M DO C DA R LIMA GRAFICA EIRELI	30.913.140/0001-11	Participou Pregão Eletrônico 53/2020, não enviou, no cadastramento da proposta, todos os documentos de habilitação exigidos item 9 edital	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	

Quadro 025						
PROCESSO	ANO	EMPRESA	CNPJ	MOTIVO	PENALIDADE APLICADA	VALOR MULTA (R\$)
0000707-19	2020	AUDICEU DE SOUZA SANTOS	14.982.467/0001-99	Participou Pregão Eletrônico nº 39/2019, ofertando lance para o item 13 e, convocada, não enviou anexo nem se manifestou no chat.	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0000702-94	2020	ODIMILSON ALVES PEREIRA	03.930.566/0001-00	Participou Pregão Eletrônico nº 39/2019, solicitou desistência do item 13, após apresentação de lance com menor preço, alegando equívoco na cotação, "prejudicando a competitividade do item".	Arquivamento, sem penalidade	
0000698-57		I. BARBOSA DA SILVA	04.925.042/0001-94	Participou Pregão Eletrônico 39/2019, ofertou lance para itens 9, 25 e 52, convocado, não encaminhou o anexo das propostas, nem se manifestou no chat.	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0011918-86	2019	PRATA CONSULTORIA E LOCAÇÕES LTDA.		Participado Pregão Eletrônico nº 06/2019, classificada em 1º lugar, solicitou, a desclassificação da sua proposta alegando inexecutabilidade "por cálculo equivocado da planilha de custos",	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0005982-80	2019	COMERCIAL KR MATERIAIS GRÁFICOS LTDA.	23.889.067/0001-24	Descumprimento da ARP 42/2018, (Pregão Eletrônico nº 46/2018,.	Art. 87, Lei 8.666/93, II (Multa 20%) e item 14.3, inc. II, alínea "b", do Edital	535,78
0013981-84	2019	CJ FREITAS DE SAMPAIO EIRELI - EPP (MICROSERV)	73.852.873/0002-87	Inobservância do prazo de substituição, do item 7.6 do Termo de Referência 14/2017, dos bens entregues em desacordo com as especificações do edital	Arquivamento, sem penalidade	
0017786-79	2018	RADIOTRANS COMÉRCIO DE APARELHOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	73.809.048/0001-19	Participou Pregão Eletrônico nº 39/2019, classificada 1ª colocada p/o item 09, não atendeu a convocação p/envio do anexo da proposta no prazo estipulado. Não se manifestação no chat.	Arquivamento, sem penalidade	
0018377-41	2018	RUSCELINE ANNE CANDIDO ARBOSA	29.846.544/0001-50	Não forneceu bens solicitados na Ordem de Fornecimento nº 141/2018 (ARP nº 54/2018) - Pregão Eletrônico nº 35/2018..	Arquivamento, sem penalidade	
0016354-88	2019	ITEC INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA.	13.531.571/0001-02	Atraso de 3 dias na entrega do item 42 da Ordem Fornecimento 167/2018	Arquivamento, sem penalidade	
0013311-46	2019	IBROWSE Consultoria e Informática LTDA.	02.877.566/0001-21	Possível descumprimento do Contrato TRE-PI nº 84/2018	Arquivamento, sem penalidade	
0013221-38	2019	S. M. GUIMARÃES	26.889.274/0001-77	Participou Pregão Eletrônico 01/2019, ofertou proposta para o item 3 e, convocado, não enviou o anexo nem se manifestou no chat	Arquivamento, sem penalidade	
0013639-73	2019	EFICIENTE COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI	28.325.460/0001-09	Recusa em assinar a ARP nº 19/2019, decorrente de sua livre participação no Pregão Eletrônico nº. 05/2019	Advertência, nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2.2, do edital	

Quadro 025

PROCESSO	ANO	EMPRESA	CNPJ	MOTIVO	PENALIDADE APLICADA	VALOR MULTA (R\$)
0004429-32	2018	CLEAN MASTER TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – ME	14.346.629/0001-00	Descumprimento de obrigações trabalhistas contratualmente previstas).	Advertência (art. 87, I, Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Segunda, Par. Segundo, alínea a, do Contrato	
0019331-53	2019	COMERCIAL SANTANA WERNECK LTDA.	11.186.469/0001-83	Participou Pregão Eletrônico nº 12/2019, apresentou atestado de capacidade técnica não validado posteriormente, quando de diligência por parte Pregoeiro	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea "a" do edital	
0019093-34	2019	QUALISERV SERVIÇOS ERCEIRIZADOS EIRELI	34.179.198/0001-34	Participou Pregão Eletrônico nº 44/2019, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação do certame sem, no entanto, possuir qualificação técnico-operacional	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.3.1, do edital	
0013199-77	2019	INFRACOMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI	22.801.116/0001-62	Participou Pregão Eletrônico nº 01/2019, ofertando lance para o item 3 e, convocado, não encaminhou a amostra, solicitando desclassificação sob alegação de não haver tempo hábil para envio	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 16.5, do edital	
0018569-37	2019	CENTER SERV SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRAS EIRELI		Participou Pregão Eletrônico nº 43/2019, ofertou proposta preços e solicitou desistência sob a alegação de erro de digitação	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.3.1, do edital	
0013063-80	2019	TOP LIGHT ATACADISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.	08.842.653/0001-20	Participou Pregão Eletrônico nº 04/2019, ofertou lance para os itens 1, 3 e 4 e, convocado, não encaminhou o anexo das propostas, nem se manifestou no chat	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 12.2.2, do edital	
0013069-87	2019	VMR EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	19.457.657/0001-00	Participou Pregão Eletrônico nº 04/2019, ofertou lance para itens 1 e 3 e, convocado, não encaminhou o anexo da proposta, nem se manifestou no chat	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 12.2.2, combinado com item 14 do edital	
0019330-68	2019	ALMEIDA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAL ESCOLAR E ALIMENTOS LTDA.	02.488.226/0001-09	Participou Pregão Eletrônico nº 12/2019, e, convocada a apresentar amostras para os itens 5, 11 e 12, encaminhou produtos que não atenderam às especificações do edital	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 12.2.2, combinado com item 14 do edital	
0000734-02	2020	MERCADINHO SANTANA LTDA. – ME	18.717.757/0001-66	Participou Pregão Eletrônico 35/2019, ofertou lance para o item 18 e solicitou a desistência de sua proposta, sob a alegação de que o preço é inexequível	Advertência , nos termos do art. 87, I da Lei 8.666/93 e item 14.2, alínea a do edital	
0020627-13	2019	LAZARO BEZERRA SOARES - ME	06.088.333/0001-09	Atraso na entrega dos itens 39 e 52 da Ordem de Fornecimento nº 140/2020, decorrente da ARP nº 47/2019, originária do Procedimento Licitatório nº 39/2019.	Arquivamento, sem penalidade	
0010815-73	2021	NORTE SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,	13.468.076/0001-98	Descumprimento da CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO do Contrato 45/2020, que tem por objeto a prestação dos serviços auxiliar serviços gerais.	Arquivamento sem penalidade, com base no art. 52, da Lei do Processo Administrativo Federal	

O valor total das multas aplicadas em decorrência das decisões proferidas no ano de 2021 importou a quantia de R\$ 2.620,20 (dois mil e seiscentos e vinte reais e vinte centavos).

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS RELATIVAS A GESTÃO ADMINISTRATIVA – ORÇAMENTÁRIA – FINANCEIRA – CONTRATAÇÕES – PATRIMONIAL – APOIO ADMINISTRATIVO.

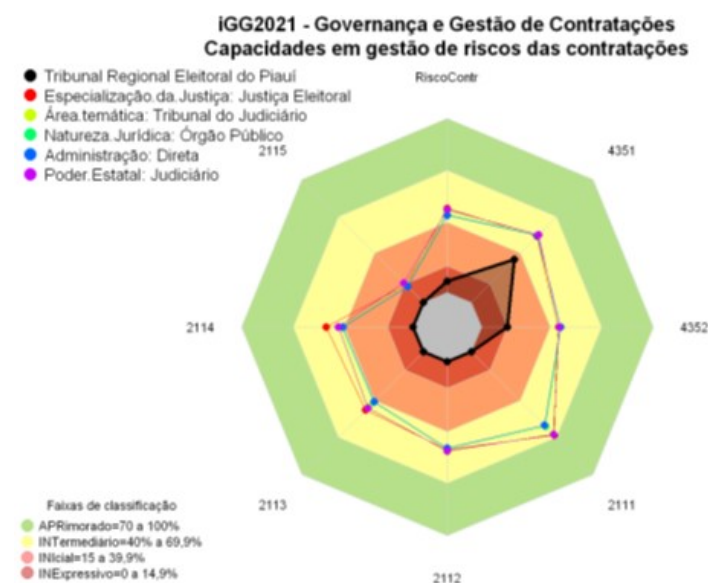
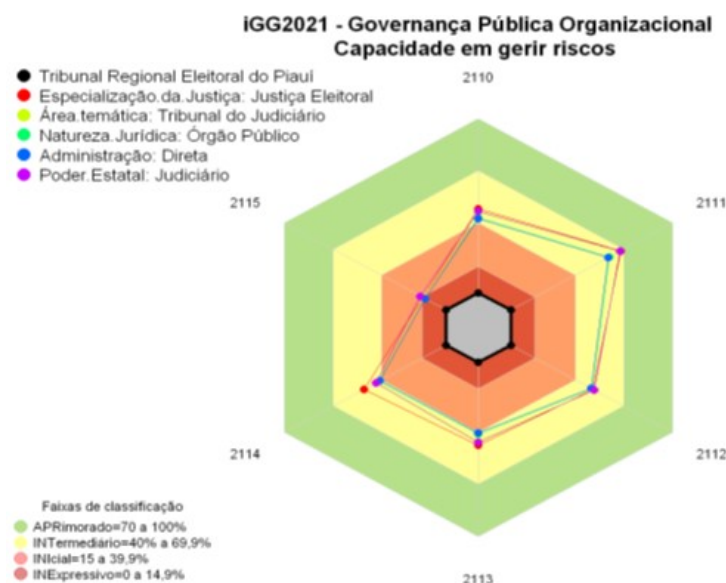
No Exercício de 2021 importantes normas em matéria de contratações públicas entraram em vigor, exigindo a adoção de medidas/providências por parte dos órgãos públicos para o seu cumprimento, principalmente em questão de governança/planejamento/gestão de riscos e controles internos, sendo importante os registros que se seguem:

- a) Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021): em seu art. 11, parágrafo único, estabelece que Alta Administração é responsável por promover a governança das contratações e implementar processos e estruturas para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, a exemplo da gestão de riscos e controles internos.
- b) Resolução CNJ nº 347/2020: que institui a Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário, estabelecendo que os Tribunais devem implementar e manter instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas em suas estruturas administrativas, em consonância com o disposto nesta Resolução e em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário vigente.
- c) Perfil de Governança e Gestão de Contratações e o Perfil de Governança e Gestão Orçamentárias levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no exercício 2021 (iGG 2021 TCU), em relação ao TRE-PI, cujos resultados seguem em quadro comparativo com o último relatório de diagnóstico 2018 do TCU:

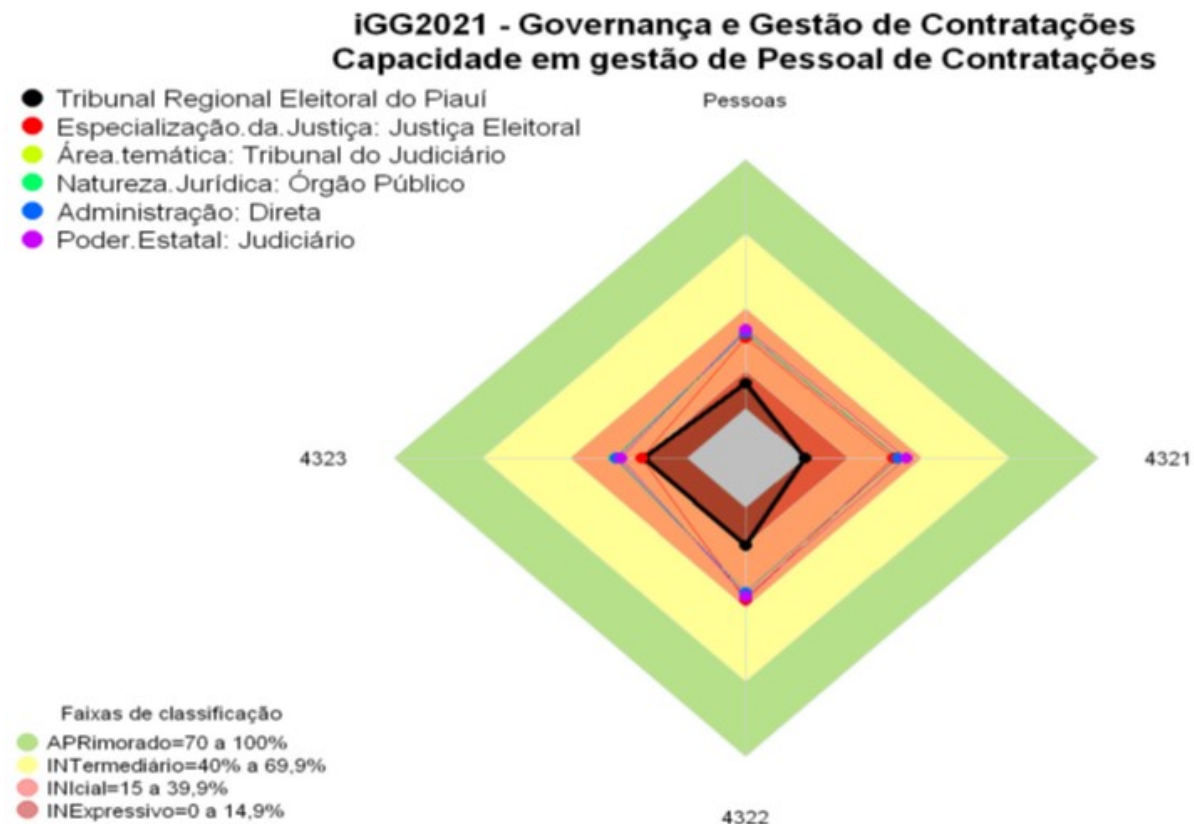
Quadro 026		
INDICADOR – iGG TCU	VALOR	
	ANO 2018	ANO 2021
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	35,0%	48,0%
iGestContrat (índice de capacidade de gestão de contratações)	43,0%	52,1%
iGovOrçament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	50,4%
iGestOrçament (índice de capacidade de gestão orçamentária)	-	54,2%

Da análise do Levantamento de Governança e Gestão Públicas (iGG 2021) do TCU, no que diz respeito ao índice de governança e gestão de contratações, merece destaque as questões a seguir:

1. Capacidade em gestão de riscos das contratações: ainda revela baixa maturidade em gestão de riscos das contratações.



2. Capacidade em gestão de pessoal de contratações: foi avaliado se a organização possui mecanismos para desenvolver a capacidade, atrair e reter gestores e colaboradores nas funções/áreas de contratações. O resultado demonstra que o Tribunal ainda se encontra em estágio inicial. Conforme o diagnóstico TCU, as deficiências apontadas podem se refletir em alta rotatividade dos ocupantes dos cargos/funções da área de contratações, em baixa qualidade dos trabalhos desempenhados em insegurança das equipes envolvidas.



Dentro dessas temáticas, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento da governança/gestão orçamentária e de contratações, nos termos determinados pela Nova lei de Licitações e Contratos, pelo CNJ e TCU, foram adotadas medidas como:

1. Instituição do Núcleo de Fiscalização Financeira e Gestão Contratual – NFFGC para gerenciar e fiscalizar os contratos de serviços e locações de imóveis do TRE-PI, arts. 1º, VIII e 9º ao 17, da Resolução TRE-PI nº 430, de 08/11/2021;
2. Resolução TRE-PI nº 427, de 14/09/2021, que dispõe sobre as aquisições de bens permanentes e de consumo e sobre as contratações de serviços ou obras no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí;

Importa registrar que, nessa resolução há a disposição de que o gerenciamento de riscos compete à equipe de Planejamento e deve abranger todas as fases dos procedimentos de contratações (arts. 15 e 16, com respectivos incisos e parágrafos).

3. Resolução TRE-PI nº 434, de 14/12/2021, que dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas no âmbito do TRE-PI;

Essa resolução prevê: obrigatoriedade de formalização do Plano Anual de Capacitação em Contratação/Programa de capacitação/Observação da gestão por competência/Definição das funções-chave na área de contratações/diretrizes para os ocupantes das funções-chave na área de contratações/critérios de sustentabilidades das contratações/Instrumentos de Governança das contratações/Plano anual de Contratações/Comitê de Contratações/Compras compartilhadas/Gestão de riscos (a ser instituída de acordo com as diretrizes aqui estabelecidas).

Esse normativo vem a suprir e/ou aprimorar as questões apontadas como necessárias de aperfeiçoamento no relatório de diagnóstico TCU em matéria de governança e gestão de contratações.

4. Portaria TRE-PI nº 584, de 14/9/2021, que dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, referente às despesas discricionárias do TRE-PI.

Essa portaria estabelece a importância de ordenar os procedimentos inerentes à elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, resultando numa boa governança orçamentária.

Os normativos acima relacionados, instituídos pelo TRE-PI no exercício de 2021, são importantes instrumentos de governança e gestão da Alta Administração deste Tribunal, nas áreas de contratações e orçamentária, que necessitam, entretanto, serem fortalecidos nos próximos exercícios mediante uma política de adoção de implantação e cumprimento, de forma a se cumprir com êxito o quanto exigido pelo CNJ/TCU e legislação de vigência sobre essas matérias.

Gestão de Pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

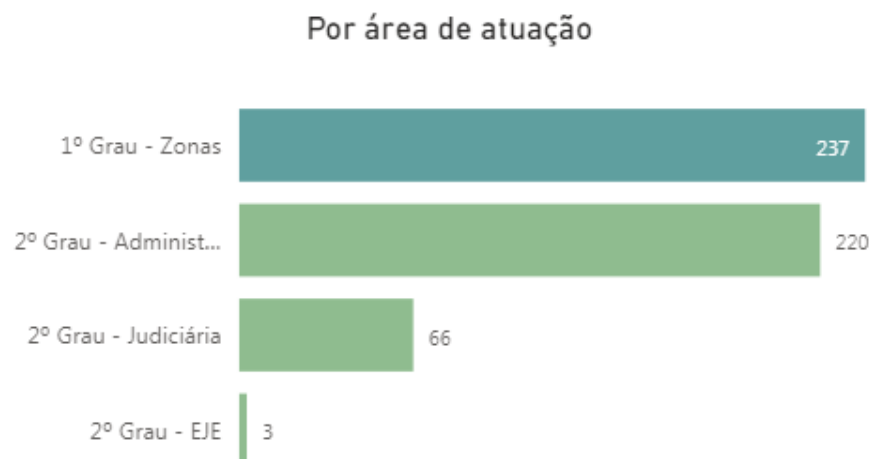
A Secretaria de Gestão de Pessoas observa as Leis, Decretos, Resoluções e orientações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Acórdãos e recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU e os normativos do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, além das resoluções editadas pelo TRE-PI.

Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

A gestão de pessoas no âmbito do TRE-PI é regida, principalmente, por meio da Lei nº 8.112/90 e alterações, além dos entendimentos jurisprudenciais proferidos pelos tribunais superiores e pelo órgão de controle (TCU). Este Regional observa a normatização, as diretrizes e os procedimentos referentes à gestão de pessoas estabelecidos por meio de resoluções, portarias, instruções do TSE, as quais são regulamentadas por norma específica no âmbito do TRE-PI, quando necessário.

No ano de 2021, o Tribunal de Contas da União realizou as seguintes provocações, em relação aos aspectos a seguir relacionados, tendo sido adotadas as medidas recomendadas.

- O TCU, por meio de extratos individualizados de indício gerado pelo sistema e-Pessoal, comunicou indícios de irregularidades decorrentes de extrapolação do teto remuneratório, de acordo com a Decisão do STF, proferida no Recurso Extraordinário (RE) 602.584/DF. Esta Corte notificou os servidores aposentados/beneficiários de pensão civil para se manifestarem sobre o assunto e, posteriormente, foram adotadas as providências objetivando a aplicação do abate-teto nos casos notificados;
- O TCU, por meio de extrato individualizado de indício gerado pelo sistema e-Pessoal, comunicou possível acumulação de cargos públicos. Após ouvida a parte, ficou constatado que não procede a suposta acumulação de cargos públicos, já que foi comprovado o desligamento do cargo anterior, antes do ingresso neste Regional. Tal situação foi comunicada ao TCU;
- O TCU, por meio de Acórdãos enviados a este Regional, determinou a transformação em "Parcela Compensatória" das parcelas de quintos/décimos (VPNI) incorporadas a partir da edição da Lei nº 9.624/1998. Em todos os casos foram notificados os servidores alcançados e, em seguida, foram promovidas as alterações determinadas pelo TCU (Acórdão TCU nº 668/2021 - 1ª Câmara, Acórdão TCU nº 17764/2021 - 1ª Câmara, Acórdão TCU nº 17198/2021 - 1ª Câmara, Acórdão TCU nº 11008/2021 - 2ª Câmara, Acórdão TCU nº 10.531/2021 - 1ª Câmara, Acórdão TCU nº 9967/2021 - 2ª Câmara, Acórdão TCU nº 6618/2021 - 1ª Câmara).

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**Secretaria do Tribunal - Distribuição por área administrativa**

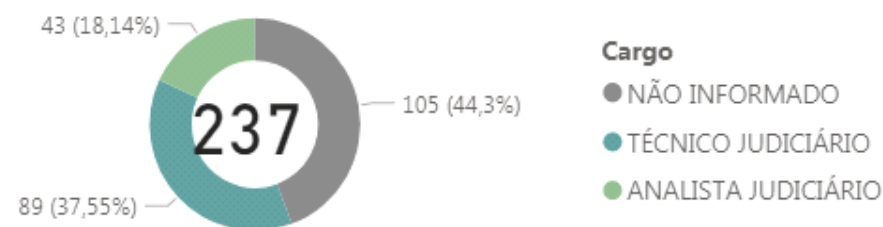
O TRE/PI tem um total de 223 (duzentos e vinte) servidores na Área Administrativa, inclusive os lotados na Escola Judiciária Eleitoral e nas áreas de Tecnologia da Informação. Este número refere-se ao total de cargos de servidores providos, lotados nas áreas de apoio indireto à atividade judicante ao final do período-base (31/12/2021), abrangendo os servidores efetivos, os comissionados sem vínculo efetivo e os que ingressaram por cessão ou requisição.

Secretaria do Tribunal - distribuição por área judiciária

Ao final do período-base (31/12/2021), este Regional contava com 66 (sessenta e seis) servidores atuando na Área Judiciária do 2º Grau (TRE/PI), que corresponde ao total de cargos de servidores providos, lotados nas áreas judiciárias do 2º Grau, abrangendo os servidores efetivos, os comissionados sem vínculo efetivo e os que

Zonas Eleitorais – efetivos e requisitados

Cargo	Total	Situação funcional
ANALISTA JUDICIÁRIO	40	EFETIVO
ANALISTA JUDICIÁRIO	3	REMOVIDO PARA ESTE TRIBUNAL
NÃO INFORMADO	4	EXERCÍCIO PROVISÓRIO
NÃO INFORMADO	101	REQUISITADO
TÉCNICO JUDICIÁRIO	77	EFETIVO
TÉCNICO JUDICIÁRIO	12	REMOVIDO PARA ESTE TRIBUNAL
Total	237	



As Zonas Eleitorais contam com 237 (duzentos e trinta e sete) servidores atuando na Área Judiciária do 1º Grau: Total de cargos de servidores providos, lotados nas áreas judiciárias do 1º Grau (Zonas Eleitorais) ao final do período-base (31/12/2021), abrangendo os servidores efetivos, os comissionados sem vínculo efetivo e os que ingressaram por cessão ou re-

411

Quadro de cargos do TRE-PI

Servidores do TRE-PI em exercício no próprio órgão

379

ANALISTA JUDICIÁRIO

171

2

Soma de CARGOS PROVIDOS

CARGOS VAGOS

TECNICO JUDICIARIO

235

3

Soma de CARGOS PROVIDOS

CARGOS VAGOS

Servidores do TRE-PI em exercício em outros órgãos

4

4

19

Cedidos

Licenciados

Removidos para outros órgãos

Servidores por situação funcional (efetivos; técnico e analistas exercício provisório; removidos; requisitados; sem vínculo; cedidos)

O quadro de pessoal próprio do TRE/PI é composto por 411 cargos (173 de Analista Judiciário e 238 de Técnico judiciário). Desses, 5 encontravam-se vagos (2 de Analista Judiciário e 3 de Técnico judiciário).

Dos cargos ocupados, 379 (trezentos e setenta e nove) servidores efetivos (159 analistas judiciários e 220 técnicos judiciários) estão lotados no TRE-PI; 4 (quatro) servidores foram cedidos para outros órgãos; 4 (quatro) servidores em exercício provisório em outro órgão (licenciados); e 19 (dezenove) servidores encontravam-se removidos para outro órgão.

526

Força de Trabalho no TRE-PI

379	108	7
Efetivos	Requisitados	Sem vínculo
24	8	
Removidos para TRE-PI	Exercício provisório	
Situação funcional	Cargo	Total
EFETIVO	ANALISTA JUDICIÁRIO	159
REMOVEDO PARA ESTE TRIBUNAL	ANALISTA JUDICIÁRIO	9
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	NÃO INFORMADO	8
REQUISITADO	NÃO INFORMADO	108
SEM VÍNCULO EFETIVO	NÃO INFORMADO	7
EFETIVO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	220
REMOVEDO PARA ESTE TRIBUNAL	TÉCNICO JUDICIÁRIO	15
Total		526

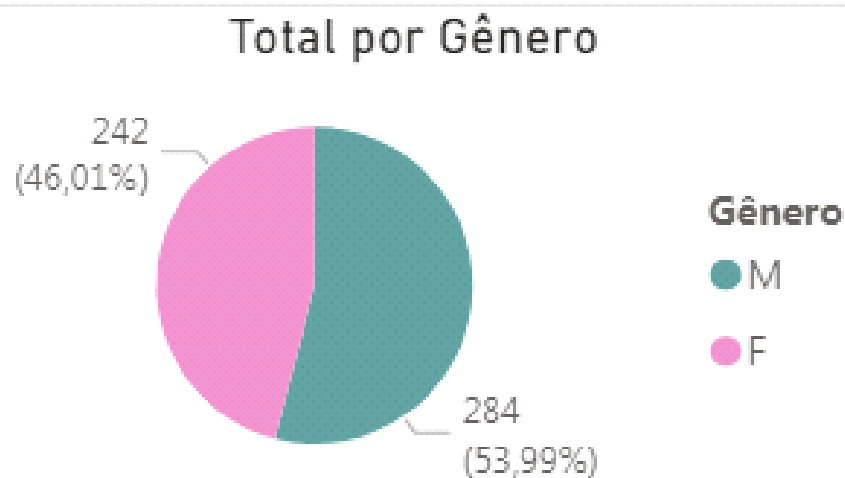
A força de trabalho do TRE-PI atualmente é composta por 526 servidores, sendo 379 efetivos (159 analistas judiciários e 220 técnicos judiciários), 8 (oito) servidores de outros órgãos em exercício provisório ou em licença cônjuge no TRE/PI; 24 (vinte e quatro) servidores de outros tribunais removidos para o TRE/PI; 108 (cento e oito) servidores requisitados para o TRE/PI; e 7 (sete) servidores sem vínculo efetivo no TRE/PI.

Evolução do quantitativo por gênero

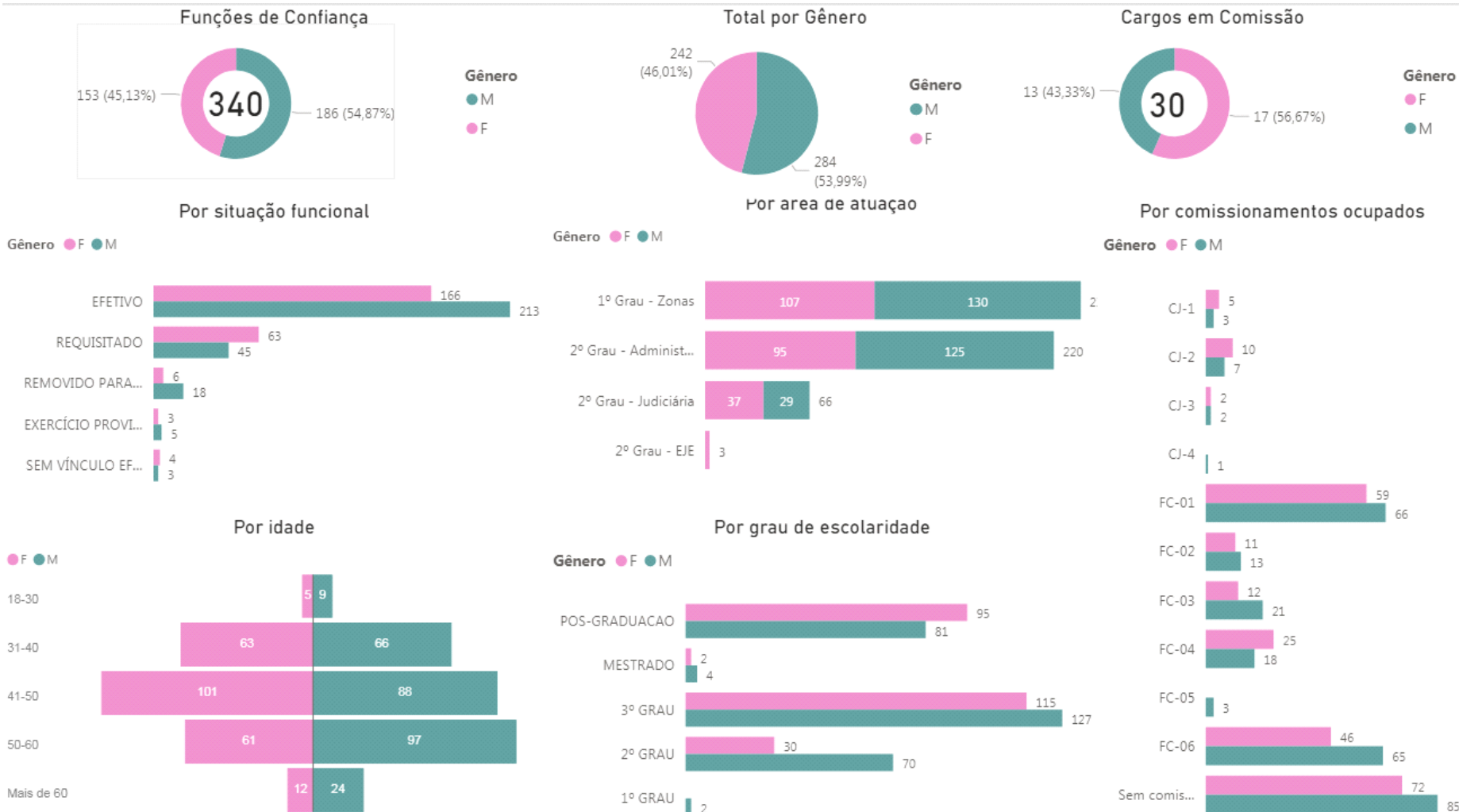
A força de trabalho do TRE-PI é composta por 242 (duzentas e quarenta e duas) servidoras (46,01% da força de trabalho), sendo 107 (cento e sete) servidoras lotadas nas Zonas Eleitorais e 135 (cento e trinta e cinco) servidoras, na Sede do TRE/PI.

Por outro lado o TRE-PI, ao final de 2021, contava com a força de trabalho de 284 (duzentos e oitenta e quatro) servidores (53,99% da força de trabalho), dos quais, 130 (cento e trinta) servidores se encontravam lotados nas Zonas Eleitorais e 154 (cento e cinquenta e quatro) servidores, na Sede do TRE/PI

Destaque-se que foram considerados para este cálculo os servidores e servidoras efetivos(as), requisitados(as), removidos(as), sem vínculo e em exercício provisório. Ademais, registra-se que o provimento de cargos efetivos e a requisição de servidores e servidoras no âmbito da Justiça Eleitoral estão vinculados aos termos da legislação específica a qual não prevê o gênero como critério de requisição ou de nomeação para cargo efetivo.



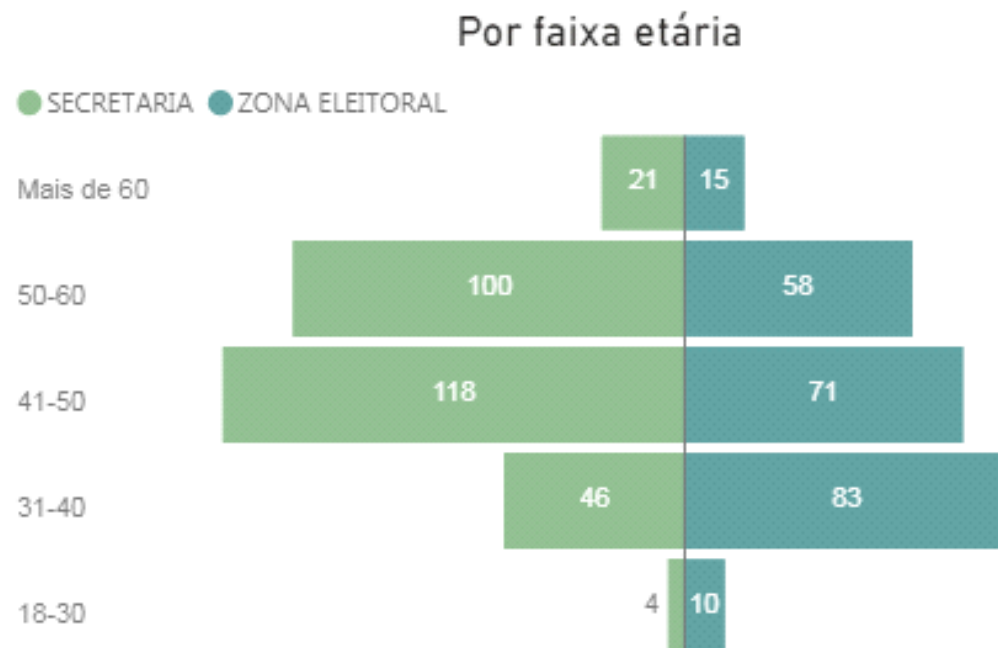
Abaixo, segue quadro geral com diversos parâmetros, classificados por gênero:



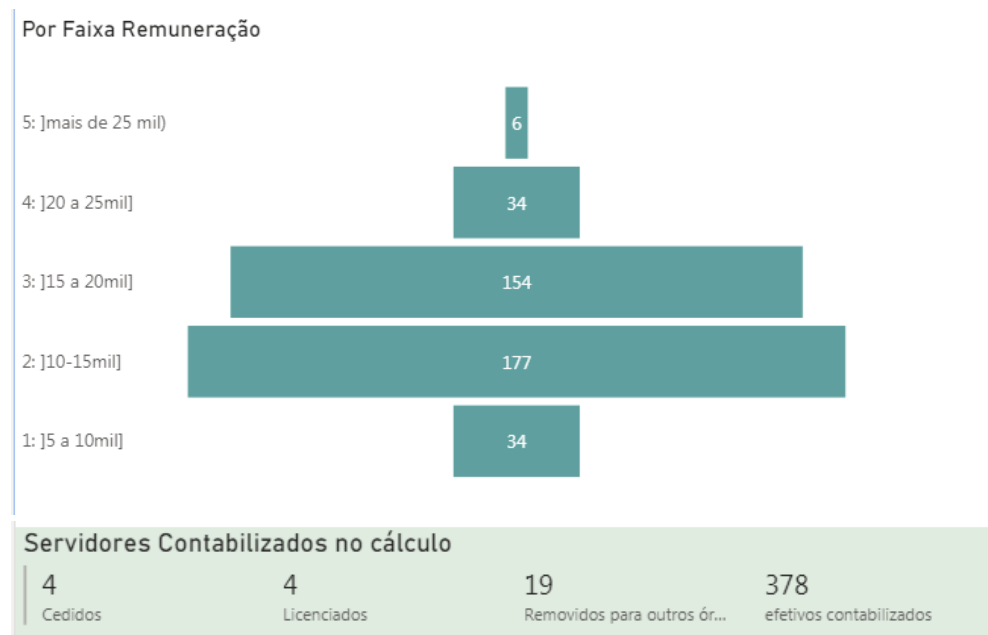
Merece destaque o fato de que a força de trabalho feminino, mesmo sendo menor que a força de trabalho masculina, as servidoras ocupam 17 cargos comissionados (56,67% dos cargos de direção), enquanto os servidores ocupam 13 cargos comissionados (43,33% dos cargos de direção).

Servidor por faixa etária

No quadro ao lado tem-se a distribuição de servidores e servidoras segundo a faixa etária e a sua distribuição entre a secretaria e as zonas eleitorais (14 servidores de 14 a 30 anos, 129 servidores de 31 a 40anos, 189 servidores de 41 a 50 anos, 158 servidores de 50 a 60 anos e 36 servidores com mais de 60 anos). Analisando-se os dados, constata-se que, no TRE-PI, predomina a faixa entre 41 a 50 anos, em que constam 189 servidores (118 na secretaria e 71 nas zonas Eleitorais). Fica ainda evidenciado que nas zonas eleitorais há uma predominância de servidores mais jovens. Foram considerados, no referido cálculo, todos os servidores e servidoras que compõem a força de trabalho do TRE-PI (efetivos(as), requisitados(as), removidos(as), sem vínculo e em exercício provisório)



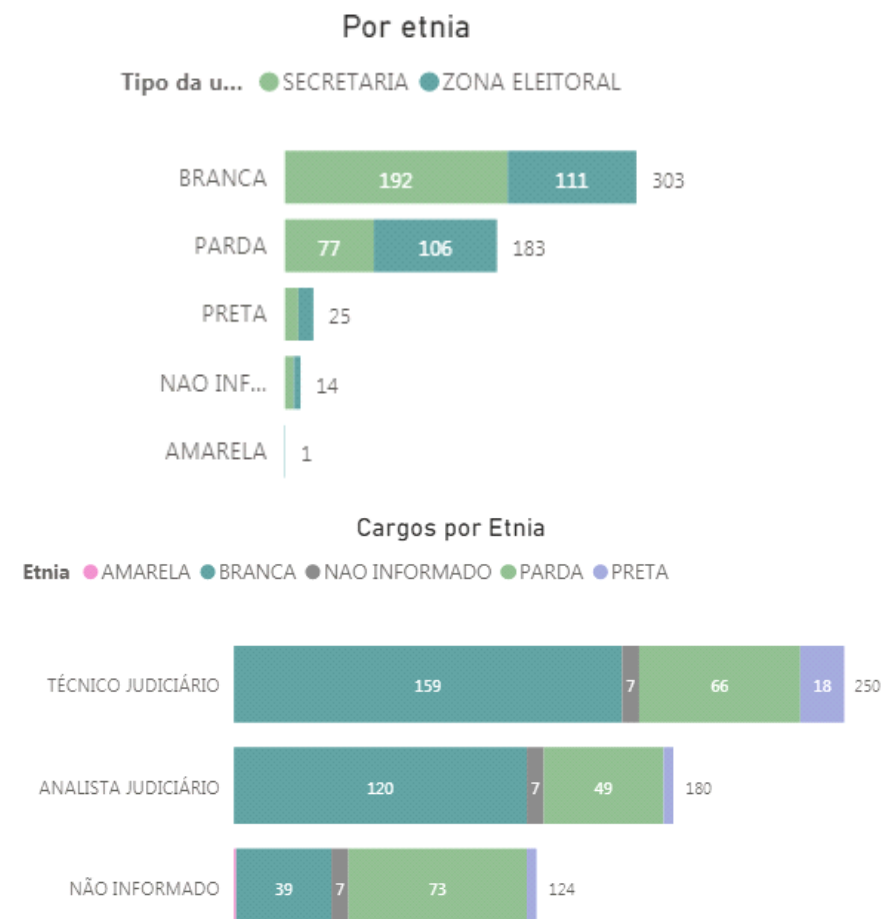
Servidor por faixa salarial



Apresenta-se nesse quadro a distribuição dos servidores e servidoras segundo a faixa salarial, destacando-se que para esse cálculo são contabilizados apenas aqueles(as) que têm sua remuneração paga pelo TRE-PI, quais sejam, os efetivos, os efetivos removidos para outros órgãos, os efetivos licenciados e os efetivos cedidos para outros órgãos. Observa-se que a grande maioria dos servidores encontra-se entre as faixas de 10 a 15 mil (177 pessoas) e de 15 a 20 mil (154 pessoas).

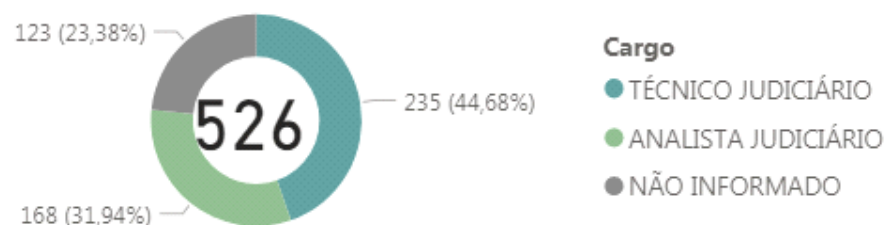
Rubricas utilizadas no cálculo: 0001.000 - VENCIMENTO 0002.000 - GAJ, 00020.000 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO 0022.000 - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TÍTU 0023.000 - ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREIN 0024.000 - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SEGU 0025.000 - V.P.N.I. (DÉCIMOS - LEI 9624/98) 0060.000 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Uma servidora redistribuída nos últimos dias do ano não foi contabilizada.

Servidor por etnia



Nesses quadros apresentam-se a etnia pela qual o servidor ou servidora se identifica e a ocupação dos comissionamentos segundo a etnia. Observa-se que a maior parte declara-se Branca (303 pessoas), seguido de pardos (183 pessoas), pretos (25 pessoas), amarelos (1) e não informaram (14 pessoas).

Servidor por carreira



A força de trabalho do TRE-PI atualmente é composta por 403 (quatrocentos e seis) servidores **efetivos e removidos para este tribunal**, sendo 168 Analistas judiciários e 235 Técnicos Judiciários. Além deles, constam ainda 123 servidores (108 requisitados, 7 sem vínculo e em 8 exercício provisório) que não possuem registro do cargo de origem no Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Servidores por cargos providos e por cargos vagos

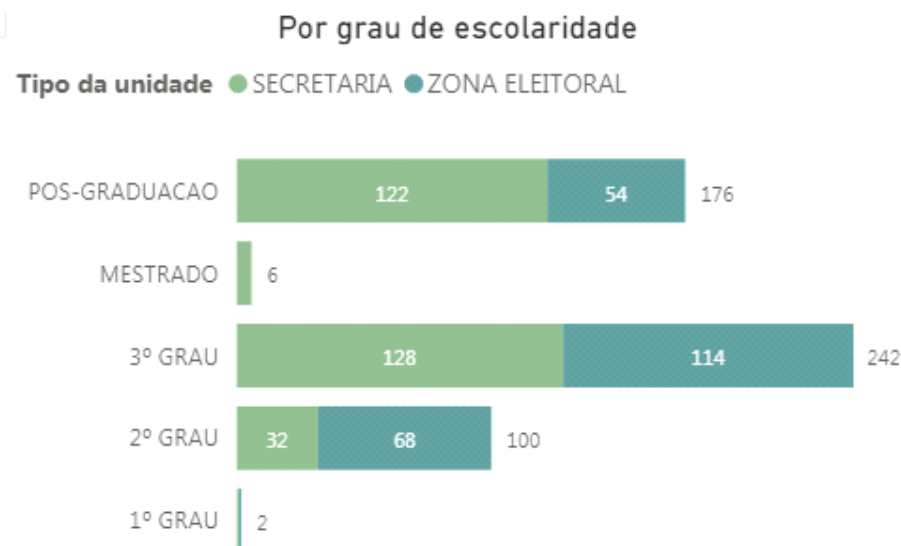
ANALISTA JUDICIÁRIO

171	2
Soma de CARGOS PROVIDOS	CARGOS VAGOS

TÉCNICO JUDICIÁRIO

235	3
Soma de CARGOS PROVIDOS	CARGOS VAGOS

Servidores por titulação (ensino médio; graduação; especialização; mestrado; doutorado)



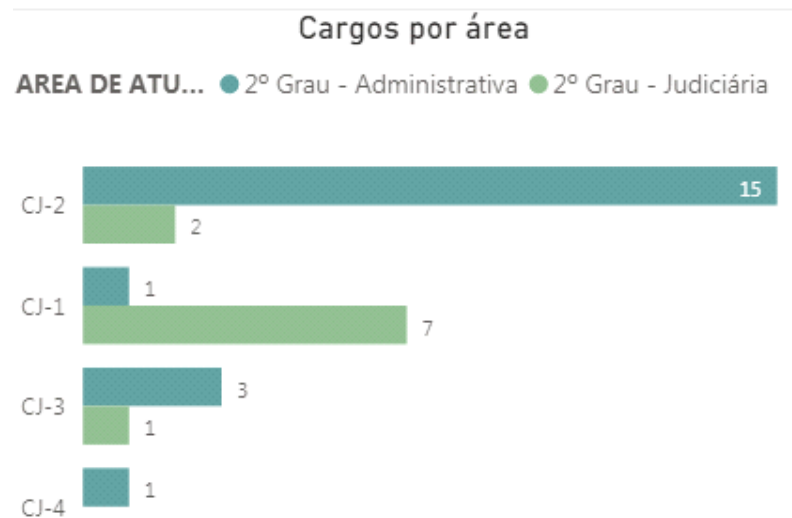
Neste gráfico, foram considerados todos os servidores que compõem a força de trabalho, façam parte do quadro próprio ou não.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Servidores em condição de aposentadoria

42 servidores percebiam abono de permanência até 31/12/2021, tendo contemplado, portanto, todos os requisitos para aposentadoria.

Distribuição dos cargos em comissão

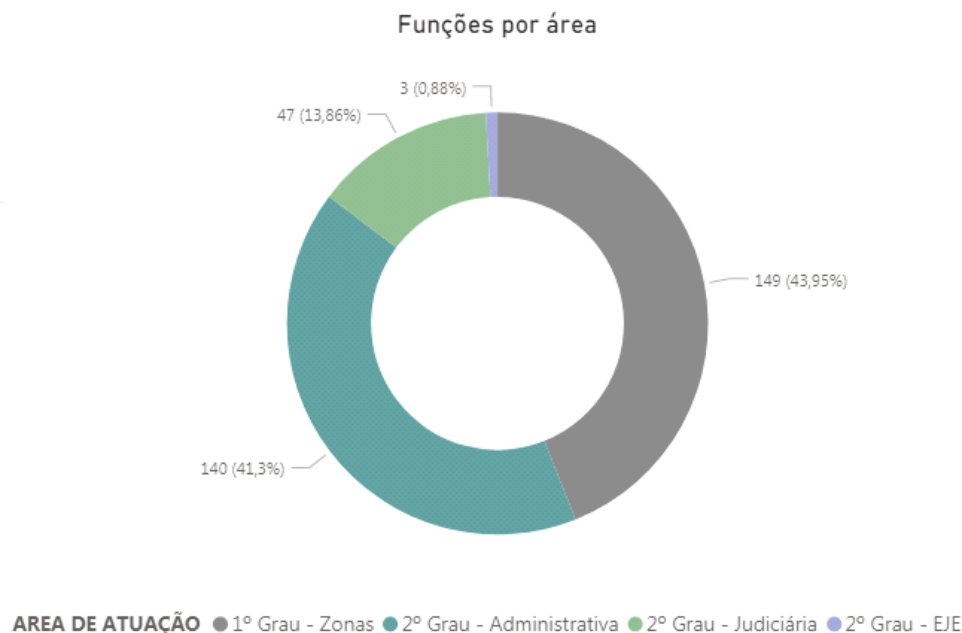


O TRE/PI possui 30 (trinta) cargos em comissão, os quais se encontram distribuídos na Sede do Regional, sendo 10 cargos na área judiciária e 20 cargos na área administrativa.

Constata-se ainda que destes, 21 cargos são ocupados por servidores efetivos, 7 por servidores sem vínculo e 2 por servidores requisitados.



Distribuição das funções gerenciais



O TRE/PI possui 206 (duzentas e seis) funções de confiança (FC-01 a FC-06), que se encontram distribuídas na Sede do Regional, estando ocupadas 47 (quarenta e sete) funções na área judiciária e 143 (cento e quarenta e três) na área administrativa, inclusive a secretaria de tecnologia da Informação e Escola Judiciária, conforme dados do SGRH em 31/12/2021.

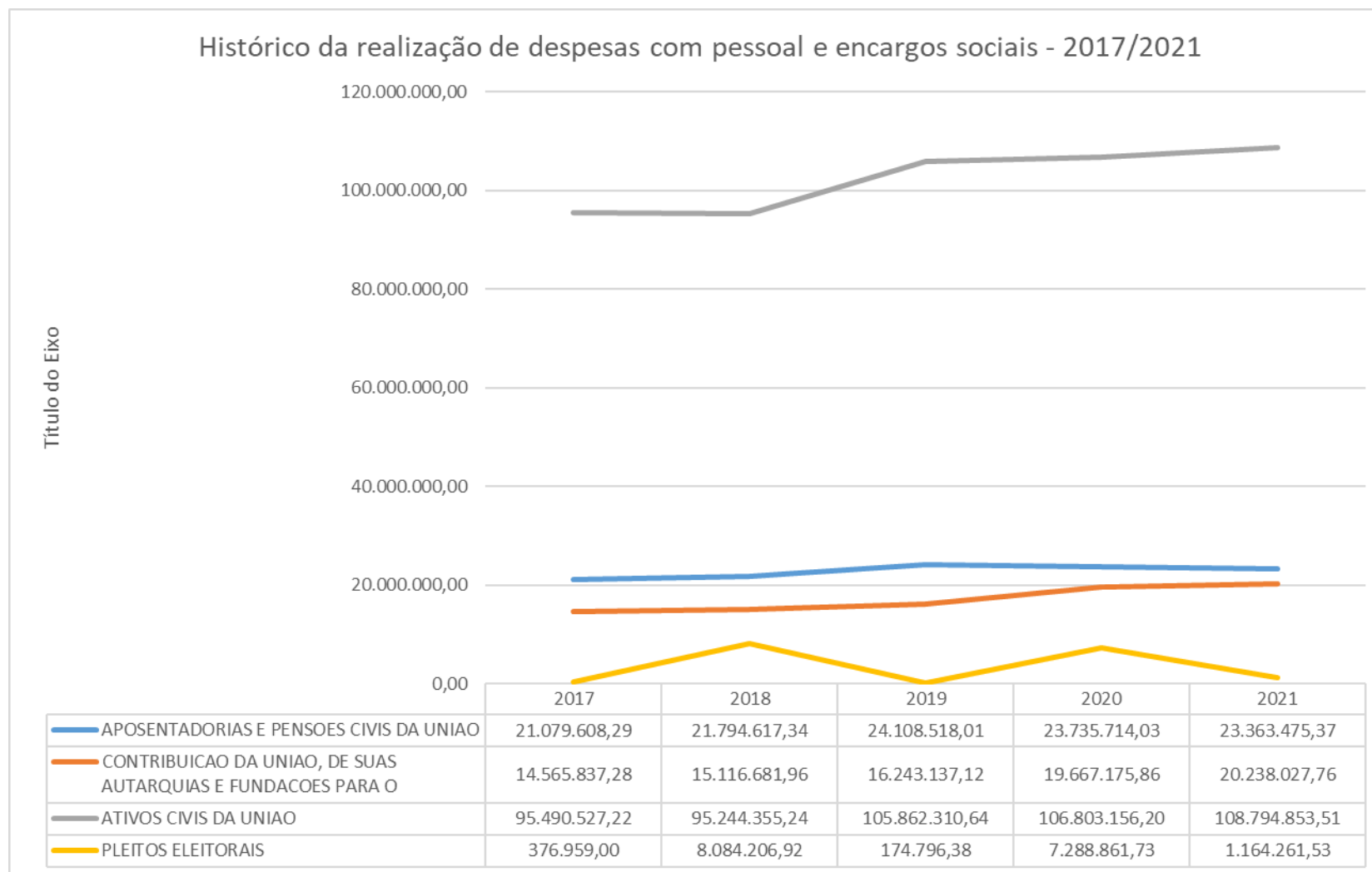
As Zonas Eleitorais possuem 150 (cento e cinquenta) funções de confiança (FC-01 e FC-06), estando ocupadas 149 (cento e quarenta e nove) funções, conforme dados do SGRH em 31/12/2021.

Concursos de remoção

Durante o ano de 2021 foi dada autorização para a realização de concurso de remoção para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, no entanto, o mesmo ainda está em fase de tramitação, não tendo sido concluído.

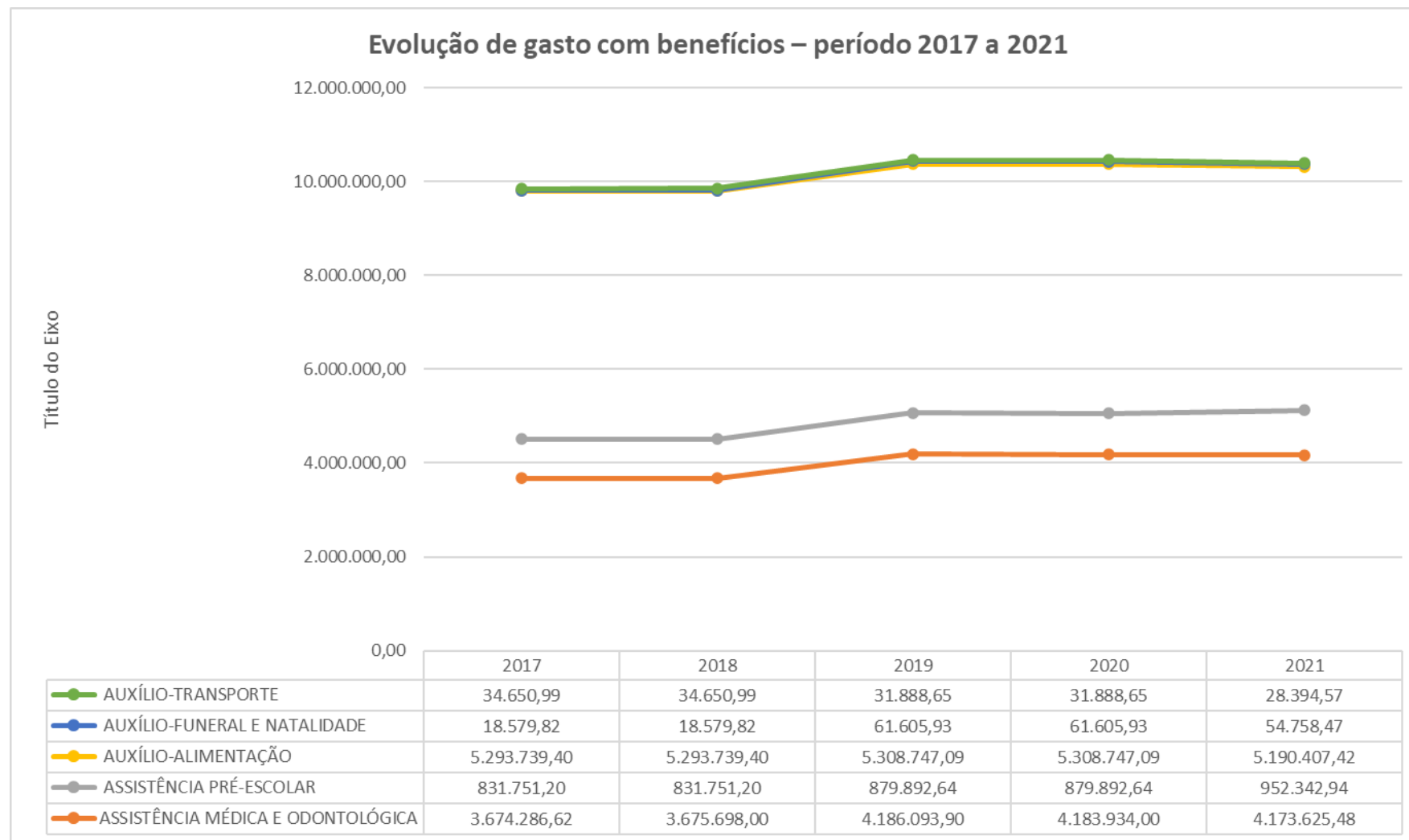
DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Evolução de gasto com pessoal (ativo, inativo e pensionista) – período 2017 a 2021



No gráfico acima foram considerados os valores dispendidos, incluídos os valores ainda constantes em restos a pagar.

Evolução de gasto com benefícios – período 2017 a 2021



No gráfico acima foram considerados os valores dispendidos, incluídos os valores ainda constantes em restos a pagar.

Tabela de remuneração de gasto com pessoal: servidores efetivos—Nível Superior

DADOS DO CARGO		VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES										
CARREIRA / CLASSE /			PARCELAS BÁSICAS		PARCELAS VARIÁVEIS								
ESCOLARIDADE / PADRÃO			ATIVO E INATIVO		ATIVO				ATIVO E INATIVO				
		ATIVO E INATIVO	GAJ	VPI	GAS	AQ TREINAMENTO		GAE		AQ Títulos			
			140,00%	R\$	35%	1%	2%	3%	35%	5%	7,50%	10%	12,50%
ANALISTA	C	13	7.792,30	10.909,22	-	-	77,92	155,85	233,77	-	584,42	779,23	974,04
		12	7.565,34	10.591,48	-	-	75,65	151,31	226,96	-	567,4	756,53	945,67
		11	7.344,99	10.282,99	-	-	73,45	146,9	220,35	-	550,87	734,5	918,12
		10	7.131,06	9.983,49	-	-	71,31	142,62	213,93	-	534,83	713,11	891,38
	B	9	6.923,36	9.692,70	-	-	69,23	138,47	207,7	-	519,25	692,34	865,42
		8	6.550,01	9.170,01	-	-	65,5	131	196,5	-	491,25	655	818,75
		7	6.359,23	8.902,92	-	-	63,59	127,18	190,78	-	476,94	635,92	794,9
		6	6.174,01	8.643,62	-	-	61,74	123,48	185,22	-	463,05	617,4	771,75
	A	5	5.994,18	8.391,86	-	-	59,94	119,88	179,83	-	449,56	599,42	749,27
		4	5.819,60	8.147,44	-	-	58,2	116,39	174,59	-	436,47	581,96	727,45
		3	5.505,76	7.708,07	-	-	55,06	110,12	165,17	-	412,93	550,58	688,22
		2	5.345,40	7.483,56	-	-	53,45	106,91	160,36	-	400,91	534,54	668,18
		1	5.189,71	7.265,59	-	-	51,9	103,79	155,69	-	389,23	518,97	648,71

Tabela de remuneração de gasto com pessoal: servidores efetivos—Nível médio

DADOS DO CARGO			VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES											
CARREIRA / CLASSE /				PARCELAS BÁSICAS				PARCELAS VARIÁVEIS							
ESCOLARIDADE / PADRÃO				ATIVO E INATIVO		ATIVO				ATIVO E INATIVO					
				ATIVO E INATIVO	GAJ	VPI	GAS	AQ TREINAMENTO		GAE	AQ Títulos				
				140,00%	R\$	35%	1%	2%	3%	35%	5%	7,50%	10%	12,50%	
TÉCNICO	C	MÉDIO	13	4.749,33	6.649,06	-	1.662,27	47,49	94,99	142,48		237,47	356,2	474,93	593,67
			12	4.611,00	6.455,39	-	1.613,85	46,11	92,22	138,33		230,55	345,83	461,1	576,38
			11	4.476,70	6.267,37	-	1.566,85	44,77	89,53	134,3		223,84	335,75	447,67	559,59
	B	MÉDIO	10	4.346,31	6.084,83	-	1.521,21	43,46	86,93	130,39		217,32	325,97	434,63	543,29
			9	4.219,71	5.907,60	-	1.476,90	42,2	84,39	126,59		210,99	316,48	421,97	527,46
			8	3.992,16	5.589,03	-	1.397,26	39,92	79,84	119,76		199,61	299,41	399,22	499,02
	A	MÉDIO	7	3.875,88	5.426,24	-	1.356,56	38,76	77,52	116,28		193,79	290,69	387,59	484,49
			6	3.763,00	5.268,20	-	1.317,05	37,63	75,26	112,89		188,15	282,23	376,3	470,38
			5	3.653,40	5.114,75	-	1.278,69	36,53	73,07	109,6		182,67	274,01	365,34	456,68
	A	MÉDIO	4	3.546,98	4.965,78	-	1.241,44	35,47	70,94	106,41		177,35	266,02	354,7	443,37
			3	3.355,71	4.697,99	-	1.174,50	33,56	67,11	100,67		167,79	251,68	335,57	419,46
			2	3.257,97	4.561,16	-	1.140,29	32,58	65,16	97,74		162,9	244,35	325,8	407,25
	A	MÉDIO	1	3.163,07	4.428,30	-	1.107,07	31,63	63,26	94,89		158,15	237,23	316,31	395,38

Cargos em comissão e funções de confiança

Denominação/Nível	Integral	Opção pelo cargo efetivo
Cargos em comissão		
CJ-04	14.607,74	9.495,03
CJ-03	12.940,02	8.411,01
CJ-02	11.382,88	7.398,87
CJ-01	9.216,74	5.990,88
Funções de Confiança		
FC-06	-	3.072,36
FC-05	-	2.232,38
FC-04	-	1.939,89
FC-03	-	1.379,07
FC-02	-	1.185,05
FC-01	-	1.019,17

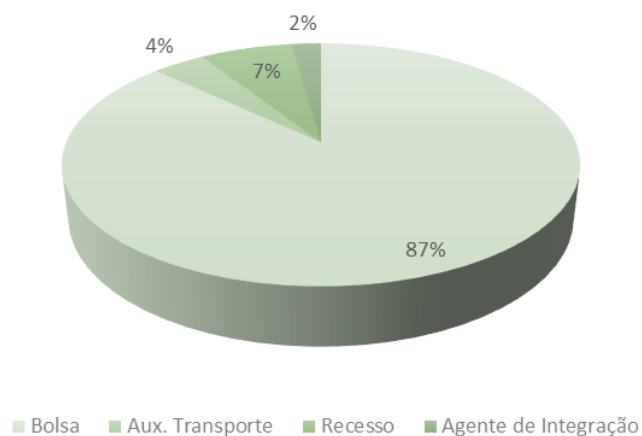
Membros da Magistratura

Membros da Magistratura	Subsídio	Gratificação pelo exercício na Justiça Eleitoral		
		TSE	TRE	1ª Instância
Membros da Corte			1.063,87	
Procurador Eleitoral			1.063,87	
Juiz Eleitoral				5.390,26
Promotor Eleitoral				5.390,26

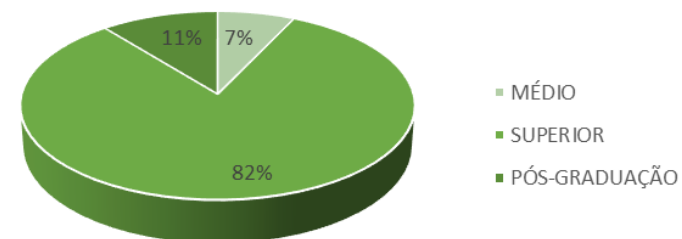
Obs: Legislação de referência: Constituição Federal/88, art. 39, § 6º; Portaria TSE nº 17, de 07 de janeiro de 2019; Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018; Portaria Conjunta nº 02, de 29 de novembro de 2018.

Despesas com estagiários

% DAS DESPESAS POR RUBRICA



TOTAL DAS DESPESAS POR NÍVEL



NÍVEL DO ESTÁGIO	DESPESA					TOTAL
	Bolsa	Aux. Transporte	Recesso	Agente de Integração		
MÉDIO	R\$ 32.443,94	R\$ 2.492,00	R\$ 2.303,71	R\$ 1.208,32		R\$ 38.447,98
SUPERIOR	R\$ 385.138,99	R\$ 17.692,00	R\$ 30.647,81	R\$ 10.588,16		R\$ 444.066,96
PÓS-GRADUAÇÃO	R\$ 53.243,37	R\$ 992,00	R\$ 4.319,02	R\$ -		R\$ 58.554,39
TOTAL	R\$ 470.826,30	R\$ 21.176,00	R\$ 37.270,55	R\$ 11.796,48		R\$ 541.069,33

DESEMPENHO E EFICIÊNCIA

Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho

No ano de 2021, em face da pandemia e do trabalho na modalidade remota, o Dimensionamento da Força de Trabalho, no TRE – PI, limitou-se à análise das planilhas disponibilizadas no ciclo anterior, testes no sistema e orientação aos novos membros da Comissão do DFT. A meta era submeter as diversas unidades do TRE - PI na alimentação quantitativa e de esforço referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021.

Avaliação de Desempenho (número de servidores que tiveram progressão funcional e promoção / número de servidores estáveis e em estágio probatório):



Nº servidores que tiveram progressão/ promoção em 2021	Nº servidores estáveis	Nº servidores em estágio probatório
Progressão (70) + Promoção (29)	= 99	392
		13

Observações.:

- * 08 servidores não progrediram/promoveram por motivos diversos (falta de horas para promoção, não envio de fichas preenchidas, processo em andamento);
- * 01 servidor afastado por licença para interesses particulares;
- * 01 servidor requereu vacância antes da progressão;
- * 05 servidores foram redistribuídos antes da progressão;
- * 01 servidora falecida durante o estágio probatório.

CAPACITAÇÃO**Quantitativo de servidores capacitados (área temática / cursos ofertados / número de capacitados)**

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº TOTAL DE CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0005770-88.2021	CURSO: "E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS - IMPLANTAÇÃO PASSO A PASSO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	30	R\$ 19.500,00
0002617-47.2021	CURSO: "COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	60	34	R\$ 60.000,00
0006787-62.2021	3º SEMINÁRIO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO PREDIAL.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	24	2	R\$ 4.980,00
0007356-63.2021	CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP/E-SOCIAL APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - ATUALIZADO COM A MP 905 DE 2019 E LEI 13.932 DE 2019.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	9	R\$ 13.338,00
0006285-26.2021	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - LEI Nº 14.133/2021	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	40	48	R\$ 53.000,00
0009184-94.2021	APOSENTADORIA ESPECIAL E APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	12	3	R\$ 1.596,00
0012514-36.2020	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM "DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL"	JUDICIÁRIA	20	33	R\$ 9.829,20
0007729-94.2021	CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM "INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA POLICIAL"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	126	6	R\$ 9.000,00
0005770-88.2021	CURSO: "E-SOCIAL PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS - IMPLANTAÇÃO PASSO A PASSO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	30	R\$ 19.500,00
0002617-47.2021	CURSO: "COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	60	34	R\$ 60.000,00

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº TOTAL DE CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0006787-62.2021	3º SEMINÁRIO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO PRE-DIAL.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	24	2	R\$ 4.980,00
0007356-63.2021	CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP/E-SOCIAL APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - ATUALIZADO COM A MP 905 DE 2019 E LEI 13.932 DE 2019.	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	9	R\$ 13.338,00
0006285-26.2021	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - LEI Nº 14.133/2021	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	40	48	R\$ 53.000,00
0009184-94.2021	APOSENTADORIA ESPECIAL E APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	12	3	R\$ 1.596,00
0012514-36.2020	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM "DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL"	JUDICIÁRIA	20	33	R\$ 9.829,20
0007729-94.2021	CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM "INTELIGÊNCIA E CONTRA-INTELIGÊNCIA POLICIAL"	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	126	6	R\$ 9.000,00
0012180-65.2021	CONFORMIDADE CONTÁBIL E ANÁLISE DE BALANCETE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	2	R\$ 3.000,00
0008445-24.2021	IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA JUSTIÇA ELEITORAL	JUDICIÁRIA	9	74	R\$ 5.500,00
0008581-21.2021	WORKSHOP DE ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD (AVANÇADO)	JUDICIÁRIA	12	23	R\$ 11.000,00
0009917-60.2021	CURSO "AÇÕES ELEITORAIS CÍVEIS E TEORIA DA SANÇÃO ELEITORAL CÍVEL: DA INICIAL À CASSAÇÃO DE MANDATO"	JUDICIÁRIA	24	41	R\$ 11.795,04
0007775-83.2021	EXECUÇÃO FISCAL DA MULTA ELEITORAL	JUDICIÁRIA	15	45	R\$ 7.500,00

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº TOTAL DE CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0013101-24.2021	ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL: ILÍCITOS ELEITORAIS, PODER DE POLÍCIA E JURISPRUDÊNCIA DO TSE – PARA MAGISTRADOS (SUBSTITUÍDO PELO CURSO: INTRODUÇÃO AO DIREITO DIGITAL E ÀS MÍDIAS SOCIAIS)	JUDICIÁRIA	20	23	R\$ 13.320,00
0010891-97.2021	ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS	JUDICIÁRIA	40	28	R\$ 9.000,00
0010694-45.2021*	WEBINÁRIO "TELETRABALHO E RISCOS PSICOSSOCIAIS"	JUDICIÁRIA	1,5	-	R\$ 1.500,00
0009556-43.2021	AUDITORIA GOVERNAMENTAL	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	16	11	R\$ 7.426,56
0009567-72.2021	AUDITORIA BASEADA EM RISCOS	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	24	11	R\$ 11.139,84
0008143-92.2021	SEGURANÇA DE REDES E SISTEMAS	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40	4	R\$ 3.840,00
0008142-10.2021	HARDENING EM LINUX	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40	3	R\$ 3.840,00
0008140-40.2021	TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40	4	R\$ 3.840,00
	REPASSE TECNOLÓGICO - TENABLE	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20	7	R\$ 8.340,00
0012408-40.2021	TREINAMENTO REMOTO DE GESTÃO DE SERVIÇOS COM GLPI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	40	10	R\$ 15.000,00

PROC. SEI	EVENTO DE CAPACITAÇÃO	ÁREA TEMÁTICA	CARGA HORÁRIA (horas)	Nº TOTAL DE CAPACITADOS	CUSTO TOTAL
0014721-71.2021**	GESTÃO DE COMUNICAÇÃO, DAS MÍDIAS SOCIAIS E ASSESSORIA DE IMPRENSA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	-	R\$ 4.950,00
0014936-47.2021**	TESTE DE CONDICIONAMENTO FÍSICO PARA POLICIAIS JUDICIAIS	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	4	-	R\$ 2.978,76
0012223-02.2021**	GESTÃO DA CONTA VINCULADA	ADMINISTRATIVA/GESTÃO	20	-	R\$ 8.000,00
* O Webinar "Teletrabalho e Riscos Psicossociais" foi transmitido pelo youtube, não tendo sido possível contabilizar o número de participantes					
** Cursos a serem executados no início de 2022					



Estratégia para definição das necessidades de treinamento

A Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) envia, anualmente, formulário às Unidades Administrativas do Tribunal e Cartórios Eleitorais a fim de realizar o levantamento das necessidades de capacitação dos servidores. Esse formulário pode ser preenchido por qualquer servidor do quadro, apresentando as necessidades com o respectivo detalhamento da capacitação.

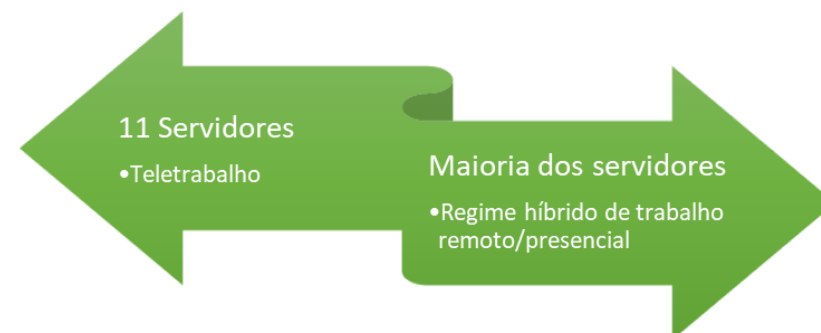
Somado a isso, por meio do Programa Gestão por Competências - GESTCOM, que tem como proposta identificar a relação entre as competências da organização e as atribuições desejadas e/ou necessárias, o Tribunal consegue detectar lacunas existentes, os chamados GAPS.

A partir dessas ferramentas, são apresentadas todas as demandas para deliberação do Conselho de Gestão - CONGEST, e então o Plano Anual de Capacitação é consolidado aplicando-se um percentual mínimo de 30% para as necessidades detectadas por meio da Gestão por Competência e o restante das ações com o produto do levantamento realizado junto às unidades.

Teletrabalho

A Resolução TRE/PI nº 386, de 17 de março de 2020, instituiu o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, e a Portaria da Presidência nº 555, de 27 de agosto de 2021, instituiu condições especiais de trabalho aos servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como aos que tenham filhos ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do Tribunal Regional do Piauí.

O TRE/PI possui atualmente 11 (onze) servidores em regime de teletrabalho, com fundamento nos normativos supramencionados.



Trabalho remoto

Portarias Conjuntas da Presidência e Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral foram expedidas desde o ano de 2020 regulando o trabalho remoto, em face do cenário epidemiológico de COVID-19 no Estado do Piauí, o aumento da força de trabalho presencial dos servidores para realização das atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, observando-se as medidas sanitárias e recomendações do setor médico deste Regional.

Ressalte-se que a maioria dos servidores encontram-se em labor presencial e remoto ou seja no formato híbrido, sendo, portanto, diminuta a quantidade de colaboradores que se encontram em trabalho exclusivamente remoto.

Impende registrar que as chefias imediatas devem encaminhar à Seção de Registros Funcionais - SEREF atestes da frequência e da produtividade dos servidores em labor remoto até o terceiro dia útil do mês subsequente ao de referência, a fim de que tal informação seja registrada no sistema frequência nacional.

Investimentos em capacitação



O Programa Anual de Capacitação 2021 (PAC 2021) contou com um orçamento do mesmo valor que o ano anterior, ou seja, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com a ressalva de que, neste exercício, os valores deveriam ser distribuídos para execução do PAC Geral, PAC de Tecnologia da Informação (PAC TI), PAC da Escola Judiciária Eleitoral (PAC EJE) e PAC de Auditoria (PAC Aud).

O PAC Geral e o PAC EJE foram autorizados no mesmo instrumento, a Portaria nº 285, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 89, de 14 de maio de 2021, contando inicialmente com um total de 18 (dezoito) ações de capacitação, além dos programas de auxílio bolsa graduação e pós-graduação.

O PAC de Tecnologia da Informação (PAC TI 2021) foi autorizado e regido pela Portaria nº 363, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 114, de 21 de junho de 2021, prevendo, inicialmente, a execução de 02 (duas) ações de capacitação.

Já o PAC de Auditoria (PAC Aud 2021) veio a ser implementado com o advento da Resolução CNJ n. 309/2020, que, em seus artigos 69 e seguintes do Capítulo X, dispõe que as ações de capacitação na temática de auditoria devem acontecer em separado das demais unidades deste Regional, através de programa próprio, devendo prever, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada auditor, incluindo o titular da unidade de auditoria interna (art. 72). Diante disso, o TRE-PI editou a Portaria nº 314, publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 96, de 25 de maio de 2021, prevendo (02) duas ações de capacitação, totalizando 40 horas/aula, com o remanejamento de parte dos recursos do PAC Geral para fins de custeio dos treinamentos.

Ao final do Exercício 2021, considerando os contratempos provocados pela pandemia da COVID 19 e as substituições e readequações de cursos realizadas por motivos diversos, obtivemos os seguintes resultados no PAC 2021:

- a) foram executadas, no total, 22 (vinte e duas) ações de capacitação com o orçamento do PAC 2021, todas na modalidade semi/telepresencial.
- b) 10 (dez) tiveram como objeto cursos na área ADMINISTRATIVA/GESTÃO, 08 (oito) na área JUDICIÁRIA e 04 (quatro) na área de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.
- c) a DESPESA TOTAL LIQUIDADA com cursos do PAC 2021 foi de R\$ 272.284,64 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**Campanhas anuais**

Ações de prevenção ao adoecimento: metas e ações para 2022:

Programa Prevenção da Saúde Bucal .

Campanha de Vacinação Antigripal, Ano 2022

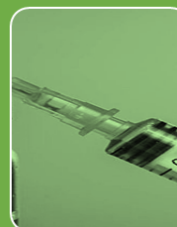
Programa: Avaliação do perfil de saúde bucal de magistrados e servidores do TRE/PI

Programa: Prevenção e Controle do Diabetes

Exames Médicos Periódicos, Ano 2022

Estudo de viabilidade de implantação da assistência odontológica direta aos inscritos no Pró-saúde.

Programa de doação de sangue (HEMOPI).

Vacinação**Vacinação contra a Gripe
(INFLUENZASARS/H1N1)**

- 393 doses aplicadas em servidores, estagiários, membros da corte, dependentes, no período de junho a agosto de 2021

Ações de enfrentamento à pandemia do COVID-19**Palestras On-Line**

- sobre a COVID-19 realizadas no Canal do TRE-PI no YouTube, amplamente divulgadas e acessíveis a todo o corpo funcional do Tribunal (Magistrados, servidores e colaboradores) e comunidade

Emissão de Guias Médicas online

- através da internet e intranet do TRE-PI, com envio através do e-mail funcional dos servidores, possibilitando o acesso do corpo funcional a terapias e consultas odontológicas sem necessidade de comparecimento presencial para receber as guias desejadas.

Orientações à Administração do TRE-PI

- sobre a segurança sanitária contra a COVID-19, indicando as medidas de sanitização e proteção necessárias a serem seguidas pelo órgão e pelo corpo funcional (Magistrados, servidores e colaboradores), protocolos de trabalho e de atendimento ao público, orientações para eventuais contaminados e pessoas que tiveram contato com contaminados;

Orientações aos servidores e colaboradores

- sobre a segurança sanitária nas relações de trabalho e no dia-a-dia como formas de evitar o contágio da COVID-19, através de folders, cartazes e matérias no site do TRE-PI;

Ações futuras

Melhoramento dos processos internos e das rotinas organizacionais, de forma a tornar as entregas mais completas e eficientes, sobretudo diante do cenário deficitário do quadro funcional

Efetiva viabilização do teletrabalho no âmbito deste Regional, como medida de solução para demandas de unidades ou cartórios com deficiência de força laboral

Aperfeiçoamento dos critérios de distribuição da força laboral, com ênfase às dificuldades enfrentadas pelos cartórios eleitorais do interior do Estado

Continuidade de ações de saúde e de capacitação em ambiente virtual, visto que tal modelo promove redução de custos, economia de tempo e boa adesão por parte dos servidores

Gestão de Tecnologia da Informação

CONFORMIDADE LEGAL

Como órgão do Poder Judiciário, o TRE-PI observa as regulamentações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, entre as quais destacam-se a Resolução nº 370/2021, que estabeleceu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – ENTIC-JUD para o ciclo 2021-2026 e a Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre as diretrizes para as contratações de Solução de TI. Além disso, encontra-se devidamente alinhado com a legislação e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal de Contas da União, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus normativos internos.

Na área de segurança da informação e proteção de dados, destacam-se a Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), a Resolução TSE nº 23.644/2021, que institui a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, e a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O TRE-PI também aplica diretrizes estabelecidas em padrões e melhores práticas internacionais, dentre as quais podem ser citados a ITIL, o COBIT, as normas ISO 27000 e ISO 31000.

O Tribunal observou, ainda, as premissas para a obtenção do alinhamento entre a estratégia Tribunal, formalizada em seu Plano Estratégico Institucional, regulamentado por meio da Resolução TRE-PI nº 420/2021, e a estratégia da área de Tecnologia da Informação, materializada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), instituído pela Portaria TRE-PI nº 491/2021.

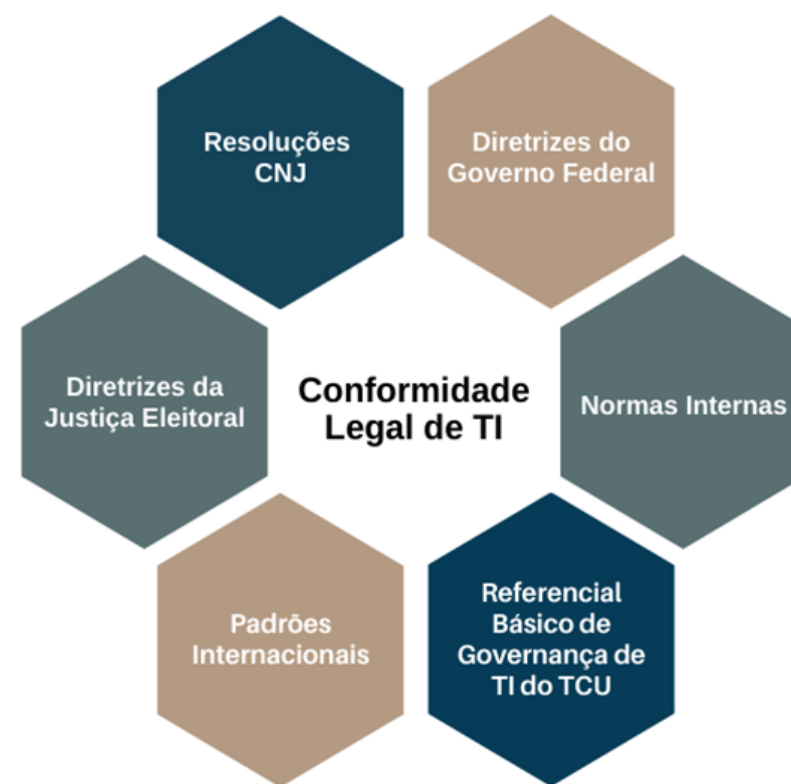
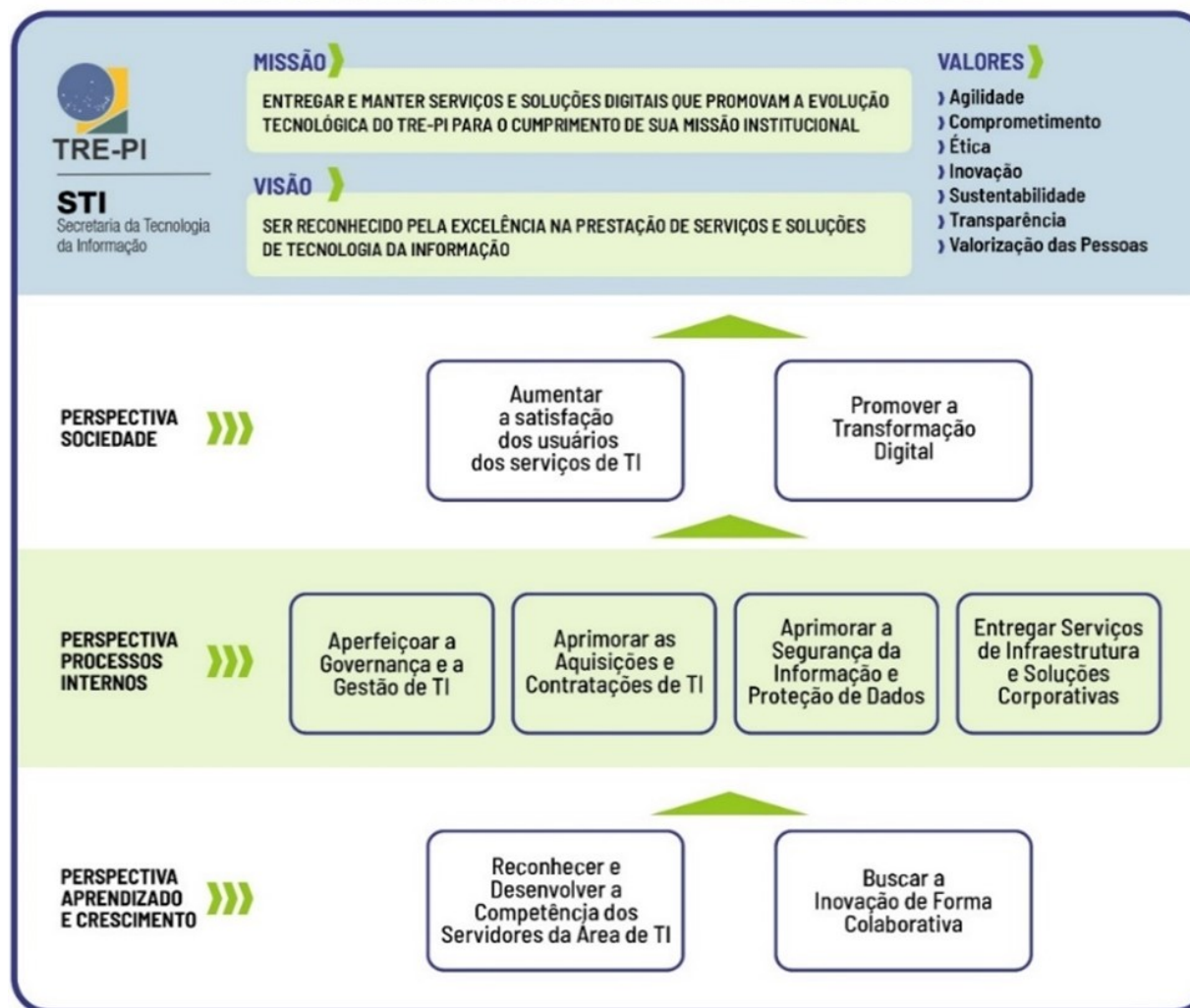


Figura 1 - Conformidade legal da área de TI do TRE-PI

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 (PDTI 2021-2026), aprovado pela Portaria TRE-PI nº 491/2021, foi elaborado observando o alinhamento com o Planejamento Estratégico do TRE-PI e com a Resolução CNJ nº 370/2021. A consolidação da Estratégia de TI do TRE-PI para o ciclo 2021 – 2026 pode ser observada na Figura 2 - Mapa Estratégico de TI 2021-2026 do TRE-PI.

MAPA ESTRATÉGICO DE TI 2021-2026 / TRE-PI



A seguir, os objetivos estratégicos previstos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 são apresentados com detalhamento, organizados de acordo com a perspectiva estratégica:

Perspectiva Sociedade



OE1 – Aumentar a Satisfação dos Usuários dos Serviços de TI

Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados aos usuários de TI, seja de forma presencial ou virtual.

OE2 – Promover a Transformação Digital

Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e satisfação dos usuários.

Perspectiva Aprendizado e Crescimento



OE3 – Reconhecer e Desenvolver a Competência dos Servidores da Área de TI

Melhorar o desempenho e o cumprimento de metas, considerando a importância em aperfeiçoar o reconhecimento dos profissionais da TI do Tribunal por meio da Gestão de Competência Institucional.

OE4 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa

Potencializar a relação entre colaboração e inovação com vistas à evolução e expansão da maturidade de TI do Tribunal de modo a oferecer a desburocratização dos serviços e agregar valor aos usuários.

Perspectiva Processos Internos



OE6 – Aprimorar as Aquisições e Contratações de TI

Aperfeiçoar a utilização de métodos, processos e ferramentas que proporcionem a melhoria nas aquisições e contratações de TI, em busca de otimizar os recursos do Tribunal.

OE7 – Aprimorar a Segurança da Informação e Proteção de Dados

Melhorar os avanços voltados para a Segurança da Informação e dados pessoais frente aos mais diversos desafios, fazendo-se valer principalmente das vantagens oriundas da utilização de Inteligência Artificial e demais soluções disruptivas de TI.

OE8 – Entregar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

Aprimorar e incrementar todo o aparato responsável por gerenciar os serviços de TI do Tribunal, principalmente nas iniciativas voltadas para Infraestrutura e Soluções Corporativas.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

No TRE-PI, o modelo de Governança de Tecnologia da Informação tem por base duas instâncias, sendo a primeira de cunho estratégico, representada pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), e a segunda de cunho tático-operacional, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), conforme demonstrado na Figura 3 - Modelo de Governança de TI do TRE-PI.

O CDTI é a instância responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, além do monitoramento e avaliação sistemática dessas políticas. É composto por representantes das unidades administrativas do Tribunal e de representante das zonas eleitorais.

O CGTI, por sua vez, é a instância responsável pela apreciação dos planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução desses planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de replanejamento, sendo composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos titulares das Coordenadorias das unidades e pelo titular da Assistência de Governança de Tecnologia da Informação.

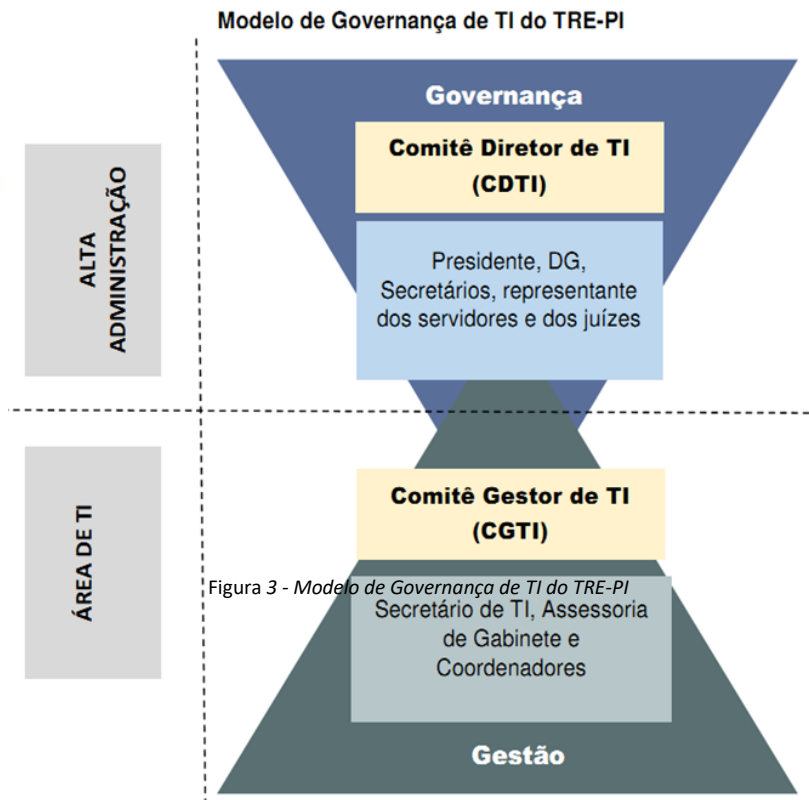


Figura 3 - Modelo de Governança de TI do TRE-PI

AVALIAÇÃO EXTERNA DA GOVERNANÇA DE TI

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, diagnóstico para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes na ENTIC-JUD vigente.

A Tabela 2 - Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTIC-JUD do CNJ contempla os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTIC-JUD) do TRE-PI nos levantamentos realizados pelo Conselho Nacional de Justiça ao longo do período de 2016 a 2021.

Ano	Resultado	Classificação
2016	0,33	Baixo
2017	0,67	Satisfatório
2018	0,70	Aprimorado
2019	0,75	Aprimorado
2020	0,75	Aprimorado
2021	0,66	Aprimorado

Quadro 2 - Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTIC-JUD do CNJ

A partir da publicação da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021), foram estabelecidos novos requisitos a serem atendidos pelo Poder Judiciário. Dessa forma, foi necessária a criação de novos critérios de avaliação, de nova metodologia de cálculo e de novas perguntas, resultando no iGovTIC-JUD, período de 2021 a 2026.

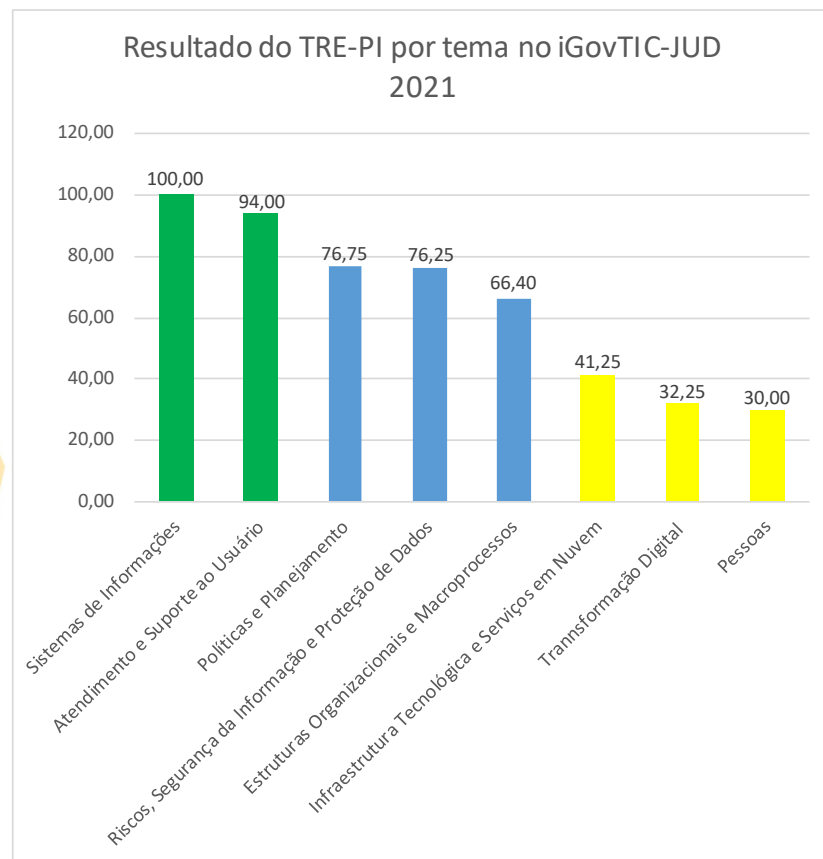
De acordo com o questionário aplicado pelo CNJ em 2021, as perguntas foram organizadas nos seguintes temas:

- Sistemas de Informação;
- Atendimento e Suporte ao Usuário;
- Políticas e Planejamento;
- Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados;
- Estruturas Organizacionais e Macroprocessos;
- Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem;
- Transformação Digital;

Em 2021, com o objetivo de aumentar o resultado do TRE-PI no Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, a Secretaria de Tecnologia da Informação empreendeu diversas iniciativas.

Dentre elas, destacam-se a elaboração da Política de Gestão de Pessoas de TI, formalização dos processos de Planejamento e Gestão de Tecnologia da Informação, de Gestão Orçamentária de Tecnologia da Informação, de Gerenciamento de Contratos de TI e a elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação. Assim, em 2021 o TRE-PI obteve a nota de 66,19 no iGovTIC-JUD, mantendo o nível Aprimorado alcançado desde 2017.

A Figura 5 - Resultado do TRE-PI por tema no iGovTIC-JUD 2021 apresenta o resultado do TRE-PI em cada um dos temas avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça no levantamento realizado em 2021.



O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, vem realizando, periodicamente, levantamentos para avaliar a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

Em 2021, o TRE-PI obteve o resultado de 50,5% no Índice de Governança e Gestão de TI (iGovTI) e o resultado de 40,1% no Índice de Capacidade em Gestão de TI (iGesTI), em uma escala de 0 a 100%.

A Tabela 3 - Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTI do TCU contempla os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI) do TRE-PI nos levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União ao longo do período de 2010 a 2021.

Ano	Resultado	Capacidade
2010	0,36	Inicial
2012	0,56	Intermediário
2014	0,45	Básico
2016	0,65	Intermediário
2017	0,57	Intermediário
2018	0,45	Intermediário
2021	0,50	Intermediário

Quadro 3 - Resultado do TRE-PI no Levantamento de iGovTI do TCU

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí destinou em 2021 um total de R\$ 6.634.560,05 (seis milhões e seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais e cinco centavos) em recursos para aplicação em Tecnologia da Informação. O montante foi direcionado para o custeio das despesas correntes na área de TI e em investimentos para a melhoria da infraestrutura e dos serviços de tecnologia da informação, de acordo com o detalhamento apresentado na Quadro 4 - Montante de recursos aplicados em TI.

Montante de Recursos Aplicados em TI 2021				
Grupo de Despesa	Programada	Empenhada	Paga	Restos a pagar (*)
Custeio	R\$ 4.510.225,00	R\$ 4.011.194,85	R\$ 2.712.631,98	R\$ 227.293,46
Investimento	R\$ 20.000,00	R\$ 2.623.365,20	R\$ 248.254,00	R\$ 39.218,40
Total	R\$ 4.530.225,00	R\$ 6.634.560,05	R\$ 2.960.885,85	R\$ 266.511,86

No decorrer do exercício de 2021, ocorreram diversas alterações no orçamento a partir da liberação de recursos adicionais pelo Tribunal Superior Eleitoral motivadas pelo Regional, com base na priorização da área de TI estabelecida pela Presidência do Tribunal, o que resultou na situação configurada pelo valor empenhado no orçamento ser maior do que o valor inicialmente programado.

Os valores mais significativos de recursos de TI foram destinados às contratações de serviços de apoio técnico e operacional com disponibilização de mão-de-obra local (suporte técnico e sustentação de sistemas) e serviços de comunicação de dados. Além disso, o TRE-PI destinou uma parte do orçamento para a modernização de seu datacenter no Fórum Eleitoral e na aquisição de equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação e na renovação do parque computacional.

Em função da complexidade, parte das aquisições só puderam ser concluídas no fim do exercício de 2021, o que motivou a inscrição de R\$ 3.673.674,20 em restos a pagar para 2022.

CONTRATAÇÕES RELEVANTES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí investiu na modernização do parque computacional, especialmente com a aquisição de microcomputadores de mesa, notebooks e outros equipamentos de microinformática (monitores, scanners e impressoras) para uso pelos seus usuários da Sede e das Zonas Eleitorais. Com base na Política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de Tecnologia da Informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, regulamentada na Resolução TRE-PI nº 276/2013, foram adquiridos equipamentos para a substituição dos computadores e notebooks com mais de cinco anos de vida.

Além disso, o TRE-PI contratou empresa para promover as adequações necessárias no datacenter do Fórum Eleitoral, contemplando o fornecimento de equipamentos e a realização dos serviços necessários para a utilização do ambiente como datacenter principal do Tribunal, prevendo a realização de obras de adequação e posterior serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados.

O TRE-PI investiu ainda na aquisição de equipamentos voltados à modernização da infraestrutura computacional de serviços de TI, incluindo a aquisição de switches SAN, servidor de backup em disco e *retrofit* da UPS do datacenter.

Por fim, o Tribunal realizou contratação para a atualização das licenças dos softwares utilizados nos equipamentos servidores, de modo a assegurar o suporte do fabricante em caso de necessidade e diminuir os riscos de segurança cibernética inerentes à utilização de licenças desatualizadas.

Descrição	Contrato	Valor do	Pago em
Microcomputadores desktop	49, 50, 59, 61 e 65/2021	1.220.912,00	0,00
Notebooks	49, 57 e 69/2021	1.002.976,08	0,00
Modernização do datacenter (retrofit)	45/2021	690.000,00	0,00
Switch SAN e transceivers	40 e 41/2021	344.620,78	0,00
Licenciamento de software de virtualização de servidores (VMWare)	58/2021 e 66/2021	338.166,34	0,00
Equipamentos de microinformática	47, 48, 51, 55 e 56/2021	291.371,40	68.182,40
Servidor de backup em disco	46/2021	253.000,00	0,00
Licenças de software dos servidores (Windows Server e device CAL)	OFs nº 46 e 82/2021	248.254,00	248.254,00
Retrofit de UPS do datacenter	52/2021	191.800,99	0,00

Tabela 5 - Contratações novas mais relevantes da área de TI em 2021

Em relação às contratações continuadas mais relevantes de TI no exercício de 2021, destacam-se as relacionadas aos serviços de comunicação de dados, aos serviços sustentação de sistemas de informação, aos serviços de suporte técnico de informática e aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de urnas. Essas contratações estão detalhadas na Tabela 6 - Contratações continuadas mais relevantes de TI em 2021.

Contratações	Contrato	Pago em 2021 (R\$)
Serviços de Suporte Técnico de Informática	84/2018	854.450,95
Serviços de Comunicação de Dados	19/2018, 17/2020 e 04/2021	839.396,51
Serviços de Sustentação de Sistemas de Informação	70/2018	763.440,87
Serviços de Conservação de Urnas Eletrônicas	18/2021	111.546,08

Tabela 6 - Contratações continuadas mais relevantes de TI em 2021

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A pandemia causada pela COVID-19 trouxe mudanças significativas no dia a dia de toda a sociedade, especialmente para o setor corporativo e governamental. Diante das medidas de isolamento social, vários órgãos e empresas tiveram que se adequar à transformação digital e, em conjunto com isso, adotar medidas de segurança da informação mais fortes.

O salto no uso de recursos de tecnologia da informação ocorrido entre 2020 e 2021 acelerou todas as estimativas sobre produção e troca de dados cibernéticos. O *home office* e outras práticas de trabalho à distância foram incorporados à rotina das corporações.

Por outro lado, também cresceram vertiginosamente os crimes e as ameaças virtuais. Criminosos se aproveitam de vulnerabilidades de dispositivos eletrônicos e das redes de computadores para realizar ataques que podem gerar prejuízos incalculáveis. A exemplos de toda ordem na esfera governamental que passaram por isso: STJ, CNJ, TRF 1ª Região, TRT 4ª Região, TJ-RS e outros.

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí adotou um conjunto de ações para resguardar a segurança da sua rede de dados e seus ativos, sendo as mais relevantes apresentadas a seguir.

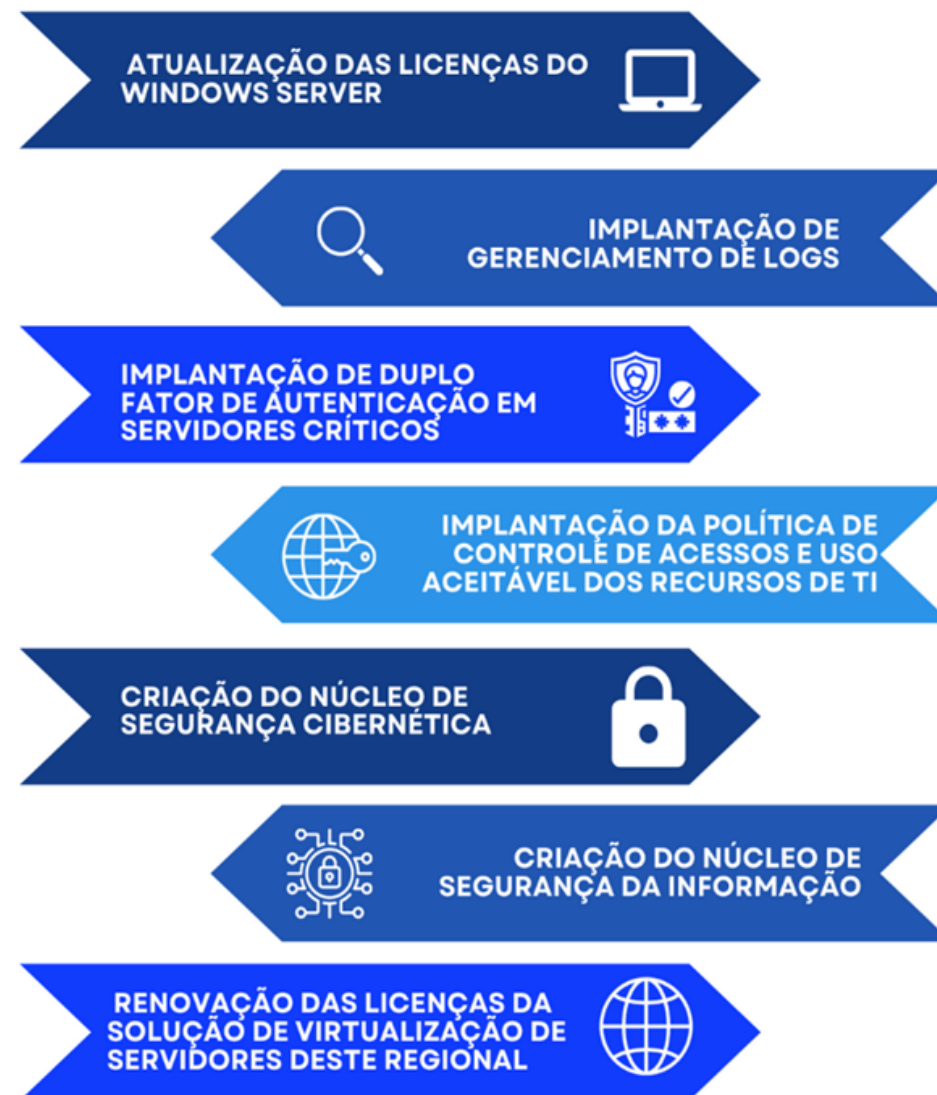


Figura 6 - Iniciativas de TI em Segurança da Informação apresenta um resumo das principais iniciativas adotadas pelo TRE-PI em 2021 sobre o tema de Segurança da Informação.

Aquisição/Implantação	Descrição
Software de Salvaguarda de Dados	Foi realizado procedimento licitatório para a aquisição de equipamento de armazenamento de backup em disco. Esse equipamento permite a salvaguarda e recuperação de dados de forma mais rápida do que a realizada em mídia do tipo fita.
Implantação de Duplo Fator de Autenticação em Servidores Críticos	Como forma de proteger os servidores que hospedam os serviços mais críticos da infraestrutura do Tribunal, o órgão implantou nesses servidores o Duplo Fator de Autenticação (2FA), como forma de reduzir a possibilidade de acesso indevido à servidores que hospedem serviços críticos
Política de Controle de Acesso e Uso Aceitável dos Recursos de TI	Como forma de regulamentar o uso de ativos e serviços por parte dos usuários, o Tribunal Regional Eleitoral publicou a Portaria Presidência nº 440/2021, estabelecendo regras para utilização de recursos disponibilizados aos usuários dos serviços de tecnologia da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí.
Criação do Núcleo de Segurança da Informação e do Núcleo de Segurança Cibernética	Com o objetivo de prover a infraestrutura adequada para realização das atividades de segurança da informação, foram criadas em 2021, por meio da Resolução TRE-PI nº 430/2021, duas unidades específicas para dedicar atenção prioritária ao tema, subtraindo das unidades responsáveis pela gestão da infraestrutura tecnológica das instituições a responsabilidade sobre essas ações, conferindo uma dedicação exclusiva para a realização das atividades relacionadas à segurança da informação.
Solução de Firewall	Foi realizada em 2021 a implantação do equipamento firewall concentrador na Sede do Tribunal e instalados em todas as zonas eleitorais equipamento firewall de pequeno porte para promover uma camada de segurança de dados sobre a rede de comunicação de dados fornecida pelo provedor de serviços de comunicação contratado pelo Tribunal.
Software de Gestão de Vulnerabilidades	Diante da complexidade da infraestrutura tecnológica existente hoje no Tribunal e devido ao seu reduzido quadro de especialistas da área, a STI por meio da SEINF adotou ações para a aquisição de uma ferramenta que otimizasse a gestão de vulnerabilidades de seus ativos. Essa ação foi realizada entre diversos Regionais, TSE e o TRE-PI.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS MAIS RELEVANTES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação tem ampliado crescentemente a sua importância estratégica para as organizações e, especialmente, para o Poder Judiciário. Porém, mesmo diante deste cenário, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí tem atuado com déficit de pessoal, sendo este um dos principais desafios para o alcance dos objetivos delineados pela organização para a área de TI. Além disso, há necessidade de se adotar mecanismos de reconhecimento dos servidores de TI, com vistas à retenção de talentos.

Outro importante desafio a ser considerado é a prevenção aos ataques cibernéticos, tema acerca do qual o Conselho Nacional de Justiça tem desenvolvido uma série de regulamentações buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle.

Outrossim, para acompanhar as oportunidades advindas do desenvolvimento tecnológico, é importante que o Tribunal priorize a utilização da inteligência artificial, promova a transformação digital e busque desenvolver a maturidade na gestão de projetos de TI, conforme sintetizado na Figura 7 - Desafios Futuros em TI.

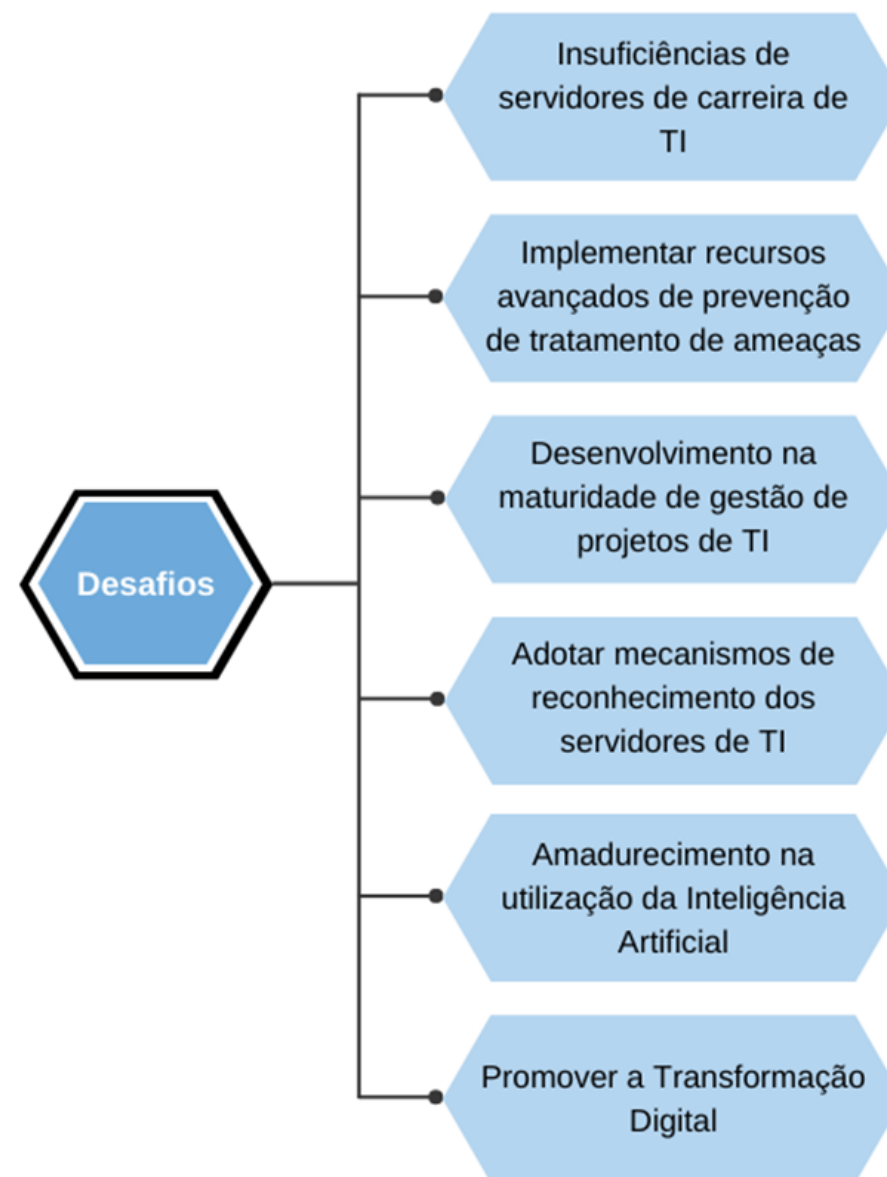


Figura 7 - Desafios Futuros em TI

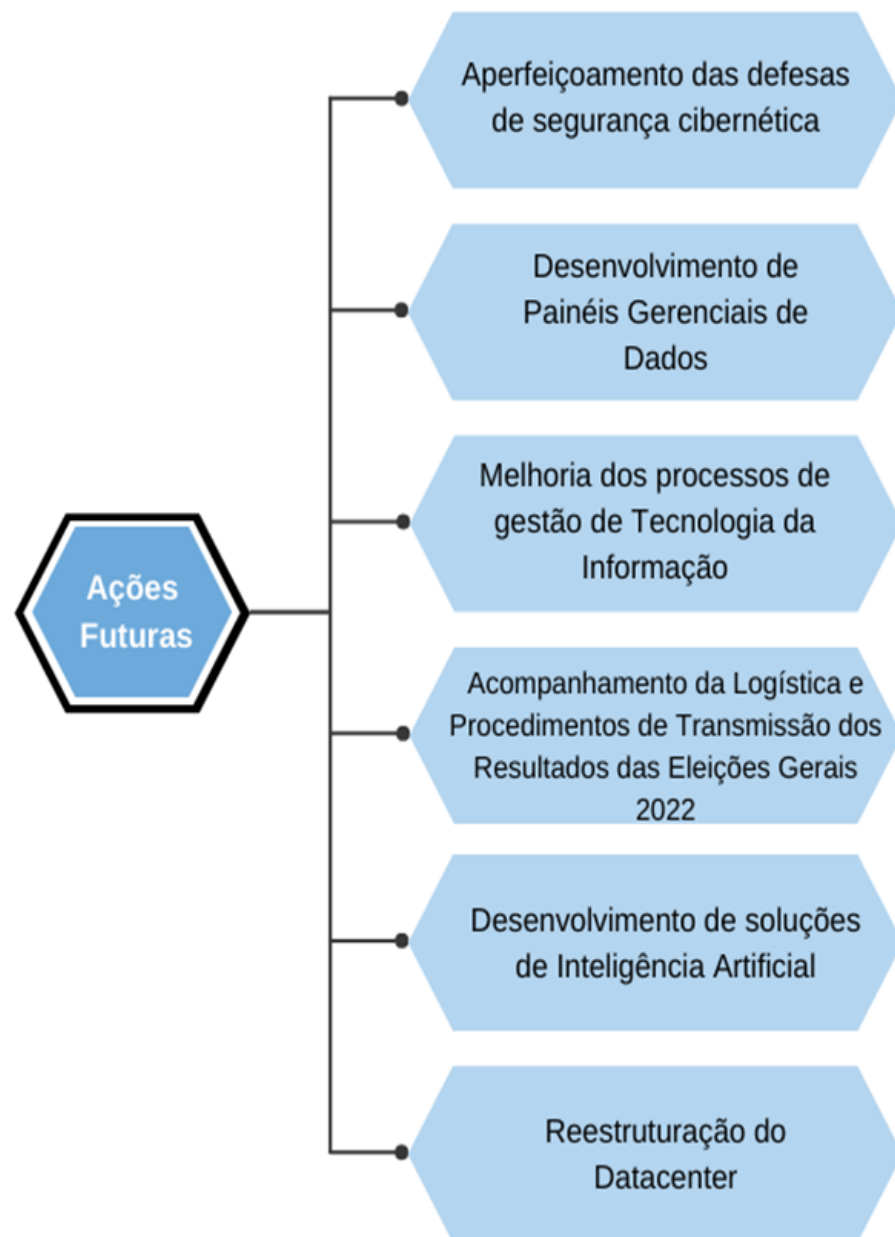


Figura 8 - Ações Futuras em TI

As iniciativas de TI programadas para o ciclo estratégico de 2021 a 2026 estão consolidadas no Plano Diretor de Tecnologia de Tecnologia da Informação 2021-2026, sendo as principais iniciativas apresentadas na Figura 8 - Ações Futuras em TI.

O desenvolvimento de soluções de inteligência artificial e dos painéis gerenciais de dados contribuirão para a agilidade e o aperfeiçoamento da atuação jurisdicional e, ainda, com o fornecimento dados estatísticos e informações que subsidiam a tomada decisões no âmbito do Regional.

A reestruturação do Datacenter garantirá a alta disponibilidade e a continuidade dos serviços de TI.

Quanto à realização das Eleições Gerais 2022, a Secretaria de Tecnologia da Informação contribuirá principalmente atuando no acompanhamento da logística e procedimentos de transmissão dos resultados das eleições.

É relevante também a organização dos trabalhos de desenho e implantação de processos de governança e gestão de TI com o objetivo de assegurar o alcance dos critérios estabelecidos pelo CNJ e avaliados anualmente por meio do Levantamento do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), contribuindo, assim, para o alcance da melhoria dos resultados do TRE-PI no Prêmio CNJ de Qualidade.

Gestão de Correições e Inspeções

Correções e inspeções realizadas

1. Normativos, sistema e conceitos de procedimentos correccionais em 2021

Em 2021, esses procedimentos foram regidos pelos seguintes normativos:

- a) Resolução TSE nº 21.372 de 25 de março de 2003 (estabelece rotina para realização de correções nas Zonas Eleitorais);
- b) Provimento CGE 09/2010 de 16 de dezembro de 2010 (dispõe sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais – SICEL);
- c) Provimento CRE/PI 07/2020 de 5 de outubro de 2020 (estabelece normas e instruções complementares para a realização das correções e inspeções das unidades de primeiro grau no Estado do Piauí).

O Sisma utilizado para a realização de todos os procedimentos correccionais foi o Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais – SICEL, regulamentado pelo Provimento CGE 9/2010, administrado pela CGE e gerenciado na CRE/PI pela Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correções (Seozic).

Finalmente, foram realizados, de forma regular, quatro modalidades de procedimentos correccionais:

- a) correções ordinárias: todas as zonas eleitorais realizavam correções ordinárias no período de 1º de fevereiro a 31 de março de cada ano de forma obrigatória (arts. 3º, II e 15, do Provimento CRE/PI nº 10/2020 – evento SEI 1076636 – Processo SEI 0011699-39.2020.6.18.8000);
- b) correções extraordinárias: procedimentos realizados excepcionalmente em caso de haver notícia de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos ou quando determinado pela Corregedora ou Corregedor Eleitoral quando entendesse necessário (arts. 3º, III e 6º, do Provimento CRE/PI nº 10/2020);
- c) correções de posse: procedimento correccional realizado na zona eleitoral pela própria juíza ou juiz eleitoral, no prazo de 60 (sessenta) dias após assumir a titularidade da jurisdição eleitoral, com a finalidade de realizar levantamento de acervo processual e patrimonial do cartório eleitoral (arts. 3º, IV e 29, do Provimento CRE/PI nº 10/2020);
- d) inspeções: as zonas eleitorais passavam por inspeções realizadas por equipe da Corregedoria Regional Eleitoral em cronograma firmado anualmente por provimento da Corregedora ou Corregedor de forma que todas as unidades de 1º Grau fossem objeto de fiscalização em ciclos de 5 anos (arts. 3º, I e 6º, do Provimento CRE/PI nº 10/2020).

2. Normativos, sistema e conceitos de procedimentos correccionais para 2022

Em 2021, os normativos descritos no tópico anterior e que regiam os procedimentos correccionais foram revogados por novos regulamentos publicados pelo TSE e pela CGE, levando a Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí a expedir novo Provimento adequando a norma local às nacionais.

Assim, passaram a regular os procedimentos correccionais, com efeitos a partir de 2022, os seguintes normativos:

- a) Resolução Nº 23.657, de 14 de outubro de 2021 (Estabelece as normas aplicáveis às inspeções, às correições e aos procedimentos disciplinares contra autoridades judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências);
- b) Provimento Nº 7 - CGE, de 25 de outubro de 2021 (Dispõe sobre os procedimentos para a realização de inspeções e de correições nos Tribunais Regionais Eleitorais e nas Zonas Eleitorais e sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (SInCo);
- c) Provimento Nº 5, DE 15 DE dezembro DE 2021 (Estabelece as normas e instruções complementares para a realização das inspeções, autoinspeções e correições das unidades de primeiro grau do Estado do Piauí).

O Sistema utilizado para a realização de todos os procedimentos correccionais a partir de 2022 será o Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral - SInCo, regulamentado pelo Provimento CGE 7/2021, administrado pela CGE e gerenciado na CRE/PI pela Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correições (Seozic).

Com as novas regulamentações, além dos conceitos dos procedimentos correccionais, alguns outros passaram a contar com um conceito formal, conforme incisos do art. 3º do Provimento CRE/PI 5/2021, a seguir transcritos:

I - Inspeção: procedimento de avaliação realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (CGE) com a finalidade de aferir a regularidade e aprimorar o funcionamento das unidades dos Tribunais Regionais Eleitorais ou dos Juízos Eleitorais ou pela Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí (CRE/PI) com a finalidade de aferir a regularidade e aprimorar o funcionamento dos Juízos Eleitorais ou ainda pelos Juízos Eleitorais para aferirem a própria regularidade de seu funcionamento, havendo ou não irregularidades, abrangendo os serviços, a tramitação de processos administrativos e judiciais, bem como a utilização dos sistemas de informação, observadas as diretrizes estabelecidas pelas Corregedoria-Geral ou pelas corregedorias regionais eleitorais, conforme suas competências;

II - inspeção de ciclo: procedimento de avaliação realizado pela Corregedoria Regional Eleitoral em determinada zona eleitoral durante o ciclo de inspeção, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional Eleitoral, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção;

III - autoinspeção: procedimento de avaliação periódica anual, determinado previamente pela Corregedoria Regional Eleitoral e efetivado pela autoridade judiciária da zona eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional Eleitoral, destinado à verificação da regularidade dos serviços cartorários e a sua eventual correção;

IV - autoinspeção inicial: procedimento de rotina realizado pela autoridade judiciária eleitoral quando de sua assunção na jurisdição eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional Eleitoral, para exame da situação da zona eleitoral;

V - autoinspeção final: procedimento realizado pela autoridade judiciária eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pela Corregedoria-Geral e pela Corregedoria Regional Eleitoral, para exame da situação da zona eleitoral a ser extinta;

VI - correção: procedimento de natureza excepcional destinado à apuração de fatos determinados, relacionados com deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral, ou, ainda, representem descumprimento de resoluções ou outros atos normativos dos tribunais ou corregedorias eleitorais (Resolução TSE nº 23.657, art 4º, VII);

VII - cronograma de inspeções: calendário semestral ou anual com a identificação das zonas eleitorais a serem inspecionados no respectivo período.

VIII - ciclo de inspeções - período de 4 (quatro) anos destinado à realização de inspeções em todas as zonas eleitorais do Piauí;

IX - período de aferição: intervalo de tempo em cujos limites se encontram os serviços a serem avaliados.

Com o intuito de facilitar a compreensão das zonas eleitorais e demais interessados, o Provimento CRE/PI 5/2021 tem como Anexo I quadro comparativo entre os conceitos constantes do Provimento CRE/PI 10/2020 e o Provimento CRE/PI 5/2021:

PROVIMENTO CRE/PI 5/2021	PROVIMENTO CRE/PI 10/2020
Inspeção (art. 3º, I)	Sem correspondente
Inspeção de ciclo (art. 3º, II)	Inspeção (art. 3º, I)
Autoinspeção (art. 3º, III)	Correição Ordinária (art. 3º, II)
Autoinspeção inicial (art. 3º, IV)	Correição de Posse (art. 3º, IV)
Autoinspeção final (art. 3º, V)	Correição extraordinária (art. 3º, III) - específica para zonas eleitorais a serem extintas
Correição (art. 3º, VI)	Correição extraordinária (art. 3º, III) - específica para apuração de irregularidade
Cronograma de inspeções (art. 3º, VII)	Plano Anual de Inspeções (art. 7º)
Ciclo de inspeções (art. 3º, VIII) - 4 anos	Ciclo de inspeções (art. 6º) - 5 anos
Período de aferição (art. 3º, IX)	Sem correspondente
Cronograma de inspeções (art. 3º, VII)	Plano Anual de Inspeções (art. 7º)
Ciclo de inspeções (art. 3º, VIII) - 4 anos	Ciclo de inspeções (art. 6º) - 5 anos
Período de aferição (art. 3º, IX)	Sem correspondente

3. Inspeções 2021

Em 2021, foi programada a realização de inspeções em 12 zonas eleitorais do Estado pela equipe da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, conforme previsto no Provimento Nº 3, DE 03 DE agosto DE 2021 (evento SEI 1302707 – Processo SEI 0011248-77.2021.6.18.8000) - Calendário de inspeções eleitorais para o ano de 2021.

No entanto, foram efetivamente realizadas inspeções em 11 zonas eleitorais, conforme Provimento Nº 4, DE 22 DE outubro DE 2021 (evento SEI 1362336 – Processo SEI 0011248-77.2021.6.18.8000), em face da 6ª Etapa de Rezoneamento objeto do SEI 0013364-56.2021.6.18.8000, a qual executou a extinção da 85ª Zona Eleitoral do Piauí, tendo sido inspecionados as seguintes unidades cartorárias:

a) 30ª ZE (São Pedro do Piauí/PI) - inspeção realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 1 e Informação da Seozic apresentada no dia 4 de outubro de 2021 no SEI 0014714-79.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000038-93.2021.2.00.0618;

b) 43ª ZE (Regeneração/PI) - inspeção realizada nos dias 13 e 14 de setembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 1 e Informação da Seozic apresentada no dia 29 de setembro de 2021 no SEI 0014654-09.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000039-78.2021.2.00.0618;

c) 71ª ZE (Capitão de Campos/PI) - inspeção realizada nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2021, durante os trabalhos da Rota 2 e Informação da Seozic apresentada no dia 18 de outubro de 2021 no SEI 0015794-78.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000041-48.2021.2.00.0618;

d) 74ª ZE (Barro Duro/PI) - inspeção realizada nos dias 27 e 28 de setembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 2 e Informação da Seozic apresentada no dia 18 de outubro de 2021 no SEI 0015772-20.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000040-63.2021.2.00.0618;

e) 38ª ZE (Paulistana/PI) - inspeção realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, durante os trabalhos da Rota 3 e Informação da Seozic apresentada no dia 8 de novembro de 2021 no SEI 0016925-88.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000042-33.2021.2.00.0618;

f) 64ª ZE (Inhuma/PI) - inspeção realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2021, durante os trabalhos da Rota 3 e Informação da Seozic apresentada no dia 28 de outubro de 2021 no SEI 0016413-08.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000043-18.2021.2.00.0618;

g) 6ª ZE (Barras/PI) - inspeção realizada nos dias 8 e 9 de novembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 4 e Informação da Seozic apresentada no dia 26 de novembro de 2021 no SEI 0018073-37.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000045-85.2021.2.00.0618;

- h) 80ª ZE (Matias Olímpio/PI) - inspeção realizada nos dias 10 a 12 de novembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 4 e Informação da Seozic apresentada no dia 26 de novembro de 2021 no SEI 0018152-16.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000046-70.2021.2.00.0618;
- i) 41ª ZE (Esperantina/PI) - inspeção realizada nos dias 17 a 19 de novembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 5 e Informação da Seozic apresentada no dia 2 de dezembro de 2021 no SEI 0018357-45.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000048-40.2021.2.00.0618;
- j) 34ª ZE (Castelo do Piauí/PI) - inspeção realizada nos dias 1º e 2 de dezembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 6 e Informação da Seozic apresentada no dia 10 de dezembro de 2021 no SEI 0018833-83.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000049-25.2021.2.00.0618;
- k) 39ª ZE (São Miguel do Tapuio/PI) - inspeção realizada nos dias 29 e 30 de novembro de 2021, durante os trabalhos da Rota 6 e Informação da Seozic apresentada no dia 10 de dezembro de 2021 no SEI 0018835-53.2021.6.18.8000 e no PJeCor 0000050-10.2021.2.00.0618.

4. Correições Ordinárias 2021

Foram realizadas correições ordinárias nas 82 zonas eleitorais então existentes no Estado, no período entre 1º de fevereiro de 31 de março de 2021, conforme determinado no Provimento Nº 10, DE 05 DE outubro DE 2020 (evento 1076636).

As referidas correições ordinárias foram objeto de análise por meio do Relatório Consolidado que tramitou por meio do SEI 0004145-19.2021.6.18.8000, tendo sido posteriormente convertido no PJe 0600054-72.2021.6.18.0000 e submetido ao Plenário do TRE/PI que o homologou em 03.05.2021.

5. Correções de Posse 2021

Foram realizadas 12 correções de posse durante o ano de 2021, conforme relação infra:

- a) SEI 0005715-49.2021.6.18.8094 – 94ª ZE – Oeiras/PI, período de 17 a 21.05.2021;
- b) SEI 0006578-93.2021.6.18.8000 – 11ª ZE – Piri-piri/PI, período de 18.05 a 01.06.2021;
- c) SEI 0006173-42.2021.6.18.8005 – 5ª ZE – Oeiras/PI, período de 11 a 18.06.2021;
- d) SEI 0007595-48.2021.6.18.8071 – 71ª ZE – Capitão de Campos/PI, período de 02 a 13/03/2020;
- e) SEI 0007869-13.2021.6.18.8006 – 6ª ZE – Barras /PI, período de 24/09 a 08/10/2020;
- f) SEI 0007922-39.2021.6.18.8088 – 88ª ZE – Avelino Lopes/PI, período de 16 a 18/03/2020;
- g) SEI 0008196-79.2021.6.18.8095 – 95ª ZE – São Raimundo Nonato/PI, período de 17 a 30.06.2021;
- h) SEI 0006171-45.2021.6.18.8014 – 14ª ZE – Uruçuí/PI, período de 23 a 30.06.2021;
- i) SEI 0006312-69.2021.6.18.8077 – 77ª ZE – Floriano/PI, período de 02 a 09.08.2021;
- j) SEI 0011233-45.2021.6.18.8021 – 21ª ZE – Piracuruca/PI, período de 30.08 a 03.09.2021;
- k) SEI 0018254-84.2021.6.18.8017 – 17ª ZE – Miguel Alves/PI, período de 30.08 a 03.09.2021;
- l) SEI 0017719-05.2021.6.18.8067 – 67ª ZE – Manoel Emídio/PI, período de 30.08 a 03.09.2021.

6. Correções Extraordinárias 2021

Foram realizadas, no total, 18 correções extraordinárias durante o ano de 2021, todas decorrentes da 5ª e da 6ª Etapa de Rezoneamento, conforme, respectivamente, os Processos SEI nº 0000620-29.2021.6.18.8000 e 0013364-56.2021.6.18.8000.

Tais correções extraordinárias foram procedidas nas zonas eleitorais que seriam extintas ou remanejadas e nas zonas eleitorais receptoras do eleitorado e acervo documental/processual das primeiras.

As zonas em que ocorreram os procedimentos foram as seguintes:

a) Zonas Extintas na 5ª Etapa de Rezoneamento:

- a.1 - Palmeirais (31ª ZE) – período de 10 a 20.08.2021;
- a.2 - Landri Sales (75ª ZE) – período de 10 a 20.08.2021;
- a.3 - Campinas do Piauí (81ª ZE) – período de 3 a 17.08.2021;
- a.4 - Angical do Piauí (84ª ZE) – período de 3 a 20.08.2021;
- a.5 - Aroazes (92ª ZE) – período de 2 a 16.08.2021.

b) Zonas Receptoras na 5ª Etapa de Rezoneamento:

- b.1 - Amarante (8ª ZE) – período de 8 a 22.09.2021;
- b.2 - Guadalupe (46ª ZE) – período de 13 a 30.09.2021;
- b.3 - Simplício Mendes (90ª ZE) – período de 10 a 20.09.2021;
- b.4 - Regeneração (43ª ZE) – período de 8 a 23.09.2021;
- b.5 - Valença do Piauí (89ª ZE) – período de 8 a 30.09.2021.

c) Zonas Extintas na 6ª Etapa de Rezoneamento:

c.1 - Floriano (77ª ZE) – período de 11 a 20.10.2021;

c.2 - Paes Landim (83ª ZE) – período de 11 a 20.10.2021;

c.3 - Esperatina (85ª ZE) – período de 1º a 22.10.2021.

d) Zonas Recebedoras ou Remanejadas na 6ª Etapa de Rezoneamento:

d.1 - Floriano (9ªZE) – período de 30.11 a 14.12.2021;

d.2 - Buriti dos Lopes (33ª ZE) – período de 30.11 a 16.12.2021;

d.3 - Simplício Mendes (37ª ZE) – período de 7 a 16.12.2021;

d.4 - Esperantina (41ª ZE) – período de 1º a 13.12.2021;

d.5 - Floriano (61ª ZE) – período de 30.11 a 14.12.2021.

Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle

Atuação da unidade de Auditoria Interna

No âmbito do Tribunal, compete à Coordenadoria de Auditoria Interna - COAUDI as atribuições inerentes ao sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal, bem como nas Resoluções TRE-PI n. 271/2013 e 399/2020.

Destaca-se que, com a edição do Resolução TRE/PI n. 422 de 28 de junho de 2021, a então Coordenadoria de Controle Interno foi reestruturada, passando a denominar-se Coordenadoria de Auditoria Interna.

Dessa reestruturação, resultou a exclusão das atividades de cogestão existentes na unidade, quais sejam: setorial contábil, análise de contas eleitorais e partidárias e emissão de pareceres em processos de licitações e contratos.

Mediante atividades de avaliações realizadas nas auditorias, a Unidade de Auditoria Interna tem o propósito de adicionar valor e contribuir na melhoria dos processos da organização, em aderência às normas nacionais e internacionais para a prática profissional da atividade de auditoria interna.

Apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas por essa Unidade de Auditoria no exercício de 2021 em alinhamento ao Objetivo estratégico de combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais.

AUDITORIAS

Os principais resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2021 são apresentados na tabela a seguir.

Nome da Auditoria	Objeto	Resultados
Auditoria de Contas Anuais – TCU (2020)	Situação patrimonial, financeira e orçamentária do Tribunal, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2020 e transações subjacentes. (auditoria encerrada em Jun/2020)	Recomendações com oportunidades de melhoria da fidegnidade das demonstrações contábeis, bem como dos processos avaliados.

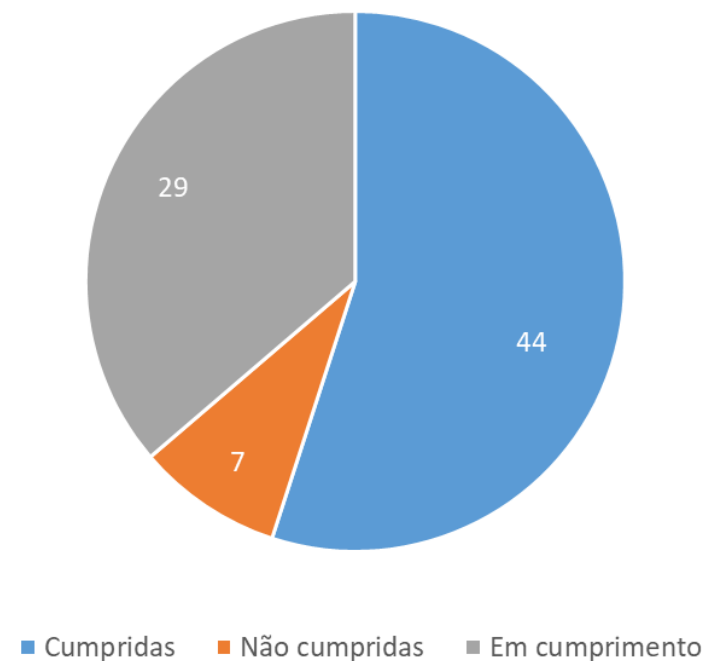
Nome da Auditoria	Objeto	Resultados
Auditoria de Contas Anuais – TCU (2021)	Situação patrimonial, financeira e orçamentária do Tribunal, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2021 e transações subjacentes. (auditoria iniciada em Ago/2021 – Previsão de encerramento em Mar/2022)	Benefícios quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da gestão.
Financeira integrada com Conformidade - Integrada TSE	Situação patrimonial, financeira e orçamentária em 31/12/2021, em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as demais normas contábeis e orçamentárias aplicáveis, e sobre a conformidade das transações subjacentes.	Benefícios quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da gestão.
Acessibilidade Digital – Coordenada CNJ	Acessibilidade Digital do Tribunal	Benefícios quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da gestão.
Auditoria no Processo de Aquisição de Veículos	Processos de aquisição de Veículos – exercícios 2018 e 2019	Recomendações com oportunidades de melhoria do processo avaliado

MONITORAMENTO DE AUDITORIAS

No ano de 2021, em cumprimento ao Plano Anual das Atividades de Auditoria, foram monitoradas 80 determinações oriundas de recomendações emitidas em auditorias realizadas em exercícios anteriores e encaminhadas à Presidência deste Regional, ilustradas abaixo conforme os *status* de cumprimento.

Recomendações	Resultados
Cumpridas	44
Não Cumpridas	7
Em Cumprimento	29

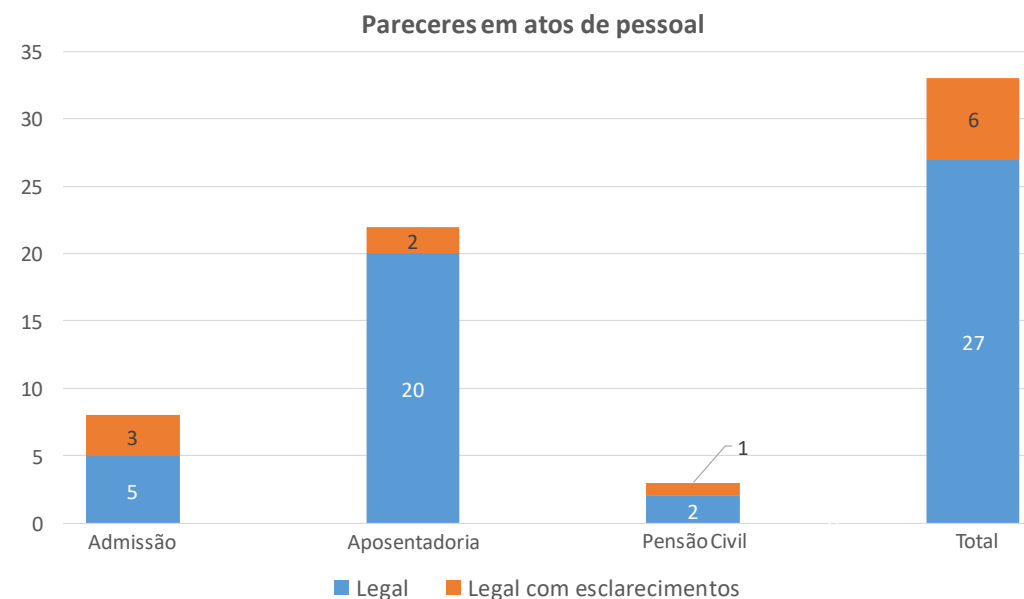
Quantidade de recomendações monitoradas - 80



EMIÇÃO DE PARECERES

Consoante art. 11 da IN TCU n. 78/2018, a COAUDI possui também a atribuição de emitir parecer em atos de pessoal relativos à aposentadoria, pensão e admissão. Em 2021, por meio da Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas – SEAGEP, foram emitidos 33 (trinta e três) pareceres, demonstrados abaixo conforme os assuntos.

Pareceres em atos de pessoal	Legal	Legal com Esclarecimentos
Admissão	5	3
Aposentadoria	20	2
Pensão Civil	2	1
Total	27	6

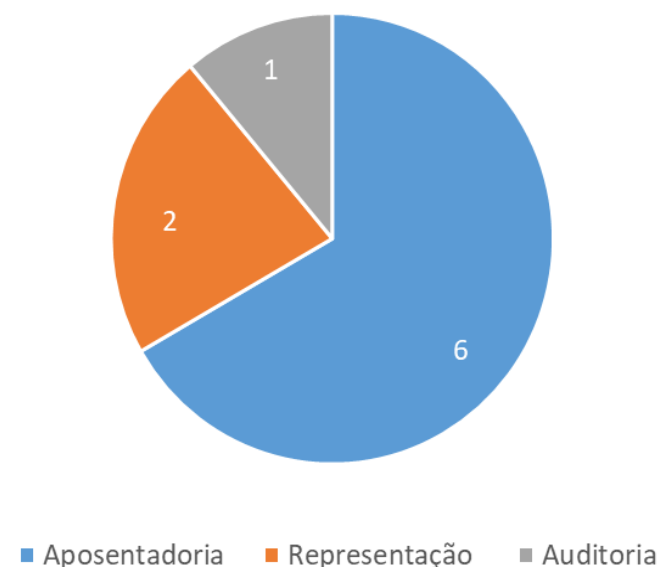


ACOMPANHAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em razão das atribuições previstas no art. 74, IV, da Constituição Federal, bem como do art. 6º, inciso XII da Resolução TRE/PI n. 271/2013, cabe a esta Unidade de Auditoria o acompanhamento do cumprimento, pelo Tribunal, das determinações oriundas do Tribunal de Contas da União – TCU. Conforme levantamento realizado no Sistema *Conecta* do TCU, no ano de 2021 foram expedidos 09 acórdãos com determinações, todos devidamente cumpridos, dentre os quais 06 versavam sobre aposentadoria, 02 representações e 01 auditoria, conforme gráfico abaixo:

Pareceres em atos de pessoal	Legal
Aposentadoria	6
Representação	2
Auditoria	1

Acórdãos expedidos pelo TCU - 09



Declarações de Integridade

Declaração do contador—Registro Contábeis—SIAF

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis – balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Teresina-PI, 25 de fevereiro de 2022

Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda
CRC-PI 008392/O
Contador Responsável
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Declaração— monitoramento do PPA

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 28 de janeiro de 2022

Joaquim Francisco de Almeida Filho
CPF 287.900.903-06
Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Declaração—execução física e financeira— ações da lei Orçamentária Anual

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 28 de janeiro de 2022

Joaquim Francisco de Almeida Filho
CPF 287.900.903-06
Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do TRE-PI foram elaboradas em consonância com os dispositivos das Leis n.º 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos n.º 93.872/1986 e 6.976/2009, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP), com as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição e Orientações SOF/TSE. Os principais critérios e políticas contábeis adotados estão apresentados juntamente com as Notas Explicativas em cada demonstrativo.

Tais demonstrações refletem a execução do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, bem como as alterações e variações nos elementos patrimoniais e situação econômico-financeira do TRE-PI (Unidade Gestora 070006), no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e formatadas de forma a expressar a informação mais relevante e útil para subsidiar a tomada de decisão e prestação de contas para a sociedade. Para tal, foram elaboradas também as respectivas Notas Explicativas.

A análise e a elaboração das demonstrações contábeis desenvolvem-se como técnica contábil e estão em constante evolução e contínua convergência aos padrões legais e internacionais de qualidade da informação. Pois, como ciência, a Contabilidade está diretamente relacionada aos mecanismos de registro dos atos e fatos de gestão e análise das demais informações geradas. Dessa forma, cumpre a Contabilidade o seu propósito quando serve de base tanto para avaliação da efetividade da administração e da gestão dos recursos como para o fornecimento de dados relevantes e tempestivos na correta apresentação do patrimônio e análise das causas de suas mutações. Desse modo, funciona como instrumento de informação e transparência capaz de satisfazer os usuários no objetivo do processo de gestão, tomada de decisão e prestação de contas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, com sede no município de Teresina-PI, faz parte da Justiça Eleitoral órgão integrante do Poder Judiciário, conforme artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965), tem como o objetivo de prestar serviço público à sociedade através da gestão do processo eleitoral no Estado do Piauí. Para tal, faz uso do orçamento da União, estando sujeito à coordenação, orientação e acompanhamento do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Compete à Assistência Técnica em matéria de Setorial Contábil, analisar a execução orçamentária e patrimonial, analisar e validar as operações contábeis, realizar a conformidade contábil no SIAFI, acompanhar o encerramento do exercício e verificar periodicamente os relatórios de bens móveis e do material de almoxarifado, bem como seu inventário. Ressaltamos que até a presente data não foi concluído o Inventário Anual do exercício.

É importante destacar que, em decorrência da Resolução TRE-PI nº 416/2021, houve o deslocamento da Setorial Contábil da Coordenadoria de Controle Interno para a Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças. Tal mudança foi implementada efetivamente em setembro de 2021, após o cadastramento do novo responsável no SIAFI. Atualmente a Setorial Contábil não é uma unidade, é apenas uma Assistência, vinculada ao Gabinete da Coordenadoria de Orçamento e Finanças e é composta por apenas um servidor.

Destaca-se também que, muito embora o prazo para tomar conhecimento dos elementos patrimoniais e da situação orçamentário-financeira da entidade tenha sido exíguo, deflagrou-se um processo de levantamento de informações, análise e correção de inconsistências mais relevantes identificadas até o encerramento do exercício, juntamente com as unidades administrativas envolvidas na execução. Como consequência, tivemos: correção das distorções mais relevantes detectadas e, mesmo as que não puderam ser resolvidas, estão sendo monitoradas para que se tenha o menor reflexo possível nas demonstrações futuras, a fim de não prejudicar o seu entendimento. As mais relevantes foram detalhadas nas Notas Explicativas.

Por último, é importante informar que este Tribunal não é arrecadador de receitas, ou seja, as suas despesas são cobertas por sub-repasses financeiros com recursos da Conta Única e que para fins de análise comparativa com o exercício anterior – 2020 – deverá levar em consideração que no período das demonstrações aqui apresentadas não houve eleições, o que reduziu o volume de recursos recebidos e executados.

Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		17.566.770,95	9.403.483,12	PASSIVO CIRCULANTE		2.918.435,80	12.284.378,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	12.989.805,36	7.051.593,31	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	2.695.611,34	11.923.020,65
Créditos a Curto Prazo	2	1.740.199,90	592.693,88	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.740.199,90	592.693,88	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	222.518,71	336.996,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	3	2.836.765,69	1.759.195,93	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		305,75	24.361,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE		51.832.012,88	51.382.158,10	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.918.435,80	12.284.378,42
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Imobilizado		48.901.674,63	48.066.947,87	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		18.354.929,11	17.579.137,00	Demais Reservas		-	-
Bens Móveis	4	37.563.126,40	33.984.744,43	Resultados Acumulados		66.480.348,03	48.501.262,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	5	-19.208.197,29	-16.405.607,43	Resultado do Exercício		6.659.213,60	3.806.788,76
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		48.501.262,80	48.890.614,60
Bens Imóveis		30.546.745,52	30.487.810,87	Ajustes de Exercícios Anteriores	10	11.319.871,63	-4.196.140,56
Bens Imóveis	6	31.830.283,12	31.741.609,49	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.283.537,60	-1.253.798,62	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		66.480.348,03	48.501.262,80
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível		2.930.338,25	3.315.210,23				
Softwares	7	2.930.338,25	3.315.210,23				
Softwares		2.930.338,25	3.315.210,23				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		69.398.783,83	60.785.641,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.398.783,83	60.785.641,22

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	12.989.805,36	7.051.593,31	PASSIVO FINANCEIRO	15.164.699,21	7.800.404,34
ATIVO PERMANENTE	56.408.978,47	53.734.047,91	PASSIVO PERMANENTE	968.372,47	11.296.503,33
			SALDO PATRIMONIAL	53.265.712,15	41.688.733,55

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	
				2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		38.316.659,93
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	11	38.316.659,93
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas		-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		8.067,16
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais		38.308.592,77
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-
TOTAL	-	-	TOTAL		38.316.659,93

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.174.893,85
Recursos Vinculados	-
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	-2.174.893,85

É a demonstração que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade, demonstrando a fotografia do patrimônio no encerramento do exercício através das contas representativas do patrimônio público, o resultado acumulado, bem como os atos potenciais (contas de compensação).

1. **Caixa e Equivalentes de Caixa** - apresenta os valores disponíveis em caixa de livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tais recursos têm origem nos sub-repasses recebidos do Tesouro, provenientes da execução do orçamento aprovado e de recursos para pagamento de Restos a Pagar, exceto RP de pessoal.

O saldo final para o Caixa do TRE-PI, detalhado por fontes de recursos pode ser visualizado no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar disponível no portal da Transparência, no endereço eletrônico:

<https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-1/relatorio-de-gestao-fiscal-1643718508431>

2. **Créditos a Curto Prazo** - representa os valores realizáveis nos próximos doze meses. É importante destacar as seguintes contas:
 - 11.311.01.02 - Adiantamento de Férias - que registra os valores dos adiantamentos de férias pagos em dezembro de 2021, referentes ao exercício de 2022, em confronto com o saldo de férias a pagar, totalizando R\$ 1.056.572,07;
 - 11.311.01.05 - Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado - que registra os valores referentes ao pagamento antecipado do salário no período de férias realizado em dezembro de 2021, referentes ao exercício de 2022, totalizando R\$ 506.134,33.
3. **Estoques** - composto pelos valores dos bens adquiridos para consumo e outros estoques, cujos itens mais relevantes estão discriminados no quadro abaixo:

ESTOQUES	VALOR ↓	%↓
MATERIAL DE CONSUMO	2.828.115,69	
115610117 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.303.226,45	46%
115610116 - MATERIAL EXPEDIENTE	345.436,40	12%
115610128 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	279.910,86	10%
115610122 - MAT. DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIEN.	231.756,69	8%
115610119 - MATERIAL DE ACOND. E EMBALAGEM	206.420,36	7%
115610126 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	143.869,64	5%
115610129 - MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	95.872,06	3%
115610141 - MATERIAL DE UTILI ZAÇÃO EM GRAFICA	61.260,97	2%
115610121 - MATERIAL DE COPA E COZINHA	50.309,62	2%
115610135 - MATERIAL LABORATORIAL	32.132,57	1%
115610107 - GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	30.602,29	1%
ESTOQUES PARA DISTRIBUIÇÃO	8.650,00	
115810205 - ESTOQUE DE MATERIAIS PARA PREMIAÇÕES	8.609,00	-
115819800 ESTOQUES DIVERSOS	41,00	-
TOTAL	2.836.765,69	

Quanto a esta conta é importante destacar que foi autuado o SEI 0015629-31.2021.6.18.8000, que dentre outros, tratou da de regularizar e compatibilizar os saldos registrados no SIAFI, com os valores existentes no sistema de controle de almoxarifado e patrimônio - ASIWeb para fins de melhorar a qualidade e confiabilidade da informação aqui apresentada. Ressaltamos que o valor registrado no ASIWeb é de R\$ 2.921.670,11, o que representa uma diferença de 2,91%, mas que em sua maioria está devidamente justificada no sobredito processo.

4. **Bens Móveis** - compreende o valor de aquisição ou incorporação de bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, cujos itens mais relevantes estão discriminados abaixo:

BENS MÓVEIS	VALOR ↓	% ↓
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTAS	2.789.260,92	
123110107 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	1.023.737,63	37%
123110125 MAQ. UTENSÍLIOS E EQUIP. DIVERSOS	681.387,75	24%
123110108 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	491.888,73	18%
123110102 APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	370.166,65	13%
123110105 EQUIP. PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	94.059,21	3%
BENS DE INFORMÁTICA	21.889.008,25	%
123110201 EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	21.889.008,25	100%
MOVEIS E UTENSILIOS	6.210.697,42	% ↓
123110303 MOBILIÁRIO EM GERAL	4.304.921,61	69%
123110301 APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.899.349,72	31%
123110302 MAQ. INST. UTENSÍLIOS DE ESCRITORIO	6.426,09	0%
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO	1.085.893,87	% ↓
123110405 EQUIPAMENTOS P/ AUDIO VIDEO E FOTO	794.390,22	73%
123110402 COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	279.331,36	26%
123110406 OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	11.932,29	1%
123110403 DISCOTECAS E FILMOTECAS	240,00	0%
VEÍCULOS	5.504.255,10	% ↓
123110503 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	5.240.375,18	95%
123110501 VEÍCULOS EM GERAL	263.879,92	5%
DEMAIS BENS MÓVEIS	84.010,84	% ↓
123119909 PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	76.170,97	91%
123110801 ESTOQUE DE MATERIAL	7.089,83	8%
123119999 OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	750,00	1%
123119910 MATERIAL DE USO DURADOURO	0,04	0%
TOTAL	37.563.126,40	

É importante destacar também o acerto realizado no encerramento do exercício decorrente padronização pelo TSE nos valores das Urnas Eletrônicas, conforme SEI 0019620-15.2021.6.18.8000. Tal acerto estornou o registro anterior de Receita de Reavaliação, corrigindo-o e registrando-o como Ajuste de Exercícios Anteriores, não impactando as contas de resultado do exercício, conforme orientação do MCASP 8ª edição. A referida atualização ocasionou um aumento no valor do Imobilizado de R\$ 3.715.546,07. Houve também a reclassificação de valores indevidamente registrados na conta de Estoque Interno para a devida conta de bens móveis, no valor de R\$ 2.153.246,41.

Destacamos ainda que no confronto entre os valores de Bens Móveis registrados no SIAFI com os valores constantes no sistema de controle patrimonial - ASIWeb, verificamos que existe uma diferença de positiva de 2,03%.

5. Depreciação - Tem como característica principal contabilizar o valor da redução do valor dos bens do imobilizado que tiverem vida útil limitada.

Tal registro é feito em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as orientações contidas na Macrofunção SIAFI 020330, além de seguir as orientações do TSE.

A metodologia de cálculo adotada foi a das cotas constantes, também conhecida como linear. A vida útil e valor residual são os constantes no Manual SIAFI, com exceção das urnas eletrônicas, classificadas como equipamento de processamento de dados, com vida útil estimada de 10 anos, distinta do constante no manual acima para itens da mesma natureza, conforme padronização do TSE.

6. Bens Imóveis - são compostos conforme quadro abaixo:

BENS IMÓVEIS	2021	2020	VARIAÇÃO (R\$)
	31.830.283,12	31.741.609,49	
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	3.980.702,65	3.982.202,65	
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	114.879,41	114.879,41	-
EDIFICIOS	3.769.823,24	3.769.823,24	-
TERRENOS/GLEBAS	96.000,00	97.500,00	-1.500,00
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	24.620.706,89	7.642.496,28	16.978.210,61
EDIFICIOS	24.620.706,89	7.642.496,28	16.978.210,61
BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	1.187.716,59	18.075.753,57	-16.888.036,98
OBRAS EM ANDAMENTO	936.139,17	17.914.349,78	-16.978.210,61
ESTUDOS E PROJETOS	251.577,42	161.403,79	90.173,63
INSTALACOES	852.511,90	852.511,90	-
INSTALACOES	852.511,90	852.511,90	-
DEMAIS BENS IMOVEIS	1.188.645,09	1.188.645,09	-
BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ A REGISTRAR	1.188.645,09	1.188.645,09	-

Houve a redução da conta Terrenos/glebas em relação ao exercício anterior, por ter havido a devolução à União do imóvel onde funcionava a Zona Eleitoral de Arraial.

Houve também a reclassificação de Obras em Andamento para Bens de Uso Especial Não Registrados no Spiunet, no valor de R\$ 16.978.210,61, em atendimento à Orientação SOF/TSE nº 03/2020, Manual SIAFI e a recomendação da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Além disso, verifica-se um aumento no valor de Estudos e Projetos por conta da execução de projeto de pesquisa para implantação do sistema de energia através de placas fotovoltaicas.

Segue tabela com os valores dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet:

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS DO TRE-PI REGISTRADOS NO SPIUNET					
IMÓVEL	RIP UTILIZAÇÃO	VALOR	ATUALIZAÇÃO	DESTINAÇÃO	CONTA SIAFI
BATALHA	1029 00004.500-8	27.500,00	7/8/2003	EDIFÍCIO	*IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
CAMPO MAIOR	1043 00027.500-9	62.000,00	20/2/2004	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
CORRENTE	1057 00008.500-5	12.000,00	13/11/2006	TERRENO	*EDIFÍCIOS
LUIS CORREIA	1113 00007.500-4	87.379,41	16/3/2011	EDIFÍCIO	*IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS
OEIRAS	1139 00028.500-2	417.272,63	30/7/2010	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
PAULISTANA	1155 00017.500-4	50.000,00	24/5/2004	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
PICOS	1159 00029.500-2	742.604,34	08/03/2013	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
PIRACURUCA	1165 00012.500-4	55.000,00	23/8/2003	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
SÃO RAIMUNDO NONATO	1211 00024.500-7	70.000,00	10/5/2004	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
PARNAÍBA				EDIFÍCIO	
PIRIPIRI				EDIFÍCIO	
PEDRO II				EDIFÍCIO	
CASTELO DO PIAUÍ				EDIFÍCIO	
FLORIANO				EDIFÍCIO	
URUÇUÍ				EDIFÍCIO	
ÁGUA BRANCA				EDIFÍCIO	
BOM JESUS				EDIFÍCIO	
CONCEIÇÃO DO CANINDÉ				EDIFÍCIO	
SÃO JOÃO DO PIAUÍ				EDIFÍCIO	
SEDE	1219 00063.500-5	1.345.555,74	17/5/2001	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
ANEXO I	1219 00086.500-0	659.647,59	16/5/2001	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
ANEXO II	1219 00087.500-6	96.000,00	16/05/2001	TERRENO	TERRENOS
FORUM DA CAPITAL				EDIFÍCIO	
ARQUIVO CENTRAL	1219 00062.500-0	355.742,94	17/5/2001	EDIFÍCIO	EDIFÍCIOS
FONTE: SPU, Planilha COCONP e SIAFI		3.980.702,65			
*Destinação incorreta feita no SPIUnet o que ocasionou erro de contabilização no SIAFI					

Cabe ressaltar que o TRE-PI possui 24 imóveis, sendo que apenas 13 estão registrados no SPIUnet. Mesmo aqueles registrados estão carentes de reavaliação e ajustes (registros incorretos no SPIUnet), já que em sua maioria a avaliação ocorreu há mais de 15 anos.

Os demais encontram-se carentes de registro junto à Secretaria de Patrimônio da União, o que resulta em superavaliação do Ativo Imobilizado por conta do não reconhecimento de Depreciação, o que impacta também o resultado do exercício, já que a depreciação dos imóveis da União é apurada mensal e automaticamente pela SPU tendo por base os imóveis registrados naquela Secretaria.

Registre-se ainda que as algumas benfeitorias realizadas não foram reconhecidas, causando uma subavaliação do Ativo e impactando o resultado pela não contabilização da depreciação, embora algumas benfeitorias estejam registradas nas contas Obras em Andamento, Estudos e Projetos; e Instalações.

Portanto, considerando-se a ausência de reavaliação, de registro na SPU e do inadequado reconhecimento da depreciação dos bens imóveis, declaramos que as Demonstrações Contábeis aqui apresentadas não estão em conformidade com as NBC TSP em relação a este item.

7. Intangível - é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. No TRE-PI tal item do Ativo é composto pelos softwares. Destacamos que o TRE-PI não reconhece nem mensura os softwares desenvolvidos por sua Secretaria de Tecnologia da Informação como Ativos Intangíveis.

Detalha-se nos quadros abaixo os ajustes efetuados nas contas do Grupo de Ativos Intangíveis, conforme Orientação SOF/TSE nº 12/2019 e MCASP 8ª edição:

	2021	2020	VARIAÇÃO (R\$)		
INTAGÍVEL				2.930.338,25	3.315.210,23
				- 384.871,98	
	SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	448.708,65	3.315.210,23	- 2.866.501,58	
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	2.481.629,60	-	2.481.629,60		

DETALHAMENTO DAS ALTERAÇÕES OCORRIDAS EM 2021

	VALOR R\$
a) Baixados	418.365,98
b) Reclassificados de vida útil definida para indefinida	2.232.825,60
c) Reclassificados para Imobilizado	215.310,00
d) Aquisições	248.254,00
e) Reclassificado do Imobilizado	550,00

a) A baixa é referente ao desreconhecimento de bens do Intangível, por não haver expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços por sua não mais utilização, conforme apurado no SEI 0002095-20.2021.6.18.8000. Tal baixa implicou em redução do Ativo Intangível com contrapartida em Ajuste de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido.

b) Refere-se à reclassificação dos ativos indevidamente classificados na conta 12.411.01.01 - Software com vida útil definida, transferidos para a conta 12.411.02.01 - Softwares com vida útil indefinida.

É importante destacar que embora anteriormente classificados como sendo de vida útil definida, não houve, durante o período pretérito, amortização de tais bens, sendo, portanto, transferidos para a conta de vida útil indefinida pelos seus valores de aquisição. Os bens intangíveis com vida útil indefinida não sofrem amortização.

c) Reclassificação de bens anteriormente registrados como intangíveis para a conta de Imobilizado - Equipamento de TIC.

d) Aquisições no exercício.

e) Reclassificação de bens anteriormente registrado como Imobilizado.

8. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - compreende as obrigações referentes a salários e benefícios aos quais os servidores, aposentados e pensionistas tenham direito, com vencimento no curto prazo, conforme abaixo discriminado:

	2021
OBRIG TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR NO CURTO PRAZO	2.695.611,34
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	2.558.890,34
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	136.721,00

Ressalte-se que o valor registrado em Encargos Sociais a Pagar foi objeto de questionamento pela Setorial Contábil e aguarda liquidação, conforme SEI 0013020-12.2020.6.18.8000.

9. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - registra as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços ainda não quitadas. Observa-se uma redução de 33,97% na comparação com o exercício anterior. Tal redução deveu-se, em grande parte, à conciliação de saldos indevidos em contas desse grupo.

10. Ajustes de Exercícios Anteriores - registra o saldo decorrente de efeitos de mudança de critério contábil ou retificação de erro imputável a exercícios anteriores.

Um dos principais ajustes credores realizados no exercício foram os referentes à conta Férias a Pagar, que vinha registrando valores superiores aos efetivamente devidos por erro na geração do relatório do SGRH. Tal inconsistência representou um impacto de R\$ 9.070.803,40.

Houve também o acerto, já detalhado na Nota Explicativa nº 4 acima, totalizando R\$ 3.715.546,07. Ambos acertos foram realizados conforme orientação da Setorial Contábil da Justiça Eleitoral - COFIC/SOF.

Como ajustes devedores, é importante destacar as baixas do Intangível no valor de R\$ 418.365,98 e os ajustes decorrentes de reconhecimento de passivos de despesas de exercícios anteriores.

11. Atos Potenciais Passivos - Obrigações Contratuais - a redução de 16,43% (R\$ 7.533.373,53) em comparação com o exercício anterior, em grande parte, é referente à conciliação entre os valores ali registrados com as obrigações ainda vigentes.

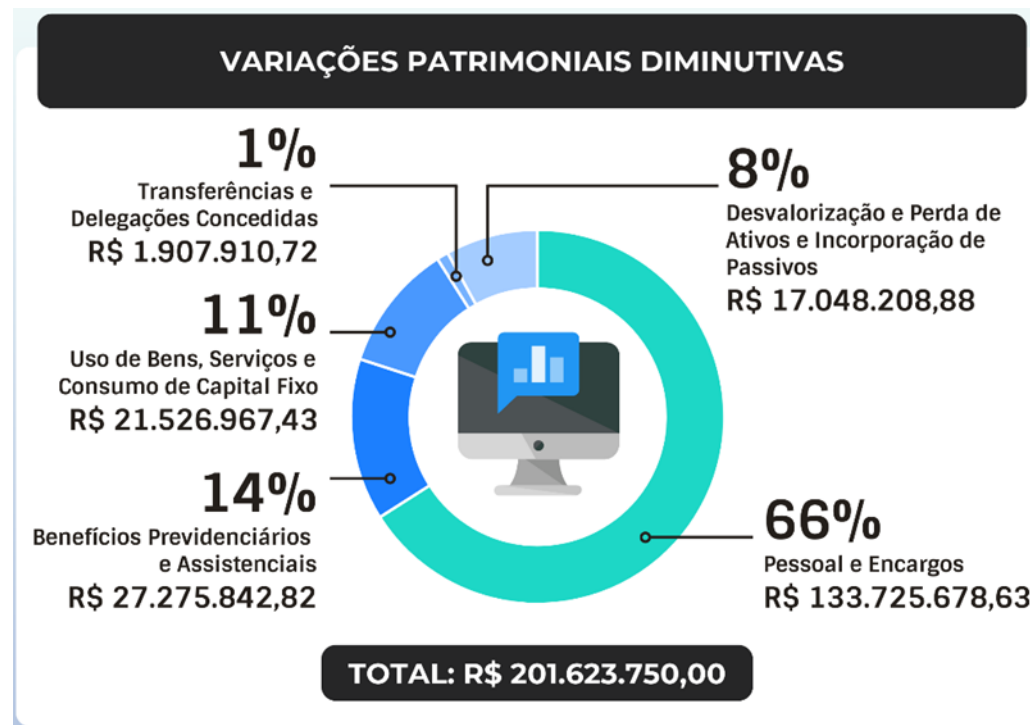
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		208.282.963,60	204.379.595,46
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		572,04	84,07
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		572,04	84,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		7.249,22	807,14
Juros e Encargos de Mora		7.249,22	807,14
Transferências e Delegações Recebidas		206.539.412,46	200.595.658,86
Transferências Intragovernamentais	1	189.061.880,48	199.850.694,61
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2	17.477.531,98	744.964,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		48.470,50	2.222.870,59
Reavaliação de Ativos		-	2.023.236,58
Ganhos com Incorporação de Ativos		48.470,50	199.634,01
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.687.259,38	1.560.174,80
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3	1.687.259,38	1.560.174,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4	201.623.750,00	200.572.806,70
Pessoal e Encargos		133.725.678,63	142.550.633,66
Remuneração a Pessoal		106.544.253,99	115.888.863,26
Encargos Patronais		20.937.493,95	20.398.483,83
Benefícios a Pessoal		6.238.730,69	6.263.286,57
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		5.200,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		27.275.842,82	27.661.582,89
Aposentadorias e Reformas		18.103.640,05	18.484.127,17
Pensões		5.239.944,99	5.255.062,36
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.932.257,78	3.922.393,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5	21.526.967,43	27.569.621,39
Uso de Material de Consumo		772.516,95	2.360.170,88
Serviços		16.582.342,56	21.161.257,22
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.172.107,92	4.048.193,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3,51	-
Descontos Financeiros Concedidos		3,51	-
Transferências e Delegações Concedidas		1.907.910,72	2.570.439,84
Transferências Intragovernamentais	6	1.749.028,92	1.594.524,80
Outras Transferências e Delegações Concedidas		158.881,80	975.915,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		17.048.208,88	20.451,44
Desincorporação de Ativos	7	17.048.208,88	20.451,44
Tributárias		28.896,54	42.303,26
Contribuições		28.896,54	42.303,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		110.241,47	157.774,22
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		110.241,47	157.774,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		6.659.213,60	3.806.788,76

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O valor apurado passa a compor o Balanço Patrimonial do exercício. Ou seja, ela demonstra as variações quantitativas ocorridas nos elementos patrimoniais

1. **Transferências Intragovernamentais recebidas Recebidas** - Verifica-se uma redução de 5,40% no valor das transferências recebidas em 2021. Tal decréscimo se deu pelo fato do TRE-PI ter recebido menos sub-repasses do que no exercício de 2020, ano eleitoral.
2. **Outras Transferências e Delegações Recebidas** - Composta principalmente pelos valores da movimentação da Conta 45.911.01.00 - Doações/Transferências Recebidas - que registra as variações aumentativas decorrentes de doações e outras transferências recebidas não previstas em contas específicas, conforme descrição do SIAFI.

Do valor total desse item, aproximadamente R\$ 16,9mi é decorrente de acerto/regularização da individualização do imóvel onde funciona o Fórum Eleitoral da Capital, que anteriormente estava registrado com inscrição genérica 999. Cabe ressaltar ainda que tal lançamento não representou um acréscimo patrimonial efetivo, já que a contrapartida ocorreu numa conta de Variação Patrimonial Diminutiva, sendo, portanto, um fato meramente permutativo.

3. **Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas** - representa as variações diversas, decorrentes de transferências financeiras independentes da execução orçamentária, principalmente decorrentes de arrecadação de Multas Eleitorais e de legislação conexa, e devoluções ao Tesouro de valores referentes a exercícios anteriores.
4. **Composição da VPD** no infográfico a seguir:



5. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - verifica-se uma redução de 21,92%, em comparação com o exercício anterior neste item, tendo em vista que 2021 não foi ano eleitoral.

6. Transferências e Delegações Concedidas - transferências intragovernamentais - representa as variações diversas, decorrentes de transferências financeiras independentes da execução orçamentária, principalmente decorrentes de arrecadação de Multas Eleitorais e de legislação conexa, e devoluções ao Tesouro de valores referentes a exercícios anteriores.

7. Desincorporação de Ativos - composta pelos valores da movimentação da Conta de mesmo nome - 36.511.01.00. Do valor total, aproximadamente R\$ 16,9mi é decorrente de acerto/regularização da individualização do imóvel onde funciona o Fórum Eleitoral da Capital, que anteriormente estava registrado com inscrição genérica 999. Conforme o item 2 desta Nota Explicativa, tal fato é meramente permutativo, pois não representou um decréscimo patrimonial efetivo, já que a contrapartida ocorreu na conta de Variação Patrimonial Aumentativa.

Balanço orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
DEFICIT	1			190.901.213,97	190.901.213,97
TOTAL		-	-	190.901.213,97	190.901.213,97
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	7.011.115,00	-	-7.011.115,00
Créditos Cancelados		-	7.011.115,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		184.760.071,00	182.731.176,00	181.819.838,00	176.865.994,42	176.865.994,42	911.338,00
Pessoal e Encargos Sociais		153.217.621,00	156.007.442,00	154.962.545,46	152.789.306,43	152.789.306,43	1.044.896,54
Outras Despesas Correntes		31.542.450,00	26.723.734,00	26.857.292,54	24.076.687,99	24.076.687,99	-133.558,54
DESPESAS DE CAPITAL		43.000,00	9.083.010,00	9.081.375,97	522.551,20	522.551,20	1.634,03
Investimentos		43.000,00	9.083.010,00	9.081.375,97	522.551,20	522.551,20	1.634,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		2	184.803.071,00	191.814.186,00	190.901.213,97	177.388.545,62	912.972,03
TOTAL		3	184.803.071,00	191.814.186,00	190.901.213,97	177.388.545,62	912.972,03

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		264.838,37	6.304.543,70	4.745.592,43	4.745.592,43	458.756,11	1.365.033,53
Pessoal e Encargos Sociais		14.554,45	1.529.566,10	771.311,74	771.311,74	14.630,22	758.178,59
Outras Despesas Correntes		250.283,92	4.774.977,60	3.974.280,69	3.974.280,69	444.125,89	606.854,94
DESPESAS DE CAPITAL		-	1.231.022,27	871.625,09	871.625,09	72.705,60	286.691,58
Investimentos		-	1.231.022,27	871.625,09	871.625,09	72.705,60	286.691,58
TOTAL	4	264.838,37	7.535.565,97	5.617.217,52	5.617.217,52	531.461,71	1.651.725,11

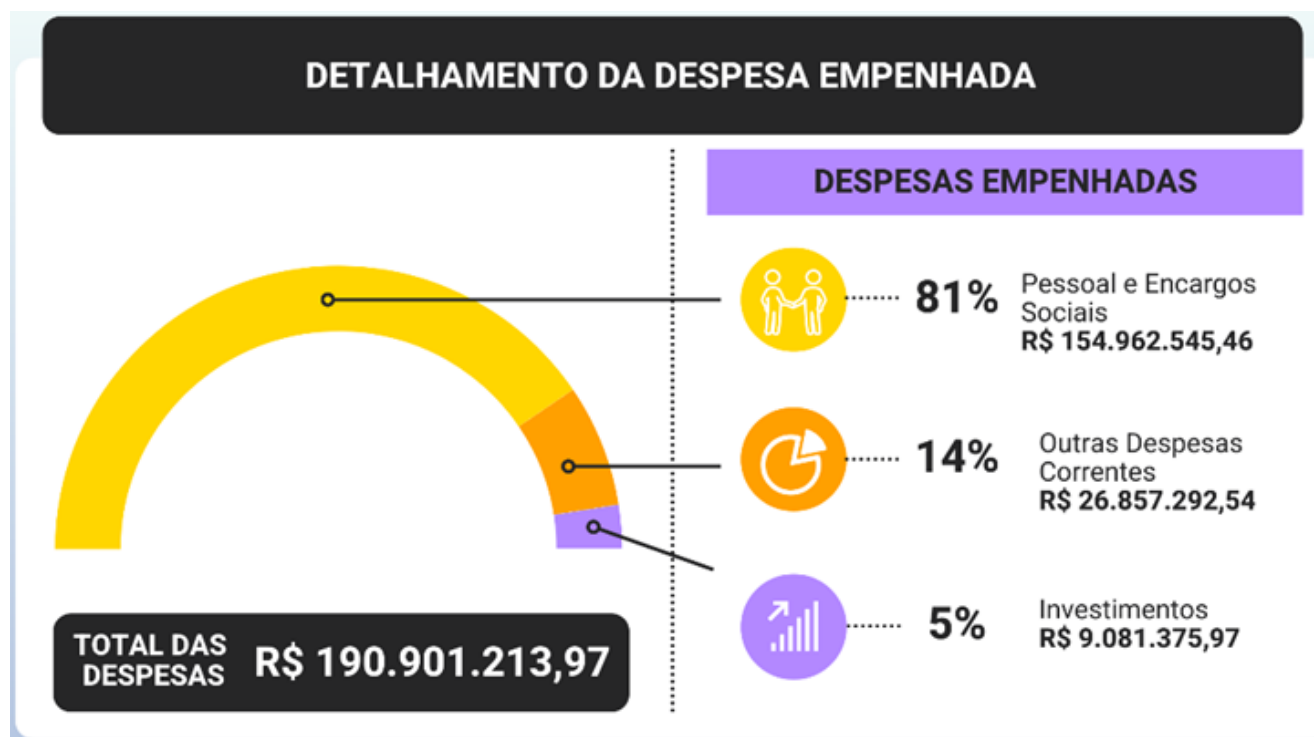
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.302/64.

1. O déficit total foi de R\$ 190.901.213,97, tendo em vista que o TRE-PI não é arrecadador de receita;
2. A Dotação Atualizada corresponde a R\$ 191.814.186,00, o que representa um acréscimo de R\$ 7.011.115,00 em relação à Dotação Inicial, referente ao saldo de Créditos Adicionais recebidos no exercício.
3. O Saldo de Dotação (Dotação Atualizada - Despesa Empenhada) foi de R\$ 912.972,03, o que corresponde a uma economia orçamentária de 0,48%.

Vide Detalhamento da Despesa Empenhada no infográfico abaixo:



No “ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS” são demonstrados os valores referentes aos Restos a Pagar não Processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução.

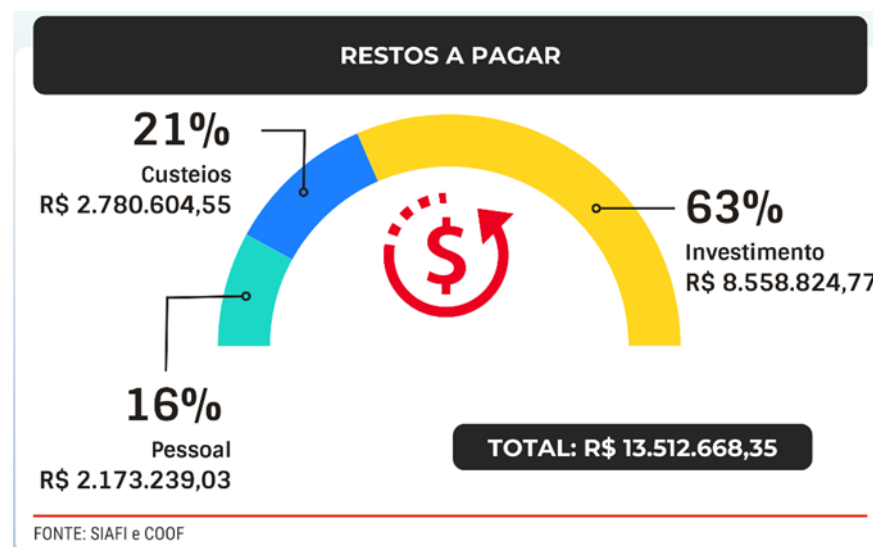
4. Demonstra que no exercício foram pagos R\$ 5.617.217,52, representando 72,01% do total inscrito em Restos a Pagar, restando um saldo ao final do exercício de R\$ 1.651.725,11 (21,17%).

Balanço financeiro

BALANÇO FINANCEIRO							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-		Despesas Orçamentárias		190.901.213,97	199.233.262,87
Ordinárias	-	-		Ordinárias		160.941.088,60	168.276.400,84
Vinculadas	-	-		Vinculadas		29.960.125,37	30.956.862,03
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.194.864,00	4.183.934,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Previdência Social (RPPS)		23.363.475,37	23.735.714,03
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.401.786,00	3.037.214,00
Transferências Financeiras Recebidas		189.061.880,48	199.850.694,61	Transferências Financeiras Concedidas		1.762.401,13	1.633.345,51
Resultantes da Execução Orçamentária		188.930.297,23	198.734.809,79	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido	1	188.930.297,23	198.734.809,79	Independentes da Execução Orçamentária		1.762.401,13	1.633.345,51
Independentes da Execução Orçamentária		131.583,25	1.115.884,82	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.762.401,13	1.633.345,51
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			1.036.472,68	Aporte ao RPPS		-	-
Demais Transferências Recebidas			7.132,64	Aporte ao RGPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		131.583,25	72.279,50				
Recebimentos Extraorçamentários		15.320.017,31	9.153.003,73	Pagamentos Extraorçamentários		5.780.070,64	2.239.873,20
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2	13.512.668,35	7.535.565,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.617.217,52	2.222.322,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		163.158,87	17.551,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		162.853,12	17.551,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.644.190,09	1.599.886,72	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Arrecadação de Outra Unidade		1.630.817,88	1.561.066,01				
Demais Recebimentos		13.372,21	38.820,71				
Saldo do Exercício Anterior		7.051.593,31	1.154.376,55	Saldo para o Exercício Seguinte		12.989.805,36	7.051.593,31
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.051.593,31	1.154.376,55	Caixa e Equivalentes de Caixa		12.989.805,36	7.051.593,31
TOTAL		211.433.491,10	210.158.074,89	TOTAL		211.433.491,10	210.158.074,89

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

1. O TRE-PI recebe os recursos financeiros através de sub-repasse. Tais valores são utilizados para custear os gastos com Pessoal e Encargos Previdenciários, além da Manutenção Geral e Investimentos. Em 2021 o valor recebido foi 4,93% menor do que em 2020 principalmente por não ter sido ano eleitoral.
2. Inscrição dos RP Não Processados aumentou 79,32% em relação ao ano anterior. O total inscrito está discriminado por categorias no quadro abaixo:



Ressalte-se que no *Anexo 5 da LRF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar*, publicado no endereço abaixo, pode-se observar que o TRE-PI possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros:

https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-1/relatorio-de-gestao-fiscal-1643718508431/rybena_pdf?file=https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-1/relatorio-de-gestao-fiscal-1643718508431/at_download/file

Demonstrações do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	NE	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		7.332.388,34	8.354.066,22
INGRESSOS	1	190.869.229,44	201.468.132,37
Outros Ingressos Operacionais		190.869.229,44	201.468.132,37
Ingressos Extraorçamentários		163.158,87	17.551,04
Transferências Financeiras Recebidas		189.061.880,48	199.850.694,61
Arrecadação de Outra Unidade		1.630.817,88	1.561.066,01
Demais Recebimentos		13.372,21	38.820,71
DESEMBOLSOS	2	-183.536.841,10	-193.114.066,15
Pessoal e Demais Despesas		-161.124.647,70	-171.354.768,81
Judiciário		-137.761.172,33	-147.619.054,78
Previdência Social		-23.363.475,37	-23.735.714,03
Transferências Concedidas		-20.486.939,15	-20.108.400,79
Intragovernamentais		-20.486.939,15	-20.108.400,79
Outros Desembolsos Operacionais		-1.925.254,25	-1.650.896,55
Dispêndios Extraorçamentários		-162.853,12	-17.551,04
Transferências Financeiras Concedidas		-1.762.401,13	-1.633.345,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.394.176,29	-2.456.849,46
DESEMBOLSOS		-1.394.176,29	-2.456.849,46
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.139.772,29	-2.178.926,46
Outros Desembolsos de Investimentos		-254.404,00	-277.923,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.938.212,05	5.897.216,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		7.051.593,31	1.154.376,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3	12.989.805,36	7.051.593,31

A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

- Ingressos** - houve uma redução de 5,26% em relação ao ano anterior por não ter sido ano eleitoral;
- Desembolsos** - houve uma redução de 4,96% em relação ao ano anterior pelo mesmo motivo acima mencionado;
- Caixa e Equivalente de Caixa Final** - no Anexo 5 da LRF - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar, publicado no endereço abaixo, pode-se observar a composição da Disponibilidade de Caixa do exercício:

https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-1/relatorio-de-gestao-fiscal-1643718508431/rybena_pdf?file=https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal-1/relatorio-de-gestao-fiscal-1643718508431/at_download/file

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis – balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Teresina-PI, 25 de fevereiro de 2022

Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda
CRC-PI 008392/O
Contador Responsável
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí



Relatório de Gestão 2021

**Desembargador José James Gomes Pereira, Presidente do TRE-PI,
em Teresina, 30 de março de 2022.**